

Edivânia Melo

**MÉSZÁROS E A CRÍTICA AO REFORMISMO DA  
SOCIAL-DEMOCRACIA OCIDENTAL**

1ª edição  
Instituto Lukács  
São Paulo, 2018

Diagramação: : Edivânia Melo

Revisão: Fabio Cristovam Paiva e Talvanes Eugênio Maceno

Arte da capa: Luciano Accioly Lemos Moreira

Revisão da capa: Liana França Dourado Barradas

Capa: Os Jogadores de Cartas do pintor Paul Cézanne - 1839-1906

### **Catálogo na fonte**

Departamento de Tratamento Técnico do Instituto Lukács

*Bibliotecária responsável:* Fernanda Lins de Lima – CRB – 4/1717

---

M528m      Melo, Edivânia.

Mészáros e a crítica ao reformismo da social-democracia ocidental/ Edivânia Melo. – São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

192 p.

Bibliografia: p. 184-185.

ISBN: 978-85-65999-43-4

1. István Mészáros, 1930-2017. 2. Sistema do capital. 3. Reformismo. 4. social-democracia. I.Título.

CDU: 330.342.23

---

Edivânia Melo

**MÉSZÁROS E A CRÍTICA AO REFORMISMO DA  
SOCIAL-DEMOCRACIA OCIDENTAL**

1ª edição  
Instituto Lukács  
São Paulo, 2018

## CONSELHO EDITORIAL

Alexandre de Jesus Santos  
Andréa Pereira Moraes  
Belmira Rita da Costa Magalhães  
Betania Moreira de Moraes  
Bruno Gonçalves da Paixão  
Dayane Silva Oliveira  
Edivânia Francisca de Melo  
Edlene Pimentel Santos  
Emanoel Rodrigues Almeida  
Fabio Cristovam Batista Paiva  
Francisca Maurilene do Carmo  
George Amaral Pereira  
Gilmaisa Macedo da Costa  
Helena de Araújo Freres  
Jackeline Rabelo  
José Deribaldo Santos  
Liana França Dourado Barradas  
Luciano Accioly Lemos Moreira  
Maria Cristina Soares Paniago  
Maria das Dores Mendes Segundo  
Maria Gorete Rodrigues de Amorim  
Maria Lucia Paniago  
Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda  
Maria Susana Jimenez  
Mariana Alves de Andrade  
Odair Michelli Junior  
Rafael João M. de Albuquerque  
Rosângela Melo  
Ruth Maria de Paula Gonçalves  
Talvanes Eugênio Maceno  
Uelber Babosa Silva  
Victor Andrade Silva Leal  
Yessenia Fallas Jiménez

*Para os amores da minha vida, meus sobrinhos – Arinele, Luana, Hiago, Guilberme, Vinícius e Fernanda – e minha filha, Lara.*

*"Quem se pronuncie a favor da reforma legal, em vez do encontro do poder político e da revolução social, na realidade não escolhe uma via mais agradável, mais lenta e segura, conduzindo ao mesmo fim; mas tem um objetivo diferente; em vez de edificar uma sociedade nova, contenta-se com modificações sociais na sociedade anterior [...] Na essência, não visam realizar o socialismo, mas reformar o capitalismo, não procuram abolir o sistema de assalariamento, mas dosar ou atenuar a exploração, numa palavra: querem suprimir os abusos do capitalismo, mas não o capitalismo" (Rosa Luxemburgo, "Reforma Social ou Revolução?")*



## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>09</b>
<b>Capítulo I: O Sistema do Capital e o Estado Capitalista .....</b>	<b>17</b>
1.1 Características essenciais do sistema do capital.....	18
1.2 Contradições e antagonismos estruturais do sistema do capital .....	33
1.3 Relação de interdependência e complementaridade entre o sistema do capital e o Estado capitalista .....	45
<b>Capítulo II: Relação entre Imperialismo e Reformismo e a Introdução da Estratégia Reformista no Movimento Social-democrata Ocidental .....</b>	<b>59</b>
2.1 Capitalismo monopolista ou imperialismo: a base material do reformismo social-democrata .....	60
2.2 Expansão imperialista do capital e o movimento socialista ....	71
2.3 O debate sobre o reformismo de Eduard Bernstein .....	83
<b>Capítulo III: Crítica ao Reformismo da Social-democracia Ocidental .....</b>	<b>99</b>

3.1. Consolidação do reformismo no movimento social-democrata ocidental .....	100
3.2 Os limites objetivos da política parlamentar .....	112
3.3 Consequências do desvio do movimento socialista da causa da emancipação do trabalho .....	125

**Capítulo IV: Crise Estrutural do Capital, Crise da Social-  
democracia Ocidental e a Alternativa Socialista .....141**

4.1 Crise estrutural do capital .....	142
4.2 Crise da social-democracia ocidental e os desafios postos ao movimento do trabalho.....	154
4.3 As possibilidades objetivas da alternativa socialista nessa nova fase histórica de crise estrutural do capital .....	168

**Considerações Finais ..... 181**

**Referências Bibliográficas ..... 189**



## INTRODUÇÃO

Esse livro que ora apresentamos é resultado de nossa tese de doutorado e possui como objetivo discutir a crítica de István Mészáros ao reformismo da social-democracia ocidental. Vale ressaltar que a ênfase dada ao reformismo da social-democracia ocidental não foi de nenhum modo aleatória, pois o autor também trata em suas obras do processo de social-democratização dos partidos comunistas e do reformismo instaurado na União Soviética na década de 1980. Nosso interesse em estudar o reformismo da social-democracia ocidental tem como finalidade responder a alguns questionamentos que surgiram a partir de pesquisas anteriores: qual o impacto das vantagens materiais oferecidas pela expansão imperialista aos trabalhadores de alguns países ocidentais desenvolvidos? Por que a luta por reformas via parlamento se constituiu na estratégia de luta predominante da social-democracia ocidental a partir de 1870? Por que a social-democracia ocidental, apesar de sua trajetória histórica de defesa do internacionalismo, passou, a partir de meados da década de 1870, a se aproximar do reformismo, abandonando a luta pelo socialismo?

Desde o início da expansão imperialista em 1870, a qual provocou a divisão do movimento socialista em "braço político" (partidos políticos) e "braço sindical" (sindicatos), e em especial a partir de 1875, com os debates sobre o *Programa de Gottha*, a social-democracia ocidental sofreu significativas mudanças. Se antes de 1870 ela era defensora dos objetivos socialistas, a partir de 1890

passou a defender a proposta de realização do socialismo por meio de reformas graduais instituídas via Parlamento. Mas foi com a aprovação dos créditos para a Primeira Guerra Mundial pelos deputados social-democratas alemães, em 1914, que a social-democracia capitulou abertamente às demandas e exigências da expansão imperialista.

A tragédia histórica do movimento socialista durante o século XX ao enveredar pelo caminho do reformismo só comprovou o quanto a estratégia reformista utilizada pelos partidos social-democratas ocidentais contribuiu para desviar os trabalhadores da causa da emancipação do trabalho. Marx (1997), na sua argumentação acerca do processo revolucionário desencadeado na França pela Revolução de 1848, já enfatizava os limites da social-democracia e da luta dos trabalhadores por reformas sociais. Para este autor,

o caráter peculiar da social-democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar esse objetivo, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia. (MARX, 1997, p. 54-5).

Nosso estudo de algumas obras de Marx, Lenin e Rosa Luxemburgo, aliado à preocupação com as consequências nefastas do processo de expansão do capital, alertou-nos para a necessidade de travar o debate sobre o reformismo da social-democracia ocidental numa perspectiva que resgatasse os fundamentos da crítica marxiana, tendo como base a importante conexão entre economia e política, tão difundida por Marx em suas obras.

Encontramos essa contribuição nas obras de István Mészáros, teórico húngaro marxista que tem estudado temas bastante relevantes e de um ponto de vista radicalmente crítico, como o resgate da relação de complementaridade e interdependência entre o sistema do capital e o Estado capitalista, a incontornabilidade do capital, a crítica socialista, a crise estrutural do capital, a ideologia, a divisão hierárquica do trabalho, entre outros. Das obras produzidas pelo autor, duas nos chamaram a atenção, pois trazem de forma mais concentrada o debate sobre o reformismo da social-

democracia ocidental; são elas: *Para Além do Capital* e *O Poder da Ideologia*. O que apresentamos nesse livro não é um estudo detalhado sobre as principais questões discutidas nessas obras, mas, através da leitura e estudo dessas obras, identificamos em cada capítulo delas as discussões que contribuíram para elucidar o nosso tema de interesse – a crítica do autor *ao reformismo da social-democracia ocidental*.

O nosso objetivo ao apresentar a crítica de István Mészáros ao reformismo da social-democracia ocidental não se limitou a elucidar a função social desempenhada pela social-democracia durante a fase de expansão imperialista e como se deu a origem da crise que ela vem enfrentando hoje. Nossa proposta de estudo foi além disso, pois buscou, a partir da investigação das obras de Mészáros, explicar como se organiza o sistema do capital, sua relação de complementaridade com o Estado, e, ao demonstrar como se dá esse processo, analisar os limites objetivos inerentes à estratégia reformista da social-democracia ocidental.

Mészáros chama a atenção para a necessidade de conhecermos a base material do reformismo, pois foi com ela que se geraram as condições essenciais à ampliação dos ganhos materiais para os trabalhadores de alguns países desenvolvidos, o que deu sustentação para a adesão desses trabalhadores ao reformismo. Enfatizamos que é nas obras citadas acima que o autor explica a gênese desse reformismo, apontando os eventos históricos que contribuíram para o seu desenvolvimento durante a fase de expansão imperialista. Mészáros apresenta também a relação existente entre a crise estrutural do capital e a crise da social-democracia, indicando, na esteira de Marx, o socialismo como única solução viável para superar as contradições da ordem socio-reprodutiva do capital.

Nesse sentido, Mészáros, nessas obras, resgata a teoria do valor de Marx e realiza uma investigação profunda das principais categorias da teoria marxiana, analisando-as à luz dos acontecimentos históricos que marcaram o século XX. Foi isso que lhe possibilitou, por exemplo, apresentar sua crítica radical à experiência soviética que, apesar de todo o esforço inicial dos trabalhadores, não desembocou no socialismo. Por outro lado, foi também por partir da investigação marxiana e analisar os desenvolvimentos capitalistas que se desdobraram após 1870 que o

autor conseguiu identificar os fundamentos materiais que explicam a adesão dos partidos social-democratas ocidentais ao reformismo.

Chamamos a atenção para o fato de que, embora as obras *Para Além do Capital* e *O Poder da Ideologia* de István Mészáros tenham sido as referências que tomamos como base para a elaboração deste estudo, recorreremos, sempre que necessário, às obras de outros autores marxistas que nos auxiliaram a compreender melhor os argumentos expostos por Mészáros nessas obras. Entre esses autores, destacamos Marx, Rosa Luxemburgo e Lenin. Vale ressaltar que todos esses autores são citados por Mészáros na discussão sobre o reformismo. Além disso, reportamo-nos também ao livro de Isabel Loureiro<sup>1</sup> e a outra obra citada por Mészáros, *Socialismo Evolucionário*, de Eduard Bernstein, publicada em 1898, que possui uma importância fundamental para a mudança de perspectiva da social-democracia ocidental.

Entendemos que por todos os motivos aqui elencados, o estudo das obras de Mészáros é fundamental para compreendermos as contradições presentes no sistema do capital, as quais têm se agravado cada vez mais após o surgimento da crise que se iniciou em 1970. A relação intrínseca entre essa crise do capital e a crise da social-democracia ocidental foi demonstrada pelo autor ao constatar que quanto mais a crise estrutural do capital se agrava, mais a função desempenhada pela social-democracia durante todo o período de expansão imperialista, de "administrar o sistema em nome do capital" e se adaptar "às estratégias do parlamentarismo reformista" (MÉSZÁROS, 2004, p. 424, 437), tem demonstrado seu fracasso como estratégia de luta. Pois, como enfatiza o autor, nessa nova fase histórica a tendência tem sido reduzir "os ganhos substantivos para o trabalho", sendo as "concessões anteriores (...) arrancadas, tanto em termos econômicos como no domínio da legislação" (MÉSZÁROS, 2002, p. 330).

---

<sup>1</sup> O livro de Loureiro que utilizamos foi *A Revolução Alemã: 1918-1923*. Nesse livro, Loureiro elabora uma síntese histórica muito relevante dos acontecimentos que antecederam a Revolução Alemã (1918-1923), o que nos parece pertinente resgatar aqui, pois nos ajuda a entender alguns eventos históricos que explicam a adesão da social-democracia alemã ao reformismo, a qual, como veremos, terá uma influência significativa sobre a social-democracia de outros países e sobre o movimento socialista internacional.

Nessa conjuntura histórica, portanto, temos o sistema do capital imerso numa crise sem precedentes. Para continuar assegurando o domínio da ordem socio-reprodutiva, ele tem exigido uma intervenção muito mais presente do Estado. De fato, é o Estado, complemento político do sistema do capital, a esfera mais competente para exercer a tarefa de administrar os problemas gerados pela própria ordem do capital. A crise que nos referimos acima teve início na década de 1970. No Brasil, a partir de 1980 temos acompanhado uma série de propostas de reformas implementadas pelo Estado capitalista para tentar adequar a atuação do poder político a essa nova conjuntura histórica. Implantação do projeto neoliberal, transferência de responsabilidades, antes assumidas pelo Estado, para as Organizações Não Governamentais (ONGs), retirada de direitos sociais, redução dos gastos sociais, realização de reformas tributárias, trabalhistas e da previdência social, etc., são apenas alguns exemplos do que temos observado desde então.

Entre as diversas situações enfrentadas pelos trabalhadores nessa época podemos citar o aumento da demanda de vastas camadas populacionais por políticas e programas sociais numa época em que os gastos sociais acham-se cada vez mais restritos, e os programas sociais têm se direcionado apenas para os "mais pobres" entre "os pobres".

Essa conjuntura exige como uma necessidade urgente a investigação dos limites objetivos que a ordem socio-reprodutiva do capital impõe para a ampliação das políticas e direitos sociais reivindicados pelos trabalhadores. Ao enfatizarmos isso não queremos reduzir a importância que as lutas de resistência às imposições do capital possuem hoje; Pelo contrário, precisamos mesmo lutar, junto com os trabalhadores, contra a retirada dos poucos direitos sociais assegurados em épocas passadas.

No entanto, como procuramos demonstrar com este estudo, torna-se cada vez mais importante compreendermos os limites da estratégia de restringir toda a ação do movimento do trabalho a uma luta que tem como objetivo final tão só defender os trabalhadores dos efeitos da exploração capitalista numa época histórica que, como veremos, tem demonstrado, de forma cada vez mais explícita, que para lutar em prol da ampliação de políticas e direitos sociais é preciso desafiar o poder do capital, pois sua forma de operação não leva em conta os problemas produzidos

pela busca desenfreada pelo lucro, mesmo que esses problemas coloquem em risco a sobrevivência da própria humanidade. Essas considerações evidenciam a importância de compreendermos como se organiza o sistema do capital e quais os limites postos por ele ao atendimento das reais necessidades dos trabalhadores.

Para facilitar a compreensão da crítica de Mészáros ao reformismo da social-democracia ocidental, apresentamos o texto dividido em quatro capítulos. Nosso objetivo ao apresentar a discussão sobre *O sistema do Capital e o Estado capitalista*, que constitui o primeiro capítulo desse livro, é enfatizar as principais características do sistema do capital, suas contradições e antagonismos, além de demonstrar, sempre a partir das considerações de Mészáros, o papel indispensável desempenhado pelo Estado moderno ou capitalista nesse sistema socio-reprodutivo. Consideramos que somente após compreendermos como funciona o sistema do capital e qual é a sua finalidade enquanto ordem socio-reprodutiva dominante, identificando, ao mesmo tempo, a função que nela exerce o Estado, é que poderemos apresentar a discussão do autor sobre os limites objetivos postos pelo próprio sistema do capital à realização da estratégia reformista da social-democracia ocidental.

A relação entre o reformismo e o imperialismo é apresentada no segundo capítulo, intitulado *Relação entre Imperialismo e Reformismo e a Introdução da Estratégia Reformista no Movimento Social-democrata Ocidental*. Com essa discussão buscamos reforçar a tese de Mészáros de que o capitalismo monopolista ou imperialismo foi a base material que possibilitou a introdução do reformismo no movimento do trabalho. Veremos em que período histórico e sob quais circunstâncias o movimento do trabalho, tendo a expansão imperialista como suporte material, aderiu ao reformismo e qual a contribuição da obra de Eduard Bernstein, *Socialismo Evolucionário*, para a introdução do debate sobre o reformismo presente no movimento social-democrata ocidental.

No terceiro capítulo, *Crítica ao Reformismo da Social-democracia Ocidental*, apresentaremos as razões, apontadas por Mészáros, da inviabilidade objetiva da proposta reformista da social-democracia no sistema do capital, bem como os limites postos por esse mesmo sistema à política parlamentar, tornando esse espaço protegido contra toda reforma estrutural que tenha como objetivo questionar sua ordem socio-reprodutiva. Além disso, destacaremos os eventos

históricos que se desenvolveram após a Primeira Guerra Mundial e que contribuíram para que os trabalhadores dos principais países capitalistas desenvolvidos obtivessem algumas vantagens materiais, as quais tiveram um papel fundamental no processo de adesão desses trabalhadores ao reformismo.

No quarto e último capítulo, *Crise Estrutural do Capital, Crise da Social-democracia Ocidental e a Alternativa Socialista*, como o próprio título sugere, abordaremos a discussão de Mészáros sobre a relação entre a crise estrutural do capital e a crise da social-democracia ocidental, assinalando os problemas e as contradições que emergem desse processo, bem como identificando alguns elementos presentes nessa época histórica que indicam a necessidade de o movimento do trabalho reestruturar suas formas e estratégias de luta, e aliar a luta cotidiana imediata por demandas importantes para os trabalhadores à luta mais geral pela instituição do socialismo.





## CAPÍTULO I

### O SISTEMA DO CAPITAL E O ESTADO CAPITALISTA

Neste capítulo, daremos ênfase à investigação de Mészáros sobre as principais características do sistema do capital, do modo de produção capitalista e da relação de complementaridade e interdependência entre esse sistema socio-reprodutivo e o Estado moderno ou capitalista. Para tanto, priorizaremos, por um lado, a discussão sobre os fatores que contribuíram para tornar o sistema socio-reprodutivo do capital dominante, em especial o aumento da produtividade social, a superação da autossuficiência, comum aos sistemas anteriores, a subordinação do valor de uso ao valor de troca, entre outros; por outro lado, ressaltaremos a importante contribuição de Mészáros para explicar as consequências negativas de todo o processo de consolidação do sistema do capital, principalmente a separação dos trabalhadores do controle do processo produtivo, que geraram contradições, antagonismos e defeitos estruturais incorrigíveis nessa base socio-reprodutiva.

É, pois, com base nessa discussão que apresentaremos as considerações de Mészáros sobre a importante função que cumpre o Estado moderno ou capitalista no sistema do capital. O autor considera o Estado não como um apêndice utilizado quando necessário por esse sistema, mas como parte constituinte da

própria base material do capital, como um complemento político indispensável ao seu modo de operação, e que surgiu ao mesmo tempo em que esse sistema socio-reprodutivo foi se estruturando.

A intervenção do aparato estatal no período da acumulação primitiva, em especial a imposição das "leis sanguinárias" sobre os antigos camponeses, como bem explica Marx em *O Capital*, apenas exemplifica a relação de complementaridade e interdependência existente entre o Estado e o sistema do Capital. Entre as tarefas desenvolvidas pelo Estado nesse sistema socio-reprodutivo, destacaremos a de auxiliar na administração das contradições estruturais do sistema e contribuir para que o capital continue retirando o máximo de mais-valia (trabalho não pago, lucro) dos trabalhadores.

Vale enfatizar que ao apresentarmos as principais características do sistema socio-reprodutivo do capital, junto com suas contradições e a relação de complementaridade com o Estado, temos como objetivo contribuir para a discussão que faremos nos demais capítulos sobre os limites objetivos das reformas sociais e sobre a crítica de Mészáros à proposta reformista da social-democracia ocidental.

## 1.1 Características essenciais do sistema do capital

A discussão realizada por Mészáros sobre as características fundamentais do sistema do capital é sustentada na investigação marxiana. Segundo Mészáros (2002, p. 721, grifos do autor), "o objeto da crítica de Marx não era o capitalismo, mas o capital". Sua maior preocupação não era identificar os problemas gerados pelo modo de produção capitalista, mas "livrar a humanidade das condições sob as quais a satisfação das necessidades humanas deve ser subordinada à '*produção do capital*'", nas quais os valores de uso são subordinados aos valores de troca.

De acordo com Mészáros, Marx sustenta que o "capital é o poder econômico onipotente da sociedade burguesa. Deve formar o ponto de partida assim como o ponto de chegada" (*apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 702, grifos do autor). Nesse sentido, faz-se necessário ressaltar que o capital pode ser identificado em formações sociais anteriores, mas apenas sob a forma de capital-

comercial ou capital-dinheiro, ou seja, não constituindo, nesses períodos históricos, "o elemento predominante das sociedades"<sup>2</sup>.

Para Marx, foi apenas na economia burguesa que o capital pôde se manifestar em sua forma plenamente desenvolvida. Esse é, portanto, o motivo de Marx concentrar sua investigação na ordem social capitalista. Seu objetivo não era desconsiderar, em sua abordagem teórica, os antecedentes históricos do sistema do capital, tampouco partir da consideração de que o capital emergiu de forma repentina na sociedade capitalista, mas: 1) demonstrar os aspectos negativos e a tendência do sistema do capital à desintegração; 2) realizar a sua crítica à economia política; e 3) combater a tese que afirma a eternização da ordem capitalista, bastante difundida pelos economistas burgueses.

Foi para criticar essa perspectiva que propõe a eternização do sistema capitalista, que, segundo Mészáros (2002), Marx concentrou a sua investigação na fase em que a reprodução do sistema socio-reprodutivo do capital apenas pode ser assegurada se houver a apropriação contínua do trabalho excedente. Vale lembrar que é nesse estágio de desenvolvimento da sociedade

---

<sup>2</sup>De acordo com Mészáros (2002, p. 708), Marx verificou que nas formas pré-capitalistas de subsunção formal do trabalho ao capital predominavam o capital usurário e o capital mercantil. Diferentemente dessas formações sociais anteriores, a forma de dominação plenamente desenvolvida do capital possui, além da subsunção formal, a subsunção real do trabalho ao capital. Esta é "caracterizada pela produção em larga escala, envolvendo ciência e maquinaria e assegurando o predomínio da mais-valia relativa, em contraste com a prevalência da mais-valia absoluta sob as condições da subsunção formal do trabalho".

Marx (1984, p. 106) explica no tomo II de *O Capital* que "a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais. Ela supõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que com seus métodos, meios e condições nasce e é formado naturalmente apenas sobre a base da subordinação formal do trabalho ao capital. No lugar da formal surge a subordinação real do trabalho ao capital".

capitalista que a força de trabalho se torna mercadoria<sup>3</sup>. Como consequência desse processo, Marx afirma que a produção se transforma em "produção de mercadorias em sua extensão *completa*, em *toda* a sua largura e comprimento". Dessa forma, "(...) com a chegada da produção capitalista o valor de *uso* é, pela primeira vez, mediado genericamente pelo valor de troca" (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 707, grifos do autor).

De acordo com Marx, a mercadoria foi o pressuposto para a afirmação do sistema capitalista, ou seja, foi o seu ponto de partida. Mas tão logo a forma plenamente desenvolvida se consolidou na sociedade, a mercadoria apareceu como o produto do capital. Vale enfatizar que foi somente nesse estágio do desenvolvimento histórico que a troca de mercadoria se desenvolveu plenamente, tornando-se a "forma social universalmente necessária do produto" (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 707).

Na base desse movimento da mercadoria – surgir como pressuposto para a formação do sistema do capital e depois transformar-se em seu próprio produto – está o círculo vicioso da autorreprodução do capital, considerado por Mészáros (2002, p. 707) como "o modo mais poderoso de controle sociometabólico jamais conhecido na história". O autor explica que

o poder que domina o trabalhador é o poder circularmente transformado do próprio trabalho social, que assume uma forma atrofiada, 'travestida' e se afirma na 'situação *fetichizada* em que o *produto é o proprietário do produtor*'. (MÉSZÁROS, 2002, p.707. grifos do autor).

Para Marx (*apud* Mészáros, 2002, p. 711, grifos do autor),

---

<sup>3</sup> Como enfatiza Marx, "o que, portanto, caracteriza a época capitalista é que a força de trabalho assume, para o próprio trabalhador, a forma de uma mercadoria que pertence a ele, que, por conseguinte, seu trabalho assume a forma de trabalho assalariado. Por outro lado, só a partir desse instante se universaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho" (MARX, 1988, p. 137/nota nº 41 do *O Capital*, Volume I, São Paulo, Nova Cultural – Série Os Economistas).

apesar de os pressupostos para a transformação do dinheiro em capital aparecerem como *pressupostos* dados e externos para a emergência do capital, tão logo se transforma em capital, o capital cria seus próprios pressupostos, a saber, a posse das condições reais para a criação de novos valores sem *troca* – pelo seu próprio processo de produção. (...) [Eles] agora aparecem como resultados de sua própria realização, como realidade, como originados por ele, não como *condições de sua emergência*, mas como *resultados de seu próprio ser*.

Como observa Mészáros (2002, p. 855), é através desse processo de partir de uma dada acumulação precedente e depois obter a condição real para criar novos valores sem troca que o capital se torna causa sui, isto é, "sua própria causa". Ao atingir esse grau de desenvolvimento, o resultado obtido, que na verdade pressupõe uma acumulação anterior, é apresentado como sendo fruto da própria ação do capital. É desse modo que o sistema do capital reivindica para si uma genuína legitimidade constitucional para justificar a sua forma atual de funcionamento. Ele faz isso alegando que "representa o poder produtivo, vitalmente necessário da sociedade vis-à-vis os indivíduos, incorporando os interesses de todos, sendo, portanto, a base de continuidade das suas existências", ou ainda, como condição fundamental "da reprodução societária" e "o fundamento constitucional de sua própria ordem política".

No entanto, não se pode deixar de enfatizar que a legitimidade constitucional do capital, alegada por seu sistema sociorreprodutivo, baseia-se na expropriação dos produtores dos seus instrumentos e materiais de trabalho. Nesse processo, desaparece o verdadeiro fundamento que assegura a reprodução sociometabólica do capital, isto é, o poder produtivo do trabalho, que é o que garante essa reprodução. Para o autor, isso é possível porque, por um lado, há a omissão da origem histórica não legítima da acumulação primitiva do capital com sua correspondente expropriação violenta dos trabalhadores, que serve de pré-condição para a estruturação do modo de produção capitalista e, por outro, porque a natureza mistificadora das relações produtivas capitalistas contribui para que essas questões, diretamente ligadas à reprodução socioeconômica do capital, não sejam problematizadas pelos trabalhadores.

Nas palavras de Marx (*apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 855, grifos do autor),

as condições objetivas do trabalho não aparecem como subsumidas ao trabalhador, ao invés disso, é ele que aparece subsumido àquelas. O capital emprega o trabalho. Mesmo na sua simplicidade, essa relação é uma personificação de coisas e uma reificação de pessoas.

Além disso, Mészáros (2002) explica que, como condição essencial para o seu adequado funcionamento, o capital teve de realizar a homogeneização de todas as relações produtivas e distributivas do seu sistema socio-reprodutivo. Para isso, a unidade entre necessidade e produção foi rompida. Ao separar os trabalhadores dos seus instrumentos de trabalho, transformando-os em trabalhadores assalariados, o capital rompeu os obstáculos impostos anteriormente ao consumo, subordinando o valor de uso ao valor de troca.

Essas mudanças possibilitaram um desenvolvimento econômico nunca antes alcançado, pois ao separar o valor de uso do valor de troca, subordinando o primeiro ao último, o sistema capitalista transformou os produtos em mercadorias. Marx (2010) explica que "aquele que produz um objeto para seu uso pessoal e direto, para o seu consumo, produz um *produto*, mas não uma *mercadoria*". Assim, ao contrário da fabricação do produto, que satisfaz apenas uma necessidade pessoal, de consumo, do produtor, a mercadoria, além de ter de atender a uma necessidade social, deve ter nela contida certa quantidade de trabalho social, que expressa a soma total de trabalho despendido por todos os trabalhadores que estiveram diretamente ligados à produção dessa mercadoria. Além disso, o trabalho contido na mercadoria deve estar submetido à divisão de trabalho dentro da sociedade<sup>4</sup>.

Mészáros (2002, p. 624) ressalta também que, no sistema capitalista, as mercadorias produzidas pelos trabalhadores devem "entrar na relação de troca do capital (...) para se realizar como valor em benefício da reprodução ampliada do capital", concretizando materialmente a subordinação do valor de uso ao valor de troca.

Marx (*apud* MÉSZÁROS, 2002, p.708, grifos do autor) enfatiza que "o capital é apenas uma *coisa*, tal como o dinheiro o é".

---

<sup>4</sup>Para uma discussão mais aprofundada sobre essa questão, conferir a obra de Marx "Salário, Preço e Lucro", principalmente o capítulo VI.

Para que o dinheiro se transforme em capital é necessário que ele seja trocado por capacidade de trabalho<sup>5</sup>, isto é, que o trabalhador venda a sua força de trabalho como uma mercadoria no mercado<sup>6</sup>. Isso pressupõe que esse trabalhador seja dono dessa mercadoria. Mas ele só pôde se transformar em trabalhador assalariado e possuidor de sua própria força de trabalho quando suas condições materiais de existência se tornaram propriedade do capital.

Para Marx (1988, p. 252), o processo que transforma dinheiro em capital – condição essencial ao desenvolvimento da produção capitalista – apenas foi possível a partir do surgimento de circunstâncias históricas específicas que se expressaram da seguinte forma: dois tipos distintos de possuidores de mercadorias são obrigados, pelas próprias condições oferecidas neste período<sup>7</sup>, a estabelecer uma relação de troca no mercado. Por um lado, há "os possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência", que, para valorizarem a "soma-valor" que possuem, precisam comprar a força de trabalho do trabalhador; por outro lado, há os trabalhadores que, ao terem sido expropriados de seus antigos instrumentos de trabalho, são impelidos a vender a única coisa que lhes restou, a sua força de trabalho. Assim, consolidado esse processo,

(...) essas condições objetivas devem, do ponto de vista formal, enfrentar o trabalho como poderes estranhos, independentes, como valor – trabalho objetivado – para o qual o trabalho vivo não passa de um meio de sua própria preservação e expansão. (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 708, grifos do autor).

---

<sup>5</sup> Por capacidade de trabalho ou força de trabalho Marx (1988, p. 135) entende "o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie".

<sup>6</sup> Segundo Marx (1988, p. 135), "a força de trabalho como mercadoria só pode aparecer no mercado à medida que e porque ela é oferecida à venda ou é vendida como mercadoria por seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para que seu possuidor venda-a como mercadoria, ele deve poder dispor dela, ser, portanto, livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa", ou seja, ser dono de sua própria força de trabalho.

<sup>7</sup> Marx ressalta no capítulo XXIV do *O Capital* que, na Inglaterra, o revolucionamento que estruturou a base do modo de produção capitalista dada do final do século XV e início do século XVI.

No sistema capitalista, a aparência enganosa de um contrato entre diferentes proprietários de mercadorias que teriam direitos iguais e se confrontariam livremente no mercado, ou seja, possuidores de dinheiro e possuidores de força de trabalho,

cumprindo muitas das funções necessárias de imposição, criando a ilusão de relações 'consensuais' e 'democráticas', sob as condições realmente existentes nas quais o trabalho é 'obrigado', isto é, economicamente compelido – a se submeter aos imperativos da economia do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p.939)

Por outro lado, o sistema capitalista, apesar de todas essas características que o tornam o sistema mais produtivo da história, somente "tem sentido" (...) enquanto tiver sentido a incomparável dinâmica de expansão do sistema" (MÉSZÁROS, 2002, p. 940).

O sistema do capital compartilha com os demais sistemas de caráter explorador a sua compulsão pelo trabalho excedente. Entretanto, a economia capitalista dirigida é a forma econômica mais desenvolvida na história. Sua superioridade em face dos outros sistemas se deve ao fato de ele intervir com um dinamismo interno e uma expansibilidade global nunca antes constatados no desenvolvimento histórico.

O fetichismo do sistema capitalista cria a ilusão de que não existe dominação do capital sobre o trabalho na ordem capitalista moderna. Marx desconstrói por completo essa mistificação ao afirmar que

esta perpetuação da relação do capital como comprador e o trabalhador como vendedor de trabalho é uma forma de mediação que é imanente a esse modo de produção; mas é uma forma que apenas se distingue em um sentido formal das outras, mais direta, formas de escravização do trabalho e de *propriedade no trabalho* por parte do proprietário das condições de produção. Ela *dissimula* como uma *mera relação de dinheiro* a transação real e a dependência perpétua, que é constantemente renovada por esta mediação de compra e venda. (...) A constante renovação dessa relação de *compra e venda* apenas faz a mediação da permanência da relação específica de dependência, dando a ela a *aparência* enganadora de uma transação, de um contrato entre *proprietários de mercadorias* que possuem direitos iguais e se confrontam de modo igualmente livre. (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 709, grifos do autor).

Como vimos, a dominação e a exploração do trabalho estão presentes desde o surgimento das sociedades de classe. Porém, elas



adquirem uma especificidade na sociedade capitalista: a relação de compra e venda da força de trabalho é apresentada como um contrato entre diferentes proprietários de mercadorias que, supostamente, teriam direitos iguais e se confrontariam livremente no mercado. Mészáros (2002, p. 710) afirma que essa forma mistificadora de apresentar a relação entre capital e trabalho na sociedade capitalista contribui para "esconder a coerção implacavelmente dominante, que aparece como coisa normal e sob a aparência enganadora de contratos livremente acordados".

Faz-se necessário, portanto, nos determos um pouco na relação entre capital e trabalho estabelecida no sistema do capital. Mészáros (2002, p. 713-23, 859) explica que a relação-capital<sup>8</sup> é fundada no antagonismo estrutural entre o capital e o trabalho. Nessa relação, capital e trabalho "estão inseparavelmente associados no processo de reprodução material" e são incapazes de "sobreviver por si próprios sem a reprodução contínua de um e de outro". Essa é também uma relação na qual "o controlador do trabalhador [o capitalista] (...) enfrenta e domina o trabalhador"<sup>9</sup>, fazendo com que este esteja, enquanto ela existir, subordinado "às condições reificadas e alienadas de seu exercício".

Assim, para se reproduzir, a relação-capital precisa gerar quatro condições essenciais: 1) a separação e alienação dos trabalhadores das condições de realização do trabalho; 2) a imposição dessas condições objetivas sobre os trabalhadores como um comando separado deles e que exerce domínio sobre eles; 3) a

---

<sup>8</sup> De acordo com Marx (*apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 204, grifos do autor), a relação-capital opera uma "completa revolução". "Por um lado, ela cria, pela primeira vez, as condições reais para a dominação do capital sobre o trabalho, completando-as, dando-lhes uma forma adequada. Por outro lado, nas forças produtivas do trabalho que ela desenvolve em oposição ao trabalhador, nas condições de produção e nas relações de comunicação, ela cria as condições para um novo modo de produção, relegando a forma antagonica do modo de produção capitalista e lançando a base material para um processo de vida social com nova formação e, daí, uma nova formação social".

<sup>9</sup> Para Mészáros (2002, p. 410, grifos do autor), o trabalhador "é submetido, material e politicamente, a uma dependência estrutural ao capital (...) cujas injunções objetivas e cujos imperativos estruturais devem ser executados também pelo pessoal dirigente".

existência da personificação do capital<sup>10</sup> "como 'valor egoísta' – com sua subjetividade usurpada e sua pseudopersonalidade – que persegue sua própria autoexpansão, com uma vontade própria"<sup>11</sup>; e 4) a presença da personificação do trabalho, ou seja,

a personificação dos trabalhadores<sup>12</sup> como 'trabalho' destinado a entrar numa relação de dependência ou contratual/econômica ou politicamente regulada com o tipo historicamente prevalecente de capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 720).

Para o autor, essas quatro condições essenciais para a reprodução da relação-capital são partes integrantes do sistema orgânico do capital e permanecerão inalteradas enquanto o domínio do capital continuar existindo (MÉSZÁROS, 2002, p. 720).

Em sua obra *O Poder da Ideologia*, Mészáros (2004, p. 16) define o sistema do capital como

(...) um sistema orgânico de reprodução sociometabólica, dotado de lógica própria e de um conjunto objetivo de imperativo, que subordina a si – para o melhor e para o pior, conforme as circunstâncias – todas as áreas da atividade humana, desde os processos econômicos mais básicos até os domínios intelectuais e culturais mais mediados e sofisticados.

De fato, como o autor menciona em sua obra *Para Além do Capital*, o capital é "o regulador sociometabólico do processo de reprodução material". Essa definição de Mészáros desvela uma das características mais importantes do capital: a de ser uma forma de domínio hierárquico sobre a sociedade que "detém o controle de

---

<sup>10</sup> Mészáros (2002, p. 718-23, grifos do autor) caracteriza a personificação do capital como "o proprietário capitalista dos meios de produção" que controla "o processo objetivo de reprodução (...) em favor do próprio capital".

<sup>11</sup> Essa "vontade" que o autor refere não está relacionada à existência de um "capricho individual", mas à "realização dos imperativos expansionistas do capital em si" (MÉSZÁROS, 2002, p. 720).

<sup>12</sup> Para Mészáros (2002, p. 917, grifos do autor), no sistema do capital, o trabalho é "estruturalmente privado do controle das condições necessárias de produção, reproduzindo o capital em uma escala ampliada, ao mesmo tempo que, como sujeito real da produção e personificação do trabalho, confronta defensivamente o capital".

todos os aspectos vitais do sociometabolismo". O sistema do capital se constituiu na história como um "poder alienado de tomada de decisão" que e só pode funcionar tornando "suas decisões inquestionáveis (pela força de trabalho) em cada unidade produtiva". Essa articulação hierárquica e autoritária de administrar o sistema socio-reprodutivo também se manifesta no antagonismo estrutural inconciliável existente entre o capital e o trabalho, e é esse antagonismo que impede que o trabalho participe "de todas as decisões significativas" que dizem respeito ao funcionamento da ordem social vigente (MÉSZÁROS, 2002, p. 29, 27).

Nesse sentido, o capital não constitui apenas uma entidade material, ele é mais que isso: é "*uma forma incontrolável de controle sociometabólico*". Segundo o autor,

a razão principal por que esse sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa [...] estrutura "totalizadora" de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua "viabilidade produtiva", ou perecer, caso não consiga se adaptar. (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

É essa característica que torna o modo de produção do capital o primeiro sistema na história a se configurar "como totalizador irrecusável e irresistível", submetendo tudo ao seu controle, "inclusive seres humanos". Desse modo, tal sistema socio-reprodutivo sobrepõe

a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu 'microcosmo' até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais. (MÉSZÁROS, 2002, p. 97).

Segundo Mézszáros (2002, p. 98, grifos do autor), foi nesse processo de subordinar toda a sociedade aos seus objetivos socio-reprodutivos que o sistema do capital se articulou e se consolidou como "*estrutura de comando singular*" que determina as oportunidades dos indivíduos de acordo com o lugar do seu grupo social "*na estrutura hierárquica de comando do capital*". Ao subordinar toda a sociedade aos seus imperativos produtivos, o sistema do capital tornou-se, sem dúvida, o sistema mais dinâmico entre todos os modos de produção existentes.

Como observa o autor,

o único modo possível de controle [do capital] emana da sua determinação ontológica mais interna, como um mecanismo reificado de auto-expansão ao qual tudo na esfera da reprodução social deve estar subordinado. Por essa razão, os processos capitalistas de controle dentro das unidades particulares do sistema produtivo estabelecido são complementados na sociedade como um todo por aqueles arranjos sociais que garantem e ampliam o poder do capital por toda parte. (MÉSZÁROS, 2004, p. 514).

A principal função desses arranjos é assegurar que a dominação dos produtores pelo capital não seja contestada nem posta em xeque. É aí que se afirma o controle do capital, que precisa ser, por todo o tempo em que existir, dinâmico, despótico e reificado.

No sistema capitalista, o processo de sujeição da sociedade à realização dos objetivos da expansão lucrativa do capital assume, em primeiro lugar, a forma de divisão da sociedade em classes sociais, que são opostas e irreconciliáveis entre si no que se refere às suas bases objetivas. Em segundo lugar, ele assume a forma de instituição do controle político total.

Conforme o autor, o capital encontrou na divisão social hierárquica do trabalho uma forma de consolidar essas duas formas de sujeição da sociedade às suas necessidades fundamentais de reprodução. Apresentando-se como uma força potencialmente explosiva, essa divisão hierárquica do trabalho é, para o sistema do capital, uma necessidade inevitável, pois, como nos explica o autor, ela

vem da condição insuperável, sob o domínio do capital, de que a sociedade deva se estruturar de maneira antagônica e específica, já que as funções de produção e de controle do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos. (MÉSZÁROS, 2002, p. 99).

É a divisão hierárquica do trabalho que possibilita ao capital exercer suas funções metabólicas fundamentais, assegurando as condições necessárias para continuar a extrair o máximo possível de trabalho excedente dos produtores. Nesse aspecto inerente ao tipo de controle exercido pelo capital, sua ação também é inovadora no sentido de que ele impôs a separação radical entre

controle e produção, não existente no sistema sociorreprodutivo que o antecedeu<sup>13</sup>.

No que se refere à ideologia dominante<sup>14</sup> na sociedade capitalista, Mészáros (2002, p. 1.033) explica que ela cumpre um papel fundamental no processo de internalização das restrições objetivas do capital. Ela possui como objetivo fundamental a preservação do *status quo*, o que pressupõe a manutenção também das desigualdades sociais, que constituem uma característica estrutural da ordem estabelecida. Embora a ordem social que ela defende seja envolta por contradições e antagonismos internos, ela

---

<sup>13</sup>Lembremos que no início do feudalismo, o servo, apesar de ser subordinado na esfera política, ainda era dono dos instrumentos de trabalho e participava de todo o processo de fabricação dos produtos. A retirada dos instrumentos de trabalho do servo aconteceu ainda no processo de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Como bem lembra Marx no capítulo XXIV do *O Capital*, a separação do trabalhador dos seus instrumentos de trabalho é uma das condições essenciais para a instituição do modo de produção capitalista, uma vez que nesse sistema reprodutivo o trabalhador precisa ter apenas como única propriedade sua própria força de trabalho. Esta condição é uma exigência para que ele se torne trabalhador assalariado e seja obrigado a vender sua força de trabalho para o capitalista em troca de um salário. Com esse processo, o trabalhador não perde apenas os instrumentos de trabalho e as condições para a realização de sua atividade autônoma; ele deixa também de participar de todo o processo de produção, tornando-se "um apêndice da máquina".

<sup>14</sup>De acordo com Mészáros (2004, p. 67), as ideologias são determinadas pela época histórica em que emergem. Isso acontece, em primeiro lugar, pelo fato de a consciência social prática de uma dada sociedade ser ideológica, no preciso sentido de assegurar o caráter antagonístico eminentemente insuperável de suas estruturas sociais. A ideologia dominante "deve apelar para a 'unidade' e para a 'moderação' – a partir do ponto de vista e em defesa do interesse das relações de poder hierarquicamente estabelecidas – precisamente para legitimar suas reivindicações hegemônicas em nome do 'interesse comum' da sociedade como um todo". Em segundo lugar, porque "o caráter específico do conflito social fundamental (...) surge do caráter historicamente mutável (...) das práticas produtivas e distributivas da sociedade e da necessidade correspondente de se questionar radicalmente a continuidade da imposição das relações socioeconômicas e político-culturais que, anteriormente viáveis, tornam-se cada vez menos eficazes no curso do desenvolvimento histórico".

precisa funcionar como um conjunto integrado, como um sistema orgânico. A ideologia dominante cumpre também uma função consolidadora muito importante nesse processo, difundindo o mito da "unidade orgânica" e asseverando que a ordem social representa os interesses

da maior parte da população contra o 'inimigo externo', as minorias 'racialmente inferiores', o pretensio 'mero punhado de desordeiros' que se supõe serem a causa das greves e da inquietação social. (MÉSZÁROS, 2002, p. 1033).

Por causa dessa determinação estrutural ineliminável e de sua necessidade de legitimar o *status quo* da ordem social que ela representa, a ideologia dominante só pode operar se apresentar "seus próprios interesses, por mais estreitos que sejam, como o 'interesse geral' da sociedade". É por esse motivo que ela precisa continuar a difundir o discurso da "unidade orgânica" e do "equilíbrio adequado". Por outro lado, ela precisa difundir o discurso de que "não há alternativa" à autoridade diretora do capital e às decisões políticas e econômicas, ditas "racionais", tomadas pelas personificações do capital em dadas circunstâncias (MÉSZÁROS, 2002, p. 1.033).

É nesse processo que as restrições objetivas do capital são "internalizadas"; isso acontece tanto do ponto de vista da exploração e domínio exercidos pelo capital, quanto no que se refere à subordinação imposta aos trabalhadores no processo produtivo, pois o próprio desenvolvimento da divisão social capitalista "cria novas condições para a *dominação do capital* sobre o trabalho" (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2004, p. 530, grifos do autor).

O sistema capitalista impõe uma disciplina férrea sobre os trabalhadores através do autoritarismo do local de trabalho e da tirania do mercado. Para Mézszáros (2002, p. 973, grifos do autor), nesse sistema social o mercado de trabalho não é, como os apologistas do capital querem fazer acreditar, "uma relação direta de compra e venda" de mercadorias, "mas *uma relação hierárquica de poder estruturalmente predeterminada*", pois os indivíduos que entram nessa relação não possuem as mesmas condições objetivas que os capitalistas, pelo contrário, eles entram como realmente são: "personificações individuais do trabalho duramente constrangidas

que confrontam as personificações do capital preponderantemente favorecidas".

No que se refere às jornadas de trabalho cumpridas pelos trabalhadores nesse sistema socio-reprodutivo, Mészáros (2002, p. 622) esclarece que elas são estruturadas, tanto vertical quanto horizontalmente, para responder "às exigências da auto-reprodução ampliada do capital". É por meio desse processo de subordinação do trabalho vivo ao capital que se afirma a dominação universal da estrutura de mercadoria capitalista. Para o autor, essa estrutura

se torna universalizável – no sentido de que absolutamente tudo pode ser subsumido a ela – precisamente porque, sob as novas circunstâncias, o trabalho vivo mercantilizado pode ser utilizado e controlado com grande flexibilidade e dinamismo. Este controle é exercido tanto horizontal como verticalmente, tal como os imperativos estruturais emergentes da divisão do trabalho capitalista o prescrevem (sob seus múltiplos aspectos funcionais e sociais/hierárquicos). (MÉSZÁROS, 2002, p. 622, grifos do autor).

Enquanto a organização horizontal das jornadas de trabalho na sociedade capitalista, sendo dispostas e supervisionadas lado a lado, num mesmo espaço físico, embora em diferentes países, possibilita o estabelecimento de um "padrão funcionalmente adequado e dinamicamente modificável", sua estruturação vertical tem por finalidade "assegurar o desenvolvimento dinâmico do sistema capitalista" (MÉSZÁROS, 2002, p. 622).

Vale ressaltar, no entanto, que a dimensão horizontal pode se desenvolver apenas até o ponto determinado pela dimensão vertical/hierárquica, e é esta que controla todo o processo produtivo. A dimensão vertical/hierárquica do processo de trabalho corresponde diretamente "à estrutura de comando do capital", que possui por finalidade assegurar a preservação do sistema socio-reprodutivo estabelecido por meio da garantia da expansão sempre contínua da mais-valia, o que demanda a máxima exploração possível do trabalho excedente. Segundo Mészáros (2002, p. 623, grifos do autor), pode-se afirmar que "as exigências de controle da ordenação vertical constituem sempre o momento *fundamental* na relação entre as duas dimensões".

Quanto à questão da dependência da força de trabalho às determinações do modo de produção capitalista, o autor enfatiza

que ela se revela no fato de que, para se reproduzir e garantir sua subsistência na sociedade capitalista, o trabalhador precisa vender sua força de trabalho, isto é, entrar na relação de troca capitalista. Já para o capital o que realmente importa é extrair o máximo possível de trabalho excedente desse trabalhador.

Como vimos, essa "*compulsão de produzir trabalho excedente*" não é uma característica exclusiva do modo de produção capitalista, outros sistemas econômicos anteriores a ele também possuíam essa compulsão; a diferença é que no sistema capitalista essa compulsão é realizada de forma mais produtiva, pois, uma vez a relação-capital desenvolvida, o capital, como ressalta Marx, se apropria "*das forças produtivas do trabalho social e das forças sociais da produção em geral*" com o objetivo de aumentar a intensidade do trabalho e reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 203).

Segundo Mézáros (2002, p. 971, 610), o impulso de impor à humanidade a produção da riqueza como o objetivo mais importante a ser perseguido "emana dos imperativos expansionistas de produção do capital, e deve prevalecer a todo custo, não importa o quanto sejam desumanas e deformadoras as consequências". A realização dessas alterações teve uma finalidade no processo de desenvolvimento do sistema capitalista: possibilitar a legitimação legal, material e política tanto das relações de produção capitalista quanto do seu modo peculiar de apropriação e expropriação.

Uma das categorias que mais sofreu o impacto desse processo foi a de propriedade; seu significado foi alterado ao mesmo tempo que o trabalhador foi separado da produção das condições materiais de sua própria existência. O sistema do capital retirou do trabalhador a condição de proprietário das condições de reprodução, transferindo a propriedade destas para "um 'ser estranho'", alheio a ele e que impõe suas demandas e os subjuga com seus imperativos materiais. O sujeito ativo da produção, o trabalhador, deixa de possuir as condições de garantia de sua existência e se transforma numa "mera 'condição material de produção'", sendo a fragmentação e a degradação desse sujeito a comprovação real da brutalização do processo de trabalho imposto pelo capital. Além disso, os trabalhadores passam a ser "reconhecidos como 'sujeitos' legitimamente existentes apenas



como *consumidores manipulados* de mercadorias" (MÉSZÁROS, 2002, p. 611, grifos do autor).

A legitimidade histórica do sistema capitalista foi alcançada graças ao dinamismo produtivo desse sistema social que, tanto em escala nacional como global, apresenta um crescimento da riqueza inimaginável nos sistemas socio-reprodutivos anteriores. No entanto, se, por um lado, a relação-capital apresenta esses fatores positivos, por outro, ela gera contradições e antagonismos insuperáveis por todo o tempo em que ela domina e controla a ordem socio-reprodutiva. Veremos, a seguir, como tais contradições e antagonismos se apresentam no sistema do capital.

## **1.2 Contradições e antagonismos estruturais do sistema do capital**

Diferentemente dos modos de produção anteriores, as unidades econômicas do sistema do capital "não necessitam nem são capazes de auto-suficiência". O sistema do capital é o primeiro sistema global que possui como característica o impulso irrestringível para superar todas as barreiras que encontrar em seu caminho à expansão. Nesse sistema, também a relação entre produção e consumo foi totalmente reestruturada, pois o capital apenas pode ser realizado "se penetrar no domínio da circulação", diferentemente dos sistemas anteriores que se voltavam, primordialmente, "para a produção e o consumo direto do valor de uso" (MÉSZÁROS, 2002, p. 101; 102, grifos do autor).

Como vimos, no sistema do capital o valor de uso foi subordinado ao valor de troca, e este último se tornou

não apenas indiferente às necessidades humanas, mas ativa e diametralmente oposto a elas, apropriando-se, sem levar em conta as consequências, dos recursos materiais e intelectuais finitos da sociedade em sua qualidade de antivalor de uso necessariamente auto-orientado e autopetecedor. (MÉSZÁROS, 2004, p. 269, grifos do autor).

Surge aqui, segundo Mézáros (2002, p. 261-2), uma contradição que emerge diretamente do princípio estruturador do sistema reprodutivo do capital: a contradição "entre o caráter eminentemente social das necessidades historicamente criadas (...) e o controle hierárquico e discriminatório da produção e

distribuição". É essa contradição que impede que as necessidades sociais legítimas dos indivíduos e os modos sociais de atenderem a essas necessidades surjam de forma espontânea e sejam criados conscientemente pelos sujeitos sociais. O autor explica que essa não é uma prática aleatória do sistema, mas uma característica ineliminável dessa ordem socio-reprodutiva, pois

a expansão quantitativa é o critério pelo qual a saúde do sistema é medida e, portanto, todas as ponderações sobre qualidade – em relação a qualquer espécie de necessidade social, inclusive a saúde infantil sob riscos cada vez maiores – devem ser implacavelmente abandonadas em subordinação à necessidade da auto-reprodução ampliada do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 263, grifo do autor).

E, o que é mais grave:

Não há nenhuma esperança de mudar-se esta situação. Pois não será possível atender humanamente às necessidades sociais e às condições para sua realização sem que se mude radicalmente o princípio estruturador antagonístico e o modo de controle hierárquico e discriminatório do sistema. (MÉSZÁROS, 2002, p. 263).

Essa exigência é de fundamental importância, já que o apetite do capital para a expansão e "o impulso das suas personificações para a acumulação da riqueza sob o imperativo da expansão do capital (...) são ilimitados" (MÉSZÁROS, 2002, p. 951). Marx (1984, p.172 -174) enfatizou no *O Capital* que o capitalista possui a "função de enriquecer". E é a peculiaridade dessa função que o faz direcionar sua ação não para a satisfação das reais necessidades dos trabalhadores, mas para "o valor de troca e sua multiplicação". Desse modo, "como fanático da valorização do valor, ele força sem nenhum escrúpulo a humanidade à produção pela produção", à "acumulação pela acumulação", o que significa, segundo o autor, poupar e retransformar "a maior parte possível da mais-valia ou do mais-produto em capital".

Mészáros (2002, p.665, grifos do autor) explica que no modo de funcionamento do sistema estabelecido,

uma parte significativa de capital tem de constantemente *reconverter-se* em meios dados de produção, numa escala sempre crescente, de modo a se metamorfosear de novo em *capital*, numa escala ainda maior, para ser capaz de embarcar uma vez mais em seu ciclo de autorreprodução ampliada, e assim sucessivamente. Paradoxalmente, quanto maior a magnitude do capital dedicado aos meios de produção (como o deve ser, dada a equação entre o capital autoexpansivo, sob uma de suas formas de existência, e os instrumentos e materiais de produção), tanto maior a pressão para suplantá-la por uma magnitude sempre crescente de capital, destinada ao mesmo tipo de existência, à espera da execução da sentença de morte dada a si própria. (MÉSZÁROS, 2002, p. 665, grifos do autor).

Vale enfatizar que o sistema de reprodução do capital foi articulado incorporando o desperdício e desconsiderando o atendimento das reais necessidades humanas. Por isso, de acordo com o autor, a superação das necessidades perversas "criadas pelas exigências alienadas da auto-reprodução ampliada do capital" só poderá acontecer por meio de "uma reestruturação radical em todo domínio e toda dimensão da ordem de reprodução estabelecida" (MÉSZÁROS, 2002, p. 264-5).

Para Mézáros (2002, p. 621), no que se refere à utilização dos recursos materiais e humanos disponíveis na sociedade, o sistema do capital só os reconhece e legitima se eles estiverem de acordo com os imperativos da autorreprodução ampliada, que são determinados por ele. Ou seja: "tudo o que ficar fora de tais parâmetros, independentemente das consequências, deve ser considerado 'inútil', 'inutilizável' e intoleravelmente supérfluo". Essa é uma determinação essencial deste sistema socio-reprodutivo, pois o seu principal objetivo, como vimos, é garantir a autorreprodução expansiva do capital, ficando em segundo plano todas as outras questões, inclusive problemas potencialmente explosivos como a degradação da natureza ou a devastação social.

Mézáros (2002, p. 138) observa ainda que como no sistema do capital a expressão "expansão" só adquire sentido se for utilizada como sinônimo de expansão do capital, o atendimento das aspirações humanas não pode ter espaço nesse sistema socio-reprodutivo. Na verdade, como ressalta o autor, o sistema capitalista "está totalmente orientado para a expansão" e "impelido pela acumulação". É por causa dessas determinações fundamentais que esse sistema consegue criar necessidades artificiais para os

indivíduos, abandonando "quaisquer medidas e padrões humanamente significativos", a exemplo da transformação do "luxo" em necessidade. O que acontece de fato é que, nesse sistema, a produção está "subordinada aos imperativos do valor de troca que se expande" e não voltada para atender às necessidades reais dos indivíduos; estas apenas serão atendidas se "couberem nos limites desse valor de troca de maneira vantajosa para o sistema" (MÉSZÁROS, 2002, p. 260).

Segundo Mészáros (2002, p. 252), a tendência universalizadora do capital é irresistível em seu impulso de superar toda e qualquer barreira que o limite em seu desenvolvimento expansivo. O autor lembra que ao mesmo tempo em que essa tendência universalizadora se expandia e incentivava o sistema a ampliar suas operações, também gerava as condições necessárias para o deslocamento de seus antagonismos internos. Assim, quanto mais o capital se desenvolvia, mais ele superava as restrições encontradas, embora para isso tivesse de desconsiderar por completo as consequências materiais desse tipo de ação. É nesse sentido que Marx define o capital como

o impulso infinito e ilimitado de ultrapassar as barreiras que o limitam. Qualquer limite (Grenze) é e tem de ser uma barreira (Schranke) para ele. Caso contrário, ele deixaria de ser capital – dinheiro que se auto-reproduz. Se tivesse percebido algum limite não como uma barreira, mas se sentisse bem dentro dessa limitação, ele teria renunciado ao valor de troca pelo valor de uso, passando da forma geral de riqueza para um modo tangível e específico desta. O capital em si cria uma mais-valia específica porque não tem como criar uma infinita; ele é o movimento constante para criar mais da mesma coisa. Para ele, a fronteira quantitativa da mais-valia é uma simples barreira natural, uma carência que ele tenta constantemente violar, além da qual procura chegar. A barreira se apresenta como um acidente a ser conquistado. (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 251, grifos do autor).

De acordo com o que ressaltamos anteriormente, do ponto de vista da expansão proporcionada ao sistema socio-reprodutivo, a eliminação das restrições da autossuficiência foi, de fato, bastante favorável e de inegável produtividade: ela transformou o capital "no mais dinâmico e mais competente *extrator do trabalho excedente* em toda a história", pois seu impulso para acumular trabalho excedente tornou-se irrestringível. Desse modo, a expansão, que no âmbito da sociedade feudal era inimaginável, dada a dominância

do valor de uso peculiar aos sistemas autossuficientes, ganhou no sistema capitalista proporção gigantesca (MÉSZÁROS, 2002, p. 102, grifos do autor).

De fato, foi graças à sua incontornabilidade que o capital conseguiu superar e subjugar restrições e obstáculos bastante problemáticos e se afirmar como sistema sociometabólico dominante. Ao superar as restrições objetivas e subjetivas da autossuficiência de forma inteiramente reificada, a noção de "trabalho livre contratual" ganhou visibilidade e expressão, uma vez que, diferentemente da escravidão e da servidão, "esta noção aparentemente absolve o capital do peso da dominação forçada" (MÉSZÁROS, 2002, p.102). Assim, não aparecendo mais como trabalho forçado e sim como 'trabalho livre contratual',

a 'escravidão assalariada' é *internalizada* pelos sujeitos trabalhadores e não tem de ser imposta e constantemente reimposta *externamente* a eles sob a forma de dominação política, a não ser em situações de grave crise. (MÉSZÁROS, 2002, p. 102, grifos do autor).

Para Mézáros (2002, p. 97, grifos do autor), uma das consequências desse "incomensurável dinamismo totalizador" do sistema do capital foi "a perda de *controle* sobre os processos de decisão". Tal perda de controle não se limita apenas aos trabalhadores que, embora sendo os reais produtores, não possuem nenhum domínio sobre a produção, mas abrange também os capitalistas, mesmo os mais afortunados, pois, como nos esclarece o autor,

não importa quantas ações controladoras eles possuam na companhia ou nas companhias de que legalmente são donos como indivíduos particulares, seu poder de controle no conjunto do sistema do capital é absolutamente insignificante. (MÉSZÁROS, 2002, p. 97-8).

Os objetivos que direcionam a ação dos capitalistas individuais, como personificações do capital, não são, de nenhuma forma, determinados por eles. Pelo contrário,

o imperativo estrutural objetivo da autoexpansão, que é indissociável do capital enquanto modo de controle (sob todas as suas formas de vida historicamente conhecidas e também possíveis em princípio), impõe às personificações do capital, nas circunstâncias atuais, a exigência absoluta de definir a indispensável expansão do valor de troca, de que elas são as guardiãs, como seu próprio objetivo racional, estabelecido na máxima "crescer ou morrer". (MÉSZÁROS, 2002, p. 507).

Desse modo, ao invés de "controlar" o capital, as "personificações do capital"<sup>15</sup> são na verdade controladas por ele, ou seja, "devem sujeitar-se ao controle do próprio sistema", o que significa que "as determinações e imperativos objetivos do capital sempre devem prevalecer contra os desejos subjetivos" de qualquer tipo de personificação. A função da "personificação do capital"<sup>16</sup> emana diretamente desse processo e se apresenta como a imposição dos imperativos objetivos do capital, "como ordens conscientemente exequíveis" sobre o trabalho, "potencialmente o mais recalcitrante, do processo de produção" (MÉSZÁROS, 2002, p. 126). Pois, como explica o autor:

---

15 O antagonismo estrutural entre capital e trabalho impede que as personificações do capital privado sejam agregadas numa totalidade racional. Como observa o autor, tais personificações "não podem possuir a visão racional do todo, apenas a racionalidade parcial exigida para mover seus limitados empreendimentos produtivos; sem reconhecer esta circunstância, não haveria qualquer necessidade para a ação corretiva da 'mão invisível' e de seu mercado. Desse modo, a *aparência* de uma ordem reprodutiva racional é criada pela subordinação das decisões mais ou menos cegas dos sujeitos particulares do capital à coesão, orientada pelo mercado, supostamente racional da estrutura reprodutiva total. Contudo, o reconhecimento da racionalidade corretiva do mercado significa, ao mesmo tempo, admitir também a imperfeição de um sistema sujeito ao nobre trabalho de tal mecanismo de correção – nem de longe adequado" (MÉSZÁROS, 2002, p. 715).

16 Mézáros (2002, p. 600) explica que enquanto o sistema do capital existir as formas políticas e jurídicas das personificações do capital podem e devem variar à medida que mudarem as circunstâncias históricas e novos tipos de personificações forem demandados para impor ao trabalho "os imperativos objetivos reprodutivos do sistema do capital".

os critérios totalmente fetichistas da expansão têm de se impor à sociedade também na forma de separação e alienação radicadas do poder de tomada de decisões de *todos* – inclusive as "personificações do capital", cuja "liberdade" consiste em impor a outros os imperativos do capital – e em todos os níveis de reprodução social, desde o campo da produção material até os níveis mais altos da política. (MÉSZÁROS, 2002, p. 131).

A incontornabilidade do capital está fundamentada, portanto, na separação radical entre controle e produção na base de constituição desse sistema socio-reprodutivo. Assim, como assinalamos anteriormente, embora o trabalho seja o "sujeito real da reprodução social", ele sofre, nesse sistema socio-reprodutivo, um processo de alienação, uma vez que é "forçado a aceitar um outro sujeito acima de si, mesmo que na realidade este seja apenas um pseudo-sujeito" (MÉSZÁROS, 2002, p. 126). Desse modo,

o sujeito real da atividade produtiva essencial é degradado à condição de objeto facilmente manipulável, enquanto o objeto original e o momento anteriormente subordinado da atividade produtiva da sociedade é elevado à posição na qual pode usurpar toda a subjetividade humana incumbida de tomar as decisões. O novo "sujeito" da usurpação institucionalizada (ou seja, o capital) é de fato um pseudo-sujeito, já que é forçado por suas determinações internas fetichizadas a operar no interior de parâmetros extremamente limitados, substituindo a possibilidade de um desígnio conscientemente adotado a serviço da necessidade humana, por seus próprios ditames e imperativos materiais cegos. (MÉSZÁROS, 2002, p. 432).

É, portanto, a forma como o capital se impõe como modo de controle sociometabólico que impede que os capitalistas ou os trabalhadores assumam a tarefa de controle real e efetivo sobre a ordem social estabelecida, pois, como lembra o autor, "o capital é um modo de controle que se sobrepõe a tudo o mais". É isso que explica por que a proposta de "superar ou subjugar o poder do capital pela expropriação legal/política dos capitalistas privados" é, no sistema do capital, objetivamente insustentável. A organização de uma estrutura de comando totalmente adequada para atender às necessidades socio-reprodutivas mais elementares do capital constitui uma das principais exigências para que essa forma de controle totalizadora possa funcionar. E, como vimos, "a sociedade toda deve se sujeitar – em todas as suas funções produtivas e distributivas – às exigências mais íntimas do modo de

controle do capital estruturalmente limitado (mesmo se dentro de limites significativamente ajustáveis)" (MÉSZÁROS, 2002, p. 98, 99).

Outra característica peculiar ao sistema do capital é sua "total incapacidade de *tratar as causas como causas*", ou seja, sua incapacidade de enfrentar as reais causas dos problemas e contradições que emergem da sua base material de reprodução; um de seus princípios elementares é aceitar "sem questionar a inalterabilidade de seus próprios parâmetros". Para o autor, esse não é um aspecto que pode ser modificado, mas uma dimensão estrutural irremediável do sistema do capital que, em sua busca pela expansão, deve propor soluções remediadoras, intervindo sobre os efeitos e as consequências das contradições e problemas que ele mesmo produziu. No entanto, vale enfatizar que a ação remediadora do capital se restringe às modificações parciais que são compatíveis com o seu modo de funcionamento e que, de nenhum modo, questionam as causas reais daquelas contradições e problemas gerados pelo sistema (MÉSZÁROS, 2002, p. 175, 133, grifos do autor).

De acordo com Mézáros (2002, p. 176, grifos do autor), o sistema do capital é "estruturalmente incapaz de tratar as causas como causas" porque os fundamentos causais que direcionam o seu modo de funcionamento e sua dinâmica, que é voltada para a expansão, não podem ser questionados. Daí essa fundamentação causal ser considerada pelo autor como "uma verdadeira *causa sui* perversa". A expansão perseguida não constitui "uma *função* econômica *relativa*" que pode ser adotada em algumas situações, mas uma forma

absolutamente necessária de deslocar os problemas e contradições que emergem no sistema do capital, de acordo com o imperativo de evitar, como praga, as causas subjacentes. (MÉSZÁROS, 2002, p.176).

Desse modo, os problemas que surgem do próprio processo de expansão são tratados como "disfunções 'temporárias'", e as mudanças propostas, como "alteração e melhoria limitadas do que já está determinado". Como explica o autor,



o importante aqui é que o sistema do capital permanece incontrollável precisamente porque o relacionamento estrutural objetivo entre a intenção consciente e a exigência expansionista objetiva não pode ser revertido dentro dos parâmetros deste sistema sociometabólico particular em favor de intenções verdadeiramente controladoras. (...) Não pode haver espaço para intenções operacionais conscientemente executadas – ou seja, realmente autônomas – no quadro de referências estrutural do capital, porque os imperativos e as exigências rigorosamente instrumentais do sistema como um todo devem ser impostos e internalizados pelas personificações do capital como "suas intenções" e "suas motivações". Qualquer tentativa de afastamento da necessária instrumentalidade resulta em intenções frustradas e nulificadas, ou seja, inteiramente quixotescas. O sistema segue (e implacavelmente afirma sobre todos os indivíduos, inclusive suas personificações "controladoras") as próprias "determinações férreas", não importando a gravidade de suas implicações até para a sobrevivência humana e num prazo nem assim tão longo. (MÉSZÁROS, 2002, p. 140, grifos do autor).

No que se refere às contradições do sistema do capital, como vimos, o preço pago pelos desenvolvimentos produtivos do capital foi a perda do controle sobre "o conjunto do sistema reprodutivo social". O autor aponta três defeitos estruturais de controle que surgem desse processo: a separação entre produção e controle, a separação entre produção e consumo e a separação entre produção e circulação. O que está na base da constituição desses três defeitos estruturais é a ausência de unidade irremediável entre as estruturas sociais reprodutivas do sistema do capital. E, como esse sistema socio-reprodutivo é incapaz de resolver esse problema, a fragmentação nas unidades reprodutivas "assume a forma de antagonismos sociais", ou seja, "se manifesta em conflitos fundamentais de interesse entre as forças sociais hegemônicas alternativas" (MÉSZÁROS, 2002, p. 102, 106).

Para Mézáros (2002, p. 106, grifos do autor), esses antagonismos "não podem ser eliminados (...) precisamente porque são estruturais", ou seja, eles emergem das estruturas vitais de reprodução do capital, sendo, portanto, "necessariamente reproduzidos sob *todas* as circunstâncias históricas que cobrem a era do capital", independentemente da forma e do tempo em que surjam as relações de poder constituídas sobre essa base socio-reprodutiva. Em outras palavras, tais antagonismos são inerentes ao sistema do capital e, portanto, estarão presentes em qualquer sistema socio-reprodutivo dominado por ele.

O autor chama a atenção para o fato de que, para permanecer como sistema dominante, o capital precisa ser capaz de administrar, da forma mais competente possível, os antagonismos e contradições que surgem do seu próprio modo de controle sociometabólico. Mészáros (2002, p. 626) anota que a garantia de que as tendências desagregadoras e os antagonismos internos, que atingem frequentemente o sistema, sejam, tanto quanto possível, contidos é de fundamental importância para assegurar o desenvolvimento produtivo do sistema e atender às necessidades do processo de reprodução ampliada do capital. Dada a sua função essencial, as garantias de administração dos antagonismos e contradições do sistema não podem ser deixadas sob a responsabilidade das decisões subjetivas, possíveis de falhas, mas constituem "partes integrantes da articulação objetiva do sistema capitalista de produção como um todo intimamente interconexo". O que acontece de fato é que

todas as classes de pessoas ativas no interior da estrutura de determinações inter-relacionadas do capital são confrontadas por um conjunto de inescapáveis imperativos estruturais. Por isso – precisamente porque são imperativos estruturais objetivos – eles devem se refletir nas conceituações, assim como adequadamente implementados por meio de ações tanto da administração como do trabalho. (MÉSZÁROS, 2002, p. 626).

Mészáros explica que as análises teóricas que adotam o ponto de vista do trabalho não poderão revelar os determinantes causais das contradições e antagonismos gerados pelo modo de controle sociometabólico do capital porque se assim procedessem eles colocariam em xeque a própria legitimidade do seu sistema socio-reprodutivo. É por isso que elas não expõem as consequências destrutivas do desenvolvimento expansionista do sistema do capital, mesmo se tais consequências colocarem em risco a própria sobrevivência da humanidade.

Vale ressaltar que são as próprias contradições do sistema do capital, com que o trabalho precisa lidar cotidianamente, que reforçam sua dependência estrutural ao capital, pois, como lembra Mészáros (2002, p. 628, grifo do autor),

é o próprio trabalho mercantilizado que auxilia a suspensão da contradição entre produção e troca, que ajuda a assegurar a necessária continuidade de produção – ao participar da unidade peculiar dos dois momentos objetivamente contraditórios e se submeter a ela (...) [Além disso,] o trabalhador somente pode obter acesso a uma determinada classe e quantidade de valores de uso – correspondendo ela ou não às suas necessidades reais – enquanto o capital, com base na unidade reconstruída de necessidade (troca) e produção (reprodução), os *legítima* como viáveis e lucrativos no interior da estrutura da homogeneização corrente.

É através desse processo que o sistema estabelecido consegue fazer com que o trabalhador internalize as necessidades e imperativos do capital como sendo seus legítimos objetivos. No final, o que realmente acontece é que o processo de homogeneização, organizado com base na divisão e fragmentação do trabalho, retira do trabalhador qualquer possibilidade de ele supervisionar e controlar o processo de trabalho, bem como de distribuir as mercadorias produzidas. Assim,

com tais premissas sociais (e imperativos estruturais), originadas da determinação objetiva do capital como um modo *sui generis* de intercâmbio e de controle metabólico, não há outra alternativa a não ser a exclusão dos produtores reais da possibilidade de controle desde o início da consolidação histórica do capital como sistema reprodutivo dinâmico e abrangente. (MÉSZÁROS, 2004, p. 521, grifos do autor).

Conforme explica Mézáros (2004, p. 521, grifos do autor), no sistema do capital a questão do controle social é, de fato, a mais importante articulação que emana do processo produtivo. Ela é articulada para excluir institucionalmente, em toda e qualquer situação, "os produtores, não apenas do controle *efetivo* do processo reprodutivo, mas até mesmo da *possibilidade* desse controle".

Duas contradições vêm à tona e se desenvolvem a partir dessa exclusão dos produtores do controle do processo reprodutivo. A primeira é que negar aos produtores a possibilidade de decidir qualquer questão que afeta o processo de trabalho na sua totalidade é uma das exigências para assegurar a manutenção do capital como sistema socio-reprodutivo dominante. A segunda é que apesar de os trabalhadores não precisarem ser obrigados, por meios violentos, a vender a sua força de trabalho, eles são

impelidos, pelo imperativo econômico – a necessidade de garantir sua própria sobrevivência e a de sua família – ao local de trabalho<sup>17</sup>.

O poder de tomada de decisão é negado aos produtores não porque eles são incapazes de compreender a complexidade das atribuições que lhes são demandadas, mas porque, dado o antagonismo entre capital e trabalho e as determinações estruturais do sistema estabelecido, essa questão é indiscutível e impossível de se resolver enquanto permanecer a dominação econômica e política do capital sobre o trabalho. Pois, para Mészáros (2002, p. 124, 198, grifos do autor), o capital é um modo de controle sociometabólico que não admite nenhum poder acima de si, por isso ele constitui "*seu próprio* sistema de comando, de que é *parte integrante* a dimensão política", o Estado moderno ou capitalista. O autor considera que a formação do Estado moderno "foi absolutamente essencial para a articulação completa e o triunfo global do sistema do capital". Ela atendeu à necessidade de administrar as contradições e antagonismos estruturais que emergem no processo de expansão do sistema do capital.

---

<sup>17</sup> A relação de compra e venda da força de trabalho precisa ser constantemente mantida, caso contrário o capital não se reproduziria como sistema dominante. Pois, como enfatiza Marx (1988, p. 226, 168), o objetivo primordial da produção capitalista é "a produção de mais-valia ou a extração de mais-trabalho", isto é, a obtenção do lucro proveniente do trabalho não pago ao trabalhador. Assim, se parte da jornada de trabalho é paga ao trabalhador em forma de salário, é justamente da outra parte da jornada de trabalho, na qual o trabalhador executou o seu trabalho, mas não recebeu pagamento algum – por isso o autor denomina de "tempo de trabalho excedente", de "mais-trabalho" ou trabalho não pago – que o capitalista obtém a mais-valia. Nesse sentido, pode-se afirmar que o capitalista se apropria do trabalho excedente do trabalhador e é desse trabalho excedente ou trabalho não-pago que o capitalista obtém a mais-valia ou lucro.

### 1.3 Relação de interdependência e complementaridade entre o sistema do capital e o Estado capitalista

A "ausência" de coesão das unidades reprodutivas socioeconômicas do capital, resultante principalmente da separação entre valor de uso e atendimento das necessidades humanas, tornou a estrutura totalizadora de comando político, o Estado Moderno, uma exigência imprescindível para a reprodução sociometabólica do sistema. Mészáros (2002, p. 123) explica que sem a intervenção do Estado não havia possibilidade alguma do modo de controle sociometabólico do capital se transformar em um sistema cujos microcosmos socioeconômicos se integrassem de forma segura enquanto "produtores e extratores dinâmicos do trabalho excedente".

De acordo com Mészáros (2002, p. 123, grifos do autor), com a finalidade de garantir a continuidade do impulso "incontrolável da potencialidade produtiva do capital", as diversas unidades básicas isoladas do capital foram transformadas num "*sistema coerente*" que tem como principal objetivo a máxima extração "possível" do trabalho excedente. Ainda segundo o autor, deve-se esclarecer que, para o capital, uma "estrutura de comando totalizadora adequada", que esteja voltada para a garantia da máxima extração possível do trabalho excedente, é imprescindível, pois, sem ela,

as unidades dadas do capital não constituem um *sistema*, mas apenas um agregado mais ou menos acidental e insustentável de entidades econômicas expostas aos riscos do desenvolvimento deformado ou da franca repressão política. (MESZÁROS, 2002, p.12, grifos do autor).

Para Mészáros (2002, p. 106, 107, grifos do autor), o Estado Moderno foi formado concomitantemente ao processo de estruturação do sistema do capital. É, pois, assumindo a forma de "*estrutura totalizadora de comando político do capital*" que ele complementa as estruturas econômicas, realizando uma ação corretiva na estrutura do sistema do capital com o objetivo de "assegurar e proteger permanentemente (sua) produtividade", uma função decisiva para garantir a reprodução do sistema como ordem social dominante. Nesse sentido, o Estado Moderno constitui "a

única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico".

A tendência da ideologia burguesa de mistificar os determinantes mais perversos da forma plenamente desenvolvida do capital acaba também por omitir a relação de complementaridade entre o sistema capitalista e o Estado que o representa. A intervenção do poder estatal no período de estruturação do modo de produção capitalista, mediante "o exercício direto das forças mais extremas de violência" (execução de milhares de trabalhadores desempregados), é propositalmente esquecida pelos ideólogos burgueses. No entanto, "ela foi essencial para assegurar as condições favoráveis para o desenvolvimento e a operação do capital". Vale ressaltar que entre essas condições achase a transformação dos antigos camponeses autônomos em trabalhadores assalariados. No sistema capitalista, o Estado deve estar sempre disponível como uma força de reserva para atuar nas situações de desequilíbrio econômico. Como lembra o autor, Marx assinalou, numa passagem importante do *Grundrisse*, que a intervenção do Estado foi fundamental no processo de consolidação do sistema capitalista (MÉSZÁROS, 2002, p. 710).

Assim,

enquanto os salários ainda são regulados por estatutos, não se pode dizer que o capital tenha subsumido a produção a si mesmo como capital, nem que o trabalho assalariado tenha atingido o modo de existência a ele adequado. ... [Na Inglaterra] os salários são novamente regulados em 1514, quase como no período anterior. Horas de trabalho são novamente fixadas. Quem não trabalhar quando convocado, prisão. Portanto, ainda trabalho compulsório por trabalhadores livres pelos salários oferecidos. Eles devem primeiro ser forçados a trabalhar nas condições propostas pelo capital. Os sem-propriedade estão mais inclinados a se tornar vagabundos, ladrões e mendigos do que trabalhadores. Estes últimos tornam-se normais apenas no modo desenvolvido de produção do capital. Na pré-história do capital, coerção estatal para transformar os sem-propriedade em trabalhadores em condições vantajosas para o capital, as quais ainda não são impostas aos trabalhadores pela competição entre os capitalistas. (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 710).

Como enfatiza Marx (1984, p. 277), embora em outra fase já desenvolvida da produção capitalista os trabalhadores possam "reconhecer as exigências" dessa produção como sendo "leis

naturais evidentes", na gênese do sistema capitalista a burguesia ainda precisava impor a força do Estado para adequar o salário aos limites compatíveis com a extração da mais-valia, o que significava "prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência".

De acordo com Mészáros (2002), ao surgir, o Estado capitalista assumiu a função de estrutura totalizadora de comando político e tornou-se parte da "base material" do capital. Para o autor,

O Estado moderno – na qualidade de sistema de comando político abrangente do capital – é, ao mesmo tempo, o pré-requisito necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um sistema viável, e o quadro geral para a completa articulação e manutenção deste último como sistema global. Neste sentido fundamental, o Estado – em razão de seu papel constitutivo e permanentemente sustentador – deve ser entendido com parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto. (MÉSZÁROS, 2002, p. 124-5, grifos do autor).

Desse modo, "o Estado é essencialmente uma *estrutura hierárquica de comando*" político da ordem socioeconômica estabelecida. "Como tal, extrai sua problemática legitimidade não de sua alegada 'constitucionalidade' (que inevitavelmente é 'inconstitucional' em sua constitucionalidade original), mas de sua capacidade de *impor* as demandas apresentadas a ele" (MÉSZÁROS, 2004, p. 493, grifo do autor).

Segundo Mészáros (2004, p. 495), há diferenças fundamentais entre as funções desempenhadas pelas estruturas de tomada de decisão da ordem social vigente e pelo Estado. Tais diferenças só se tornam expressivas quando analisadas sob o ponto de vista da especificidade histórica da divisão geral do trabalho peculiar ao modo de produção capitalista. De fato, o Estado é um dos componentes mais importantes dessa divisão, mas não se pode esquecer que não há entre ele e as estruturas de comando do sistema do capital relação alguma de identidade.

Para Mészáros (2002, p. 124, grifos do autor), seria "um completo equívoco considerar simplesmente ser o próprio Estado idêntico à estrutura de comando do sistema do capital". Primeiro

porque, como ele constata, "o Estado capitalista é absolutamente incapaz de assumir as funções reprodutivas substantivas das estruturas materiais reguladoras", exceto em casos de extrema necessidade e por um tempo relativamente curto; e segundo porque "o capital é *seu próprio* sistema de comando", não admitindo nenhum controle sobre ele, embora tal comando direcione algumas atribuições ao Estado, consideradas imprescindíveis para assegurar o desenvolvimento do sistema.

Por outro lado, também não há uma determinação unilateral das funções do Estado pelas estruturas materiais e reprodutivas da ordem social estabelecida, como afirmam os "marxistas vulgares". O que existe entre essas duas esferas é, segundo Mészáros (2004, p. 495), um "relacionamento vital de interdependência", reproduzido historicamente.

Para o autor, o que se estabelece entre o capital e o Estado capitalista é uma relação de complementaridade: um atua sustentando e fortalecendo o outro, o que significa que há entre eles uma relação não de subordinação, mas de "reciprocidade dialética". Desse modo,

como estrutura de comando político abrangente do sistema do capital, o Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, pois (...) há uma relação inextricável de um em relação ao outro. (MÉSZÁROS, 2002, p.119).

Essa constatação do autor revela que, no sistema capitalista, o Estado possui uma autonomia relativa em relação ao sistema do capital, cuja base de sustentação está na divisão social do trabalho. A necessidade dessa autonomia relativa advém do fato "de as estruturas e funções reprodutivas materiais da sociedade" serem incapazes de coordenar de forma geral a ordem sociorreprodutiva; por isso elas precisam transferir essa função para o Estado, um corpo político alienado e externo a elas. Ao Estado cabe a tarefa de legitimar e aprovar a

imposição espontânea, materialmente exercida, de uma modalidade de produção e distribuição totalmente injustificável – pois profundamente *exploradora* – sobre o processo de trabalho. (MÉSZÁROS, 2004, p.495, grifos do autor).



Posicionando-se "contra todas as reivindicações adversárias que possam surgir em sociedades antagonicas" (MÉSZÁROS, 2004, p. 495, grifos do autor).

Segundo o autor, o Estado elabora a legislação trabalhista de acordo com as necessidades do processo de produção e expansão do capital. Sua intervenção na economia é importante também para garantir que as reivindicações dos trabalhadores não ultrapassem os limites determinados pela ordem social vigente. Nesse sentido, "seu principal objetivo é declarar ilegais as *greves de solidariedade*", garantindo com isso a continuidade da produção em setores importantes da economia nacional, além de assegurar também "as rotas de suprimento das corporações transnacionais" (MÉSZÁROS, 2004, p. 455, grifo do autor).

Outra função importante do Estado capitalista se refere à utilização do dinheiro arrecadado com os impostos públicos para implementar leis ou ações antitrabalhistas que, caso deixadas sob a responsabilidade das unidades produtivas particulares do sistema do capital, "levariam à falência até as maiores empresas transnacionais". Conforme explica Mézszáros (2002, p. 412, grifos do autor), o sistema de leis do sistema do capital

constituiu-se (e continua a ser modificado em seus delineamentos fundamentais e dimensões sociais vitais), acima de tudo, com o objetivo de assegurar e salvaguardar o controle do capital sobre o corpo social e, simultaneamente, perpetuar a *subordinação estrutural* do trabalho ao capital.

Quanto à discussão sobre a atuação do Estado nos processos socioeconômicos, o autor ressalta que com tal intervenção o capital se beneficia de três formas: em primeiro lugar, ele pode angariar os recursos financeiros necessários para sustentar por muito tempo uma "disputa trabalhista" que não poderia ser mantida pelas corporações transnacionais privadas. Em segundo lugar, o Estado pode recorrer ao seu aparato jurídico e político-repressivo para garantir vantagens que são importantes para o capital e que contrariam os interesses da classe trabalhadora. E, em terceiro lugar, ele consegue intervir nos conflitos de classe de forma muito mais abrangente e eficaz que "qualquer empresa privada particular" ou "forças capitalistas combinadas de todo um setor da indústria" (MÉSZÁROS, 2004, p. 455).

Por outro lado, o Estado capitalista concede legitimidade jurídica e assegura a manutenção da estrutura objetivamente estabelecida da divisão do trabalho. O estabelecimento do salário mínimo e da legislação do seguro social, a criação de tarifas protecionistas e a implementação de barreiras nacionais são alguns exemplos de tarefas exercidas pelo Estado e que têm como objetivo fundamental manter a fragmentação e a divisão dos grupos do trabalho em prol dos interesses da classe dominante.

De acordo com Mészáros (2004, p. 469), Marx ressaltou em seus escritos que o Estado complementa o sistema do capital na sua tarefa de garantir as condições essenciais para a exploração do trabalho. É ele que reforça e legitima, jurídica e politicamente, "as práticas exploradoras globalmente interligadas do sistema produtivo capitalista". Não é, pois, por acaso que Engels (1977, p. 194) descreve o Estado moderno como "o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado".

Assim, intervindo de forma a complementar o capital em seus empreendimentos mais elementares e necessários à garantia da ampliação sempre crescente dos lucros, o Estado contribui para quebrar a resistência e a combatividade do movimento da classe trabalhadora<sup>18</sup>. É o Estado, enquanto comando político totalizador

---

<sup>18</sup> A intervenção do governo britânico na greve dos mineiros de 1984 explicita bem essa relação de complementaridade entre o capital e o Estado burguês. Conforme assinala Mészáros (2004, p. 457, grifos do autor): "O Estado capitalista na Grã-Bretanha planejou sua ação antitrabalhista na forma de uma '*acumulação* cuidadosamente controlada e coordenada de *estoques excessivos*' com o objetivo mal disfarçado de provocar e levar os mineiros a uma greve em que – dado o total de recursos à disposição do Estado – eles nunca poderiam vencer. Ao mesmo tempo, várias medidas foram adotadas, com considerável sucesso, para dividir tanto os mineiros como o movimento da classe trabalhadora como um todo (...). Além disso, o Estado gastou quantias maciças de dinheiro durante todo o ano que durou a luta – algo estimado em torno de 5 ou 6 bilhões de libras esterlinas – para derrotar a greve (...). A confrontação foi organizada de forma a pôr um fim ao '*sindicalismo intransigente*' em geral, e não simplesmente a uma disputa industrial particular. Chamar os mineiros de '*inimigo interno*' e vangloriar-se de '*despedi-los*' atendeu ao objetivo de '*intimidação* ao sindicalismo radical em geral, sempre que aparecesse com reivindicações *não integráveis*", ou seja, reivindicações que não poderiam ser atendidas pelas empresas.

da ordem socio-reprodutiva, que mantém "sob controle" os antagonismos que emergem da separação entre a produção material e os processos de decisão, legitimando a exploração e a subordinação do trabalho, e, portanto, constituindo-se como um "fiador geral do modo de reprodução insanavelmente autoritário do capital" (MÉSZÁROS, 2002, p. 122).

Mészáros (2002, p.106) afirma que é para "assegurar e proteger permanentemente" a produtividade do sistema capitalista que o Estado realiza uma ação corretiva na estrutura reprodutiva do capital. Para o autor, é por precisar dessa ação corretiva tão importante para a manutenção do sistema que a base econômica do capital não pode se sustentar separada de suas formações de Estado, ou seja, o capital constitui uma forma particular de controle sociometabólico "incapaz de funcionar sem uma estrutura de comando adequada". Vale lembrar que o Estado moderno não surgiu depois da estruturação do modo de produção capitalista, mas ao tempo que ele começa a se estruturar<sup>19</sup>. Assim, quanto à temporalidade,

o inter-relacionamento desenvolvido entre as estruturas reprodutivas materiais diretas e o Estado se caracteriza pela categoria da simultaneidade e não pelas do 'antes' e do 'depois'. (MÉSZÁROS, 2002, 118-9).

E, segundo o autor, tal simultaneidade é demandada pelo próprio sistema do capital, que precisa que o Estado, desde sua estruturação como modo de produção dominante, atue como uma estrutura corretiva essencial para garantir a expansão cada vez maior da riqueza social.

Marx (2010, p. 59-61) já havia chamado a atenção para o fato de que, sendo o Estado "o ordenamento da sociedade", ele não pode apontar a si e à sociedade defendida por ele como os responsáveis pela "existência de problemas sociais". Por isso ele passa a atribuir a causa desses problemas a "deficiências acidentais ou intencionais da administração, uma vez que é esta a atividade

---

<sup>19</sup> Segundo Mészáros (2002, p. 106), "a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema". Para o autor, "o capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno".

organizadora do Estado". E como o Estado não pode admitir "a impotência interior de sua administração", o que culpabilizaria a si e à sociedade que ele defende pelos males sociais, o que ele pode fazer é apenas identificar "defeitos formais, causais" do sistema do capital e "tentar remediá-los".

Como mencionamos no item anterior, a separação entre produção e controle constitui um dos defeitos estruturais do capital. A ação corretiva do Estado sobre esse defeito estrutural do sistema é necessária para proteger legalmente a relação de forças estabelecidas e, assim, permitir que as diversas "personificações do capital" dominem a força de trabalho, "impondo-lhe ao mesmo tempo a ilusão de um relacionamento entre iguais 'livremente iniciado'". A intervenção do Estado moderno no enfrentamento desse defeito estrutural tem como objetivo impor a tirania nos locais de trabalho, e é essa imposição que tanto legitima quanto protege os meios de produção e as "personificações do capital". Para o autor, é essa estrutura jurídica que protege as unidades econômicas do sistema de uma possível desestruturação, visto que elas estão estruturadas de forma antagônica e em constante desacordo (MÉSZÁROS, 2002, p. 107).

Para o autor, o Estado exerce também duas outras funções importantes: 1) evitar "as repetidas perturbações que surgiriam na ausência de uma transmissão da propriedade compulsoriamente regulamentada (...) de uma geração à outra", garantindo a permanência da separação entre produção e controle dos produtores existente no atual sistema sociorreprodutivo; e 2) suprir "a necessidade de intervenções políticas e legais diretas ou indiretas nos conflitos constantemente renovados entre as unidades socioeconômicas particulares". O que se percebe, a partir dessas considerações, é que o Estado moderno, "altamente burocratizado" (MÉSZÁROS, 2002, p. 108), representa uma condição indispensável para o funcionamento "normal" do sistema do capital. Ele

surge da absoluta necessidade material da ordem sociometabólica do capital, e depois, por sua vez – na forma de uma reciprocidade dialética –, torna-se uma precondição essencial à subsequente articulação de todo o conjunto. (MÉSZÁROS, 2002, p. 108).

Mészáros (2002, p. 110) aponta a separação entre produção e consumo como outro defeito estrutural de controle do capital que

recebe a intervenção do Estado. Inicialmente essa ruptura consegue eliminar algumas restrições basilares dos sistemas autossuficientes, determinadas, sobretudo, pela predominância do valor de uso. Embora a intervenção totalizadora e a ação corretiva do Estado sejam incapazes de corrigir a profunda separação entre produção e consumo, elas são essenciais para sustentar os processos reprodutivos materiais do sociometabolismo do capital e garantir sua reprodução ininterrupta.

O Estado procura ajustar suas funções reguladoras em estreita conexão com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, e faz isso complementando a dominação do capital. É também nesse processo que, segundo Mészáros (2002, p. 110), o Estado assume "a importante função de comprador/consumidor direto em escala sempre crescente".

O autor esclarece ainda que a continuidade da sustentação da separação entre produção e consumo pelas práticas corretivas do Estado depende da

extensão em que o Estado moderno pode eficazmente contribuir para a necessidade irresistível de expansão e acumulação do capital, em vez de tornar-se para ele um peso materialmente insustentável. (MÉSZAROS, 2002, p. 110).

Aqui, novamente, fica evidente a atuação do Estado como complemento político que reforça "a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e consumo". O Estado também contribui para atenuar, enquanto for possível, as contradições produzidas pela fragmentação entre produção e consumo, e faz isso assumindo a importante função de comprador/consumidor de mercadorias em grande escala. Se, por um lado, exercendo essa função, ele consegue atender a algumas necessidades reais de algumas camadas sociais, como educação, saúde, habitação etc., por outro, ele satisfaz necessidades superficiais e perdulárias do sistema do

capital, como a manutenção da máquina burocrática administrativa e o complexo industrial-militar<sup>20</sup> (MÉSZÁROS, 2002, p. 110-111).

O outro defeito estrutural de controle do capital que exige uma intervenção ativa e intensa do Estado é a separação entre produção e circulação. Mézáros (2002, p. 111) observa que não se pode perder de vista o fato de que, embora o Estado seja obrigado a administrar importantes contradições, como esta entre produção e circulação, ele é incapaz de solucioná-las. Uma das mais evidentes e também mais inadmissíveis dessas contradições é a articulação da estrutura corretiva global e do comando político do sistema do capital como Estados nacionais.

Vale enfatizar, no entanto, que a intervenção do Estado no plano internacional é diferente da sua atuação na política interna. No plano nacional, o Estado deve proteger e assegurar o desenvolvimento das empresas capitalistas mais importantes, evitando que a tendência à concentração e à centralização leve unidades produtivas com significativo potencial de desenvolvimento à falência, o que faria com que estas deixassem de contribuir para fortalecer a força combinada do capital nacional. Já no plano internacional, o Estado, na competição com os Estados rivais para a obtenção de novos mercados, deve incentivar, tanto quanto possível, a expansão monopolista do seu capital nacional.

Mézáros (2002, p. 114, grifos do autor) chama a atenção ainda para o fato de que,

---

<sup>20</sup> Para Mézáros (2002, p. 671), o complexo industrial-militar desloca algumas das principais contradições do sistema. "Ele se apropria e dissipa recursos e fundos de capital excedentes aparentemente ilimitados, sem absolutamente nada acrescentar aos problemas da realização e das pressões competitivas, como necessariamente o faria a expansão do capital orientada para o consumo real. Ao mesmo tempo, o astronômico perdularismo (que seria totalmente incompatível com os critérios em geral glorificados da eficiência econômica e da 'boa economia doméstica') encontra sua justificativa e sua legitimação automáticas no apelo à ideologia do 'interesse' e da 'segurança nacional', sob a ação combinada dos poderes legislativo, judiciário e executivo, em uníssono com os complexos industriais/militares correspondentes".

embora os interesses de determinados capitais nacionais possam se distinguir e, no caso dos Estados dominantes, ser também fortemente protegidos contra a invasão de outros capitais nacionais, esta proteção não tem como eliminar os antagonismos do *capital social total*, ou seja, a determinação estrutural interior do capital como força controladora *global*.

Isso acontece, segundo o autor, porque no sistema do capital toda "harmonização" só pode "assumir a forma de um equilíbrio estritamente temporário – e não a esperada resolução – do conflito". Pois não se deve perder de vista que o sistema do capital "está estruturado de maneira antagonica das menores às mais abrangentes unidades socioeconômicas e políticas", e é esta característica peculiar que o torna, durante todo o tempo em que ele domina a ordem sociorreprodutiva, "instável e essencialmente explosivo" (MÉSZÁROS, 2002, p. 114, 115).

No que se refere à dissonância estrutural entre o Estado e o sistema do capital, Mészáros (2002, p. 128, grifos do autor) assinala que ela pode ser constatada na relação contraditória entre a exigência totalizadora do Estado e sua incapacidade de exercê-la. Para cumprir seu papel totalizador de forma eficaz, o Estado precisaria não apenas auxiliar as mais importantes unidades reprodutivas ligadas ao capital nacional, mas "abranjer a totalidade das unidades socioeconômicas reprodutivas existentes do capital". No entanto, a proposta de constituição de um governo mundial do sistema do capital global é totalmente insustentável, uma vez que o Estado capitalista é voltado, tanto econômica quanto politicamente, para responder às exigências do seu capital nacional. A contradição reside precisamente no fato de o "*capital global*" ser "*desprovido de sua necessária formação de Estado*, apesar de o sistema do capital afirmar o seu poder – de forma altamente contraditória – como *sistema global*".

Para o autor, o Estado do sistema do capital sempre esteve e continua desprovido "de sua adequada formação de Estado" porque os antagonismos estruturais desse sistema estão presentes em todos os seus componentes, fazendo com que as unidades reprodutivas materiais do capital permaneçam em sua "individualidade" e estejam permanentemente em conflitos entre si. Assim, os diversos capitais se opõem sempre uns aos outros. Por outro lado, o Estado do sistema do capital também se articula como uma diversidade de Estados nacionais opostos entre si, ou

seja, como "'Estados soberanos' particulares" (MÉSZÁROS, 2002, p. 245).

Essa determinação negativa do sistema do capital, que ocorre tanto na relação entre os capitais como na forma de organização do seu comando político totalizador, é inalterável na base de estruturação do sistema, pois, para se reproduzir como ordem social dominante, o capital não pode deixar de depender do trabalho. Isso significa, em outras palavras, que "o capital *nada* é sem o trabalho", ou seja, que há uma "dependência absoluta do capital ao trabalho" (MÉSZÁROS, 2002, p.245, grifos do autor). Nesse sentido, pode-se afirmar que

o 'Estado' do sistema do capital (que existe na forma de Estados nacionais particulares) *nada* é sem sua oposição real ou potencial a outros Estados, assim como o capital nada é sem sua oposição ao trabalho, e sem a autodeterminação negativa em relação a ele. (MÉSZÁROS, 2002, p. 245, grifos do autor).

Como vimos, o Estado é imprescindível à reprodução do sistema socioeconômico do capital, constituindo-se mesmo como uma necessidade estrutural ineliminável desse sistema social. Assim, é a "autodeterminação reguladora espontânea do capitalismo como sistema de produção e distribuição", onipresente e eficiente em sua tarefa de garantir "as exigências materiais da reprodução social", que gera as condições necessárias para que o Estado desempenhe "suas próprias funções de controle e coordenação", legitimando e, ao mesmo tempo, defendendo a estrutura socioeconômica do sistema social vigente dos "desafios externos e internos" (MÉSZÁROS, 2004, p. 498).

Para o autor, por causa dessa "correspondência estreita" entre a estrutura sociometabólica reprodutiva e o Estado moderno, "qualquer intervenção [restrita ao] (...) campo político – mesmo quando visa à derrubada radical do Estado capitalista – terá influência muito limitada na realização do projeto socialista" (MÉSZÁROS, 2002, p. 125).

De acordo com Mézárós, Marx, em sua teoria do Estado, chamou a atenção para o caráter negativo da política, assinalando que de modo algum ela poderá ser utilizada para realizar as tarefas positivas de construção de uma nova ordem sociometabólica. Para Mézárós (2002, p. 571), o máximo que a política poderá fazer é realizar aquelas funções destrutivas necessárias para a



transformação social, cujo estabelecimento pode ser feito por decreto, como "a 'abolição da escravidão assalariada', a expropriação dos capitalistas, a dissolução dos parlamentos burgueses, etc.". Essa ressalva é importante porque o caráter negativo da política se impõe como uma intermediação restritiva, o que a torna completamente incapaz de realizar a tarefa positiva de estabelecimento de uma radicalmente nova ordem social.

O limite da função legitimadora do Estado no sistema do capital é ressaltado por Mészáros (2004, p. 496, grifo do autor) ao enfatizar que,

embora o Estado capitalista, visando ao desempenho de suas necessárias funções legitimadoras, possa introduzir corretivos *parciais* às deficiências dos processos materiais prevalecentes, ele é absolutamente incapaz de produzir as alterações estruturais básicas, até em uma situação de crise grave.

Assim, por mais que os teóricos burgueses tentem esconder as consequências destrutivas da expansão dinâmica do capital no plano da teoria, e que a intervenção corretiva do Estado venha propor a "conciliação" e a administração das contradições geradas nesse processo, as contradições e antagonismos estruturais não poderão ser superados mediante reformas sociais introduzidas via parlamento. Pois, como frisa o autor, a dominação do capital sobre o trabalho é de caráter eminentemente econômico, e não político. Nesse sentido, o que a política faz é "fornecer as 'garantias políticas' para a continuação da dominação já materialmente estabelecida e enraizada estruturalmente" (MÉSZÁROS, 2002, p. 576).

Até aqui vimos, a partir da investigação de Mészáros, as características fundamentais do sistema do capital, e em especial do modo de produção capitalista. Além disso, analisamos como este sistema superou as barreiras impostas pela autossuficiência presente nos modos de produção anteriores e subordinou o valor de uso ao valor de troca, transformando o aumento cada vez maior da riqueza social, produzida mediante a exploração dos trabalhadores, no seu objetivo mais importante.

Demostramos também que se, por um lado, o sistema do capital conseguiu superar a escassez de alimentos e se transformar no sistema socio-reprodutivo mais produtivo da história, por outro, ao subordinar o valor de uso ao valor de troca e separar os

trabalhadores dos seus instrumentos de trabalho e do controle da produção, ele não pôde se desvencilhar de problemas potencialmente explosivos – contradições e antagonismos – que são impossíveis de serem superados nessa ordem socio-reprodutiva.

É, portanto, para auxiliar o capital a administrar esses problemas e garantir a máxima produção possível da riqueza social gerada pelos trabalhadores que o Estado moderno ou capitalista é apresentado como complemento político do sistema do capital, sendo indispensável a essa forma de domínio socio-reprodutivo, pois contribuiu para auxiliar o capital a continuar seu domínio e controle sobre o sociometabolismo.

O Estado constitui o complemento político mais adequado para auxiliar o capital a exercer seu domínio sobre o sistema socio-reprodutivo. Ele acompanha as mudanças que ocorrem na base material do capital, adaptando-se ao desenvolvimento do sistema do capital e alterando, quando necessário, sua forma de intervenção, a fim de continuar garantindo as condições de exploração do trabalho pelo capital.

## CAPÍTULO II

### **RELAÇÃO ENTRE IMPERIALISMO E REFORMISMO E A INTRODUÇÃO DA ESTRATÉGIA REFORMISTA NO MOVIMENTO SOCIAL-DEMOCRATA OCIDENTAL**

Como procuramos demonstrar no capítulo anterior, Mészáros resgata da análise marxiana a indissociável relação entre economia e política. É, pois, essa importante relação que continuaremos a resgatar da investigação do autor ao apresentarmos as modificações processadas na base econômica do capital na passagem do século XIX para o século XX e analisarmos sua contribuição para a introdução do reformismo no movimento social-democrata ocidental. Entenderemos, nesse processo, por que o imperialismo ou capitalismo monopolista é apresentado por Mészáros como a base material desse reformismo. Para isso, faremos uma breve apresentação histórica, fundamentada em obras de Marx, Lenin, Rosa Luxemburgo e Isabel Loureiro, sobre os principais eventos econômicos e políticos que serviram de suporte e alavanca para a adesão da social-democracia ocidental à estratégia reformista.

## 2.1 Capitalismo monopolista ou imperialismo: a base material do reformismo social-democrata ocidental

Com a consolidação do sistema capitalista, a acumulação do capital foi acelerando cada vez mais, pois a burguesia poderia, mediante a exploração do trabalhador, apropriar-se da mais-valia ou trabalho não pago e, com isso, ampliar o capital investido inicialmente na produção. Num primeiro momento, o progresso da acumulação se processou mediante a distribuição dos capitais nas mãos dos capitalistas individuais. Segundo Marx (1988, p. 187), o capital individual constitui "uma concentração maior ou menor de meios de produção com comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores". Portanto, concomitante ao desenvolvimento do capital individual acontecia também o crescimento do grau de concentração dos meios de produção e o aumento do comando sobre o trabalho. A busca pela ampliação dos lucros acirrava a concorrência entre os capitalistas individuais, ou seja, entre os possuidores independentes de mercadorias.

A fase do capitalismo de concorrência<sup>21</sup> foi essencial para o desenvolvimento do sistema capitalista como um todo, pois consolidou as bases da produção capitalista criada no período da acumulação primitiva e avançou o progresso da acumulação do capital. Deve-se considerar, portanto, que o progresso da indústria e a centralização dos capitais individuais representam características intrínsecas ao desenvolvimento capitalista. Assim, nessa fase do capitalismo, o aperfeiçoamento dos meios de produção mediante o investimento e a apropriação de experiências desenvolvidas pela ciência, como o surgimento da máquina a vapor e dos motores elétricos, permitiu que o trabalho nas fábricas se tornasse mais produtivo e que a concentração da produção em empresas de grande porte acontecesse mais rapidamente que a concentração dos operários.

---

<sup>21</sup> Falcon e Moura (1989) consideram que a fase do capitalismo concorrencial, também conhecida como era do "capitalismo industrial" ou do liberalismo econômico, corresponde ao período estabelecido entre 1760/80 e 1860.

Nesse processo, a concentração do capital é considerada por Marx (1984, p. 196) como concentração simples, "idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho". Diferentemente dessa forma de concentração que marcou de forma decisiva o período concorrencial do capitalismo, outro momento da acumulação do capital é aquele em que a concentração se apresenta como

concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. (MARX, 1984, p.196).

Em outras palavras, "o capital se expande aqui numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos" (Marx, 1984, p.196). Nessa fase,

a batalha da concorrência é disputada com o barateamento das mercadorias. O preço da mercadoria depende (...) da produtividade do trabalho, e essa, novamente, da escala da produção. Portanto, o capital maior derrota o capital menor. (...) A concorrência (...) termina sempre com a ruína de muitos capitalistas pequenos, cujos capitais em parte passam às mãos de seus vencedores, e em parte desaparecem. (MARX *apud* HUBERMAN, 1986, p. 240).

As mudanças na acumulação do capital ocorrem mediante uma acirrada concorrência entre os capitalistas. Para aniquilarem os capitais individuais, os grandes capitalistas precisavam oferecer mercadorias cada vez mais barateadas. Para que isso ocorresse, os investimentos em pesquisas eram essenciais; estes eram possíveis graças ao progresso da acumulação, que traria significativos aperfeiçoamentos para a indústria. Tais modificações se expressaram de forma efetiva na reorganização técnica da produção, na qual, segundo Marx (1988, p. 189), "uma massa

menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas"<sup>22</sup>. Assim,

a diminuição absoluta da demanda de trabalho, que necessariamente segue daí, torna-se, como é óbvio, tanto maior quanto mais os capitais, que passam por esse processo de renovação, estejam acumulados em massas, graças ao movimento centralizador. (MARX, 1988, p. 189).

Embora no tempo em que Marx escreveu *O Capital* a concorrência fosse considerada uma lei natural pela maior parte dos economistas, a análise teórica e histórica acerca do capitalismo presente nessa obra já assinalava o papel determinante que a concorrência exerce no processo de concentração da produção, e que esta concentração ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, conduz inevitavelmente ao monopólio.

Desta forma, analisado do ponto de vista econômico, o fato mais significativo nesse processo é, portanto, "a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas". A constituição desses monopólios emergiu do próprio seio da livre concorrência, à medida que esta ia possibilitando, em detrimento da pequena produção, a concentração cada vez maior da produção e do capital (LENIN, 2005, p. 89).

De acordo com Lenin (2005), no final do século XIX, e mais acentuadamente no início do século XX, a concentração da produção em grandes empresas passou a ser um dos elementos mais importantes do capitalismo moderno. Segundo o autor,

---

22 Segundo Mészáros (2004, p. 269, grifos do autor), ao longo do seu desenvolvimento, a ciência moderna "foi obrigada a servir com todos os meios a sua disposição à expansão do valor de troca, dentro do quadro de um sistema de produção orientado para o mercado que, em si, estava sujeito aos ditames da concentração e da centralização do capital, assim como à absoluta necessidade de lucro sob as condições da composição orgânica do capital que, do ponto de vista da facilidade de lucro, foi se tornando cada vez pior. Como resultado, a *orientação geral da pesquisa* imposta à ciência pelos imperativos da expansão do capital consistiu em *ajudar a deslocar* as contradições, em última instância explosivas, inerentes à concentração/centralização crescentes e à piora da composição orgânica do capital".

ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio, visto que, para umas quantas dezenas de grandes empresas, é muito mais fácil chegar a acordo entre si e, por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem precisamente das grandes proporções das empresas. Esta transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importante – para não dizer o mais importante – da economia do capitalismo dos últimos tempos [ou seja, das três últimas décadas do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX]. (LENIN, 2005, p. 18).

Assim, tão logo a concorrência deu lugar ao monopólio, a socialização da produção, do investimento em pesquisas e do aperfeiçoamento técnico entre as empresas monopolistas, e a contratação de força de trabalho qualificada e o monopólio das fontes de matérias-primas tornaram-se centrais na economia capitalista. A luta pela concorrência entre pequenas e grandes empresas, que Lenin (2005, p. 27) afirma ter prevalecido na fase anterior ao imperialismo, já não se sustenta como base econômica do capitalismo moderno. O que predomina agora é o "estrangulamento, pelos monopolistas, de todos aqueles que não se submetem ao monopólio, ao seu jugo, à sua arbitrariedade".

Ao contrário do argumento defendido pelos economistas burgueses de que as crises do sistema capitalista foram suprimidas pelos cartéis, Lenin (2005, p. 29-30, grifos do autor) assinala que "o monopólio que se cria em *certos* ramos da indústria aumenta e agrava o caos próprio de *todo* o sistema da produção capitalista no seu conjunto". Além disso,

as crises – as crises de toda espécie, sobretudo as crises econômicas, mas não só estas – aumentam por sua vez em proporções enormes a tendência para a concentração e para o monopólio. (LENIN, 2005, p.29).

Vale salientar que ao assinalar a tendência para a concentração no capitalismo monopolista, o autor não está se referindo àquela concentração dos meios de produção e aumento do comando sobre a força de trabalho presente no capitalismo concorrencial, mas à concentração da produção em empresas de grande porte, que constitui a expressão mais evidente do processo de centralização dos capitais individuais, assinalado por Marx no *O Capital*.

Para Lenin (2005), a concentração da produção em empresas desse tipo acontece principalmente porque as crises contribuem para a falência ou a perda de grandes lucros de algumas empresas. Nessas condições, os seus proprietários possuem duas alternativas: ou vendem seus estabelecimentos ou se submetem aos acordos impostos pelos cartéis. É também nesse processo que a intervenção dos bancos torna-se decisiva, pois eles aliam-se às associações monopolistas e negam empréstimos às empresas em crise, obrigando-as a aceitar as imposições dos cartéis.

No que se refere aos bancos, o autor constata que eles tinham como principal função servir de intermediários nos pagamentos. Com essa atividade eles conseguiam transformar capital-dinheiro inativo em capital ativo. No entanto, à medida que as transações bancárias vão aumentando e começam a se formar as grandes agências, os bancos deixam de ser simples intermediários e se transformam em poderosos monopolistas, passando a dispor "de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou muitos capitalistas". Ao alcançarem esse estágio, os grandes bancos tendem a firmar um "acordo monopolista": o *trust* dos bancos (LENIN, 2005, p. 31, grifo do autor).

Quanto à relação estabelecida entre os bancos e a indústria, Lenin constata que é, sobretudo, nessa esfera que os bancos revelam seu novo papel. Há o desenvolvimento do que o autor chama de "união pessoal dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais", ou seja,

a fusão de uns com as outras mediante a posse das ações, mediante a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa. (MÉSZÁROS, 2002, p. 2005, p.41).

Essa união completa-se "com a união pessoal de umas e outras sociedades com o governo" (LENIN, 2005, p. 41).

A união com a indústria aumentou ainda mais a dominação dos grandes bancos que, vale lembrar, já haviam concentrado em suas mãos um montante significativo de capitais. É nesse sentido que Lenin (2005, p.46) afirma ser "o século XX [...] o ponto de transformação do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro". Para o



autor, as condições favoráveis ao aparecimento do capital financeiro foram geradas pela concentração da produção em grandes empresas monopolistas, pela formação dos monopólios que resulta desta concentração, e pela união dos bancos com a indústria.

Tendo, pois, em suas mãos o monopólio de quase todo o capital do conjunto dos capitalistas, os grandes bancos podem estabelecer acordos com as grandes indústrias, disponibilizando capital para o investimento em pesquisas e inovações. Além disso, o capital disponibilizado para a compra de matérias-primas e para a confecção de produtos secundários, antes produzidos por outras empresas, assim como a negação de empréstimos a determinadas indústrias, contribui enormemente para a falência das empresas concorrentes, que são obrigadas a se submeter às imposições dos grupos monopolistas.

Pode-se afirmar, portanto, que o capital financeiro representa, no imperialismo, um dos elementos fundamentais para a formação e a ampliação dos monopólios. Segundo Lenin (2005, p. 53), esse capital,

concentrado em poucas mãos e gozando do monopólio efetivo, obtém um lucro enorme, que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas.

De acordo com o autor, se é inerente ao capitalismo em geral separar o capital-dinheiro do capital industrial, ou seja, "separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção", no imperialismo, sob o domínio do capital financeiro, essa separação se agrava consideravelmente (LENIN, 2005, p. 59). Desse modo,

o predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do *rentier* e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de poder financeiro em relação a todos os restantes. (LENIN, 2005, p. 59, grifo do autor).

Aliada à preponderância do capital financeiro está a exportação de capitais. Se no capitalismo concorrencial predominava a exportação de mercadorias e a acumulação progressiva do capital ainda não havia gerado o problema da utilização do excedente, no capitalismo monopolista a exportação

de capitais adquire importância fundamental. Para Lenin, a transferência de capitais dos países imperialistas para os países subdesenvolvidos, com o objetivo de investir nos principais setores de suas economias, constitui um mecanismo utilizado pelos grandes magnatas para ampliar a acumulação do capital. A preferência por esses países não é nem casual nem aleatória, visto que neles

o lucro é em geral elevado, pois os capitais são mais escassos. O preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas. A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados já terem sido incorporados na circulação do capitalismo mundial, terem sido construídas as principais vias férreas ou iniciada a sua construção, terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc. A necessidade da exportação de capitais obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo amadureceu excessivamente e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação lucrativa. (LENIN, 2005, p. 62).

Além do investimento em alguns setores estratégicos da economia dos países periféricos, os países desenvolvidos desempenham também a função de credores. Quanto a este aspecto, Lenin (2005, p. 64-5) assinala que

é muito corrente que entre as cláusulas do empréstimo se imponha o gasto de uma parte deste na compra de produtos ao país credor, em especial em armamentos, barcos, etc.

Dessa forma, fica evidente que o desenvolvimento da relação entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos tem como principal objetivo tornar estes últimos cada vez mais dependentes economicamente dos primeiros.

No que se refere à relação entre os Estados, Lenin (2005) assinala que com o imperialismo o mundo ficou dividido entre alguns Estados usurários (credores) e uma grande parte de Estados devedores<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Schulze-Gaevernitiz (*apud* Lenin, 2005, p. 103) lembra que a Inglaterra (do início do século XX) foi aos poucos deixando de ser um Estado industrial para se transformar num Estado credor. Para ele, "apesar do aumento absoluto da produção e da exportação industrial, cresce a importância relativa para toda a

Outra característica do imperialismo apontada por Lenin é a partilha do mundo entre as associações monopolistas (cartéis, *trusts* etc.). Ao atingir um determinado grau de desenvolvimento essas associações são impelidas a partilhar entre si, quer seja o mercado interno – através do monopólio quase total da produção do país –, quer seja o mercado externo, mediante o aumento da exportação de capitais, o que acaba alargando consideravelmente as relações com outros países, em especial com as colônias. Segundo o autor, a partilha do mercado externo forjou o estabelecimento de um acordo entre as associações monopolistas, que resultou na constituição de cartéis internacionais. A formação desses cartéis representa "um novo grau da concentração mundial do capital e da produção, um grau incomparavelmente mais elevado que os anteriores" (LENIN, 2005, p. 67).

Aliada a essa partilha do mundo entre as associações capitalistas desencadeou-se a partilha do mundo entre as grandes potências. Conforme Lenin (2005, p. 77, grifos do autor), um traço característico do imperialismo é a partilha definitiva do planeta,

definitiva não no sentido de ser impossível *reparti-lo de novo* [ressalta o autor] [...], mas no sentido de que a política colonial dos países capitalistas *já completou* a conquista de todas as terras não ocupadas que havia no nosso planeta.

Isto significa que,

pela primeira vez, o mundo já se encontra repartido, de tal modo que, no futuro, só se poderão efetuar novas partilhas, ou seja, a passagem de territórios de um *proprietário* para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um *dono*. (LENIN, 2005, p. 77, grifos do autor).

Quanto ao período em que surgiu esse tipo de conquista colonial, o autor explica que, na Inglaterra, ele se estabeleceu a partir de 1860 e intensificou-se de forma bastante considerável nas duas últimas décadas do século XIX. Na França e na Alemanha, a fase de expansão das conquistas coloniais corresponde precisamente a essas últimas décadas. Se atentarmos para o fato de que é apenas a partir de 1870 que o capitalismo dos monopólios

---

economia nacional das receitas procedentes dos juros e dividendos, das emissões, das comissões e da especulação".

entra em sua fase de ascensão, compreenderemos por que é somente depois dessas décadas que se constata a intensificação da luta pela partilha territorial do mundo. Conforme explica Lenin (2005, p. 78-9, grifos do autor), isso acontece porque "a passagem do capitalismo à fase do capitalismo monopolista, ao capital financeiro, *se encontra relacionada* com a exacerbação da luta pela partilha do mundo".

A dominação econômica das associações monopolistas dirigidas pelos grandes magnatas do capital constitui outra característica fundamental e peculiar do imperialismo. Com o monopólio das fontes de matérias-primas e a diminuição das chances de concorrência dos adversários mediante a aquisição de determinadas condições altamente favoráveis, como é o caso da posse das terras que contêm minério de ferro, as associações monopolistas se fortalecem. No entanto, não se pode perder de vista que

a posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio de Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias. (LENIN, 2005, p. 81).

Contudo, Lenin ressalta que o interesse do capital financeiro pelas matérias-primas não se restringe apenas à apropriação das fontes já descobertas. Tendo em vista a corrida desenfreada pela partilha territorial, as associações monopolistas procuram ocupar a maior quantidade possível de terras, embora alguns territórios sejam considerados improdutivos, pois com o avanço da tecnologia e o investimento de grandes capitais as terras inicialmente não aproveitáveis podem se transformar em terras úteis para os interesses do capital financeiro.

Na fase imperialista, não eram apenas as áreas colonizadas e anexadas e os países dominados pelo imperialismo que possuíam áreas para serem descobertas e possibilidades abertas para intensificar a exploração do trabalho; todas as partes ainda não exploradas do globo, inclusive os países imperialistas dominantes, eram alvo dessas descobertas.

Além de encadear todas essas relações, a política colonial da época do imperialismo, liderada pelo capital financeiro e sua política internacional na busca pela partilha econômica e política do mundo, acaba por desenvolver outro tipo de relação financeira entre os países, e esta se reflete nos mais variados níveis de dependência estatal. De acordo com Lenin (2005, p. 86), a política colonial envolve não apenas os países que possuem colônias e as colônias,

mas também as formas variadas de países dependentes que, de um ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que, na realidade, se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática.

A política colonial não foi criada pelo monopólio, ela já existia antes dele. O que o capital financeiro fez foi adaptá-la aos seus interesses, aliando a ela a

luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas esferas de influência, isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas etc. e, finalmente, pelo território econômico em geral. (LENIN, 2005, p. 126).

Voltando à discussão sobre a partilha do mundo entre os principais países imperialistas, faz-se necessário chamar a atenção para o fato de que uma das manifestações mais evidentes dessa partilha se expressou no início do século XX com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914). Rosa Luxemburgo (1974, p. 180) apresenta essa guerra (conhecida, hoje, como Primeira Guerra Mundial) como um produto direto da concorrência entre os países capitalistas pela soberania mundial e "pelo monopólio da exploração e da opressão das regiões que não estavam ainda submetidas ao capital", ou seja, pela partilha do mundo não capitalista. Ela argumenta que nenhuma intervenção paliativa, de caráter reformista, poderia bloquear a tendência destrutiva do imperialismo, pois é a sua própria lógica que o impulsiona a desencadear sempre novos conflitos, sendo a guerra o resultado inevitável dessa fase do desenvolvimento capitalista. De acordo com a autora,

a política do proletariado não pode reconquistar o lugar a que tem direito dando conselhos utópicos ou elaborando projetos que permitiriam, por meio de reformas parciais, adoçar, subjugar, moderar o imperialismo no quadro do Estado burguês. O problema real que esta guerra mundial põe aos partidos socialistas, e da solução do qual dependem os destinos do movimento operário, é a capacidade de ação das massas proletárias na sua luta contra o imperialismo. (LUXEMBURGO, 1974, p. 173).

No entanto, apesar das advertências de Marx (em 1875, na discussão sobre o *Programa de Gotha*) e de Rosa Luxemburgo<sup>24</sup>, o movimento da classe trabalhadora alemã depois de 1914 concentrou sua força não na luta contra o imperialismo, mas na luta por reformas e ganhos materiais possíveis de ser garantidos pelo capital nessa fase do seu desenvolvimento. De acordo com Mészáros (2002), a consolidação do reformismo no movimento social-democrata, principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial – quando, então, a social-democracia alemã<sup>25</sup> capitulou perante as exigências do nacionalismo burguês e abandonou a luta pelo socialismo –, foi sustentada materialmente pela expansão imperialista. Entenderemos melhor esse processo em outro momento do texto, pois antes de apresentarmos o processo de

---

<sup>24</sup> Rosa Luxemburgo é considerada por Mészáros como uma importante teórica socialista e militante política. Ela, ao contrário de Lenin, que tinha uma excelente percepção das conjunturas históricas específicas, "orientou-se para os marcos das tendências históricas mais amplas, frequentemente desafiando a realidade histórica corrente". Segundo Mészáros (2004, p. 402, 408, grifos da autora), foi essa mesma perspectiva global que permitiu a ela condenar "a capitulação da socialdemocracia ocidental". Ela "sublinhou fortemente as conexões *globais* e as determinações globais do antagonismo histórico entre o capital e o trabalho, situando os acontecimentos e tendências socioeconômicos e políticos concretos do desenvolvimento dentro de sua perspectiva geral, destacando não apenas sua especificidade histórica, mas também suas inevitáveis *limitações* em relação a seu impacto potencial sobre as questões mais importantes da *época*".

consolidação do reformismo no movimento social-democrata ocidental após os eventos da Primeira Guerra Mundial e demonstrarmos suas consequências, precisamos entender os acontecimentos históricos que, tendo como suporte os ganhos materiais oferecidos pela expansão imperialista, contribuíram para introduzir o reformismo no movimento da classe trabalhadora.

## **2.2 Expansão imperialista do capital e o movimento socialista**

Vimos que nas três últimas décadas do século XIX o imperialismo começou a se constituir numa nova fase do desenvolvimento capitalista. Para expandir-se além das fronteiras nacionais, era necessário que os governos imperialistas dos países desenvolvidos deixassem de antagonizar suas classes trabalhadoras nacionais. Essa necessidade era posta pela própria expansão imperialista que, para ampliar suas taxas de lucro, precisava inibir qualquer possibilidade de contestação da classe trabalhadora que pusesse em risco suas metas de acumulação expansionista. Pode-se concluir, em outras palavras, que do ponto de vista da classe dominante era muito mais produtivo "assegurar a total cooperação da força de trabalho nacional", mas para que isso acontecesse ela teria de deixar de "antagonizá-la" por meio de "medidas repressivas ultrapassadas" (MÉSZÁROS, 2004, p. 420).

Mészáros (2002, p. 95, grifos do autor) explica que no período de expansão imperialista os trabalhadores dos países desenvolvidos conseguiram, por intervenção das suas organizações de defesa, como os sindicatos e grupos parlamentares, "extrair do capital concessões aparentemente significativas". Tais concessões iam desde a instituição de medidas legislativas que favoreciam a ação da classe trabalhadora até a obtenção de melhorias graduais em seu do padrão de vida. Nessa fase do desenvolvimento capitalista, "o capital teve condições de conceder esses ganhos"; o que

---

<sup>25</sup> Luxemburgo (1974) considerava a social-democracia alemã a ala mais importante da Segunda Internacional, por isso, para a autora, a análise dos fatores que contribuíram para o seu fracasso enquanto representante dos interesses fundamentais da classe trabalhadora é imprescindível para entendermos a crise global da social-democracia.

possibilitava isso era o fato de estes serem "*assimilados* pelo conjunto do sistema, e *integrados* a ele", constituindo vantagens produtivas para o capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 95, grifos do autor).

Para Mézáros (2002, p. 1.067, 420), "era possível obter do capital ganhos parciais significativos" nessa fase imperialista porque eles constituíam parte "necessária e positiva da dinâmica interna da auto-expansão do capital", ou seja, eram possíveis de ser concedidos sem que isso onerasse o sistema do capital. Ademais, o autor explica que foram as exigências objetivas dessa expansão, principalmente a necessidade de ampliar os investimentos do capital nas áreas mais longínquas do globo, que obrigaram os governos capitalistas a obter a "cooperação da força de trabalho nacional".

Como veremos nos demais capítulos, a expansão imperialista e os desdobramentos monopolistas deram novo fôlego ao capital, retardando ao máximo sua fase de crise mais aguda. Isto foi possível porque o Estado capitalista concedeu vantagens significativas para as forças socioeconômicas dominantes. A concorrência não foi eliminada na fase imperialista; as regras da competição, impostas nesse período histórico, favoreceram as forças econômicas dominantes de duas formas: concedendo aos seus monopólios significativos privilégios no mercado mundial e facilitando o desenvolvimento da concentração e centralização do capital, ou seja, contribuindo diretamente para o fortalecimento dos seus monopólios, oligopólios e cartéis.

O imperialismo reestruturou por completo as relações socioeconômicas entre os países, criando uma rede de dependências e hierarquias entre todos os países desenvolvidos e subdesenvolvidos que estavam direta ou indiretamente vinculados a ele. Os países subdesenvolvidos tornaram-se, nesse processo, dependentes estruturalmente dos países capitalistas avançados e obtiveram como resultado um subdesenvolvimento crônico. Na verdade,



as sociedades "capitalistas desenvolvidas" específicas só puderam garantir para si as condições de seu desenvolvimento envolvendo-se intensamente – como antagonistas inconciliáveis – no sistema global do imperialismo do século XX. (...) [Além disso, elas] tiveram de ajustar suas estruturas internas do metabolismo socioeconômico em consonância com as novas condições de competição e confrontação mundial. (MÉSZÁROS, 2004, p. 421, grifos do autor).

Um dos ajustes realizados pelos Estados capitalistas avançados foi a instituição de um sistema de "duplo padrão", que estabelece nos países "metropolitanos" ou "centrais" "um padrão de vida bem mais elevado para a classe trabalhadora" (assegurado pela política democrática) e, na "periferia subdesenvolvida", "um governo maximizador da exploração, implacavelmente autoritário (e, sempre que preciso), abertamente ditatorial" (MÉSZÁROS, 2002, p. 111).

Para o autor, foi a manutenção desse duplo padrão que permitiu aos países capitalistas ocidentais alcançar taxas de lucro inimagináveis no período anterior, possibilitando ao capital ocidental aumentar a renda real da sua classe trabalhadora nacional. Para que isso acontecesse os trabalhadores dos países subdesenvolvidos foram submetidos a uma exploração brutal, experimentando e tendo de suportar "níveis de degradação material e humana absolutamente inimagináveis no Ocidente". Em outras palavras, as "taxas de superlucros obtidas" pelos países capitalistas ocidentais dominantes só foram possíveis mediante a sustentação da forma "mais impiedosa de exploração capitalista", a degradação material e humana dos trabalhadores dos países subdesenvolvidos (MÉSZÁROS, 2004, p. 421).

Uma demonstração bastante elucidativa da "taxa diferencial de exploração" é apresentada por Renato Constantino (*apud* MÉSZÁROS, 2004, p.425) ao enfatizar a diferença entre os salários pagos pela Ford aos trabalhadores dos Estados Unidos e os salários pagos por essa mesma empresa aos trabalhadores filipinos. Segundo o autor: "em 1971, enquanto o valor da hora de trabalho especializado nos Estados Unidos era de quase US\$ 7,50, o valor da hora de trabalho similar nas Filipinas era de apenas US\$ 0,30". Para o autor, os altos lucros obtidos pela Ford foram provenientes, principalmente, da exploração dos trabalhadores dos países subdesenvolvidos, portanto, do pagamento de baixos salários a esses trabalhadores.

Como ressalta Mészáros (2002, p.288), a expansão imperialista possibilitou aos trabalhadores dos países imperialistas obterem ganhos materiais efetivos, pois a margem de lucro alcançada pela expansão do capital nesse período possibilitava a concessão de "alguns ganhos mensuráveis para as seções de liderança das classes trabalhadoras nos países economicamente mais dinâmicos (os imperialistas)". No entanto, isso significava a aceitação dócil da autoridade do capital na determinação das reivindicações que seriam ou não consideradas legítimas e na participação adequada do trabalho na riqueza social disponível. Assim,

uma vez considerado inquestionável o sistema socioeconômico estabelecido como quadro indispensável de reivindicações e aspirações legítimas, tudo teria de ser "realisticamente" avaliado com base na permanência da viabilidade e da "reformabilidade" do capital gratuitamente aceitas durante um século de devaneios socialdemocratas.<sup>26</sup> (MÉSZÁROS, 2002, p. 288).

O único problema era que, para os trabalhadores desses países terem acesso a essas melhorias, milhões de trabalhadores dos países subdesenvolvidos tiveram de ser brutalmente explorados. Em outras palavras, as "taxas de superlucros obtidas" pelos países capitalistas ocidentais dominantes só foram possíveis mediante a sustentação da forma "mais impiedosa de exploração capitalista", a degradação material e humana dos trabalhadores dos países do "Terceiro Mundo". Ao mesmo tempo, o sistema imperialista reestruturou por completo as relações socioeconômicas, criando uma rede de dependências e hierarquias entre todos os países envolvidos com o imperialismo (MÉSZÁROS, 2004, p. 421).

A manutenção da estratégia, viável ao capital por muito tempo, de transportar para outras esferas ou países as contradições e antagonismos das corporações transnacionais atenuou os conflitos de classe que surgiam do próprio desenvolvimento e expansão imperialista e dificultou a articulação das forças socialistas por um longo período.

---

<sup>26</sup>Na edição de 2002, que tomamos como referência para escrever esta tese, as palavras "socialdemocracia" e "socialdemocrata" estão escritas sem hífen. Por isso, apesar de utilizarmos os termos com hífen, decidimos manter todas as citações de acordo com o texto original.

Mészáros (2002, p. 834) explica que as consequências negativas desse processo se evidenciaram nitidamente tanto no sucesso parlamentar e, portanto, na restrição da luta do movimento do trabalho à obtenção de reformas dentro do parlamento, quanto, em longo prazo, no desvio do movimento socialista da causa da emancipação do trabalho. Para o autor,

o preço pago foi o fatal enfraquecimento estrutural da potencialidade de luta do trabalho, causado pela aceitação das amarras parlamentares como a única forma legítima de contestar a dominação do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p.834).

Se do lado do capital essas mudanças estavam em consonância com a sua proposta de expansão e maximização dos lucros, do lado do trabalho elas foram trágicas, pois abalaram profundamente a base material da solidariedade internacional: para que alguns setores da classe trabalhadora dos países desenvolvidos tivessem acesso às vantagens materiais concedidas pelo capital, eles tiveram de negar os objetivos socialistas e restringir sua luta à obtenção de reformas sociais possíveis de ser asseguradas pelo sistema do capital. O mais problemático dessa questão foi que tais vantagens materiais foram asseguradas mediante a exploração brutal dos trabalhadores dos países subdesenvolvidos. O capital logrou alcançar altas taxas de lucro pagando salários bem menores aos trabalhadores desses países, e isso explica por que a concessão de algumas melhorias materiais aos trabalhadores de alguns países capitalistas avançados não atingia de modo algum a sua acumulação e expansão lucrativa.

Outro problema também criado pelo processo de expansão foi o aumento da pressão exercida sobre a classe trabalhadora do Ocidente. Esta, para manter seu emprego ou seu padrão de vida, foi levada a se interessar objetivamente e se envolver "na continuidade do sucesso do 'capitalismo avançado'" (MÉSZÁROS, 2002, p.556), e, como beneficiária desse sucesso, ela, de fato, participa

na contínua exploração do assim chamado "Terceiro Mundo": uma parte integrante, mas estruturalmente dependente e explorada de um e único mundo real. (MÉSZÁROS, 2002, p. 556).

Foi retirando, de forma diferenciada, vantagens materiais dos países dominados pelo imperialismo que o capital conseguiu, nesse

período da expansão imperialista, obter não apenas sucesso econômico, mas também construir métodos bastante eficazes na luta contra a alternativa socialista. Vejamos como a mudança de estratégia da social-democracia ocidental a partir de meados da década de 1870 contribuiu para introduzir o reformismo no movimento do trabalho.

A queda da Comuna de Paris de 1871<sup>27</sup>, segundo Luxemburgo (1974, p. 11), trouxe à tona dois fatos históricos: o encerramento da primeira fase do movimento operário e o início da desintegração da Primeira Internacional<sup>28</sup> que, vale lembrar, chegaria definitivamente ao fim em 1876<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> A Comuna de Paris foi a Revolução de 18 de março de 1871 realizada na capital da França, Paris, que era também a sede do governo Imperial e local de concentração da classe operária. De acordo com Marx (1983, p. 65-6), a Comuna foi composta por conselheiros municipais, operários ou "representantes conhecidos da classe operária" que, eleitos mediante sufrágio universal nos diversos bairros de Paris, poderiam ser substituídos a qualquer momento. Tanto os cargos dos componentes da Guarda Nacional quanto os cargos dos demais funcionários da administração pública estavam igualmente sujeitos à revogação, caso seus representantes não respeitassem as normas impostas pela organização comunal. A experiência da Comuna de Paris foi violentamente rechaçada pela repressão militar do Estado. Assim, se o autossacrifício dos homens, mulheres e crianças parisienses, resistindo por oito dias a um ardente combate, deu provas, mais que evidentes, da importância desta causa por eles defendida, demonstra igualmente até onde pode ir a burguesia para defender o seu domínio de classe.

<sup>28</sup> Essa Internacional foi criada em 1864. Embora ela estivesse isolada após os eventos da Comuna de Paris de 1871, sua desintegração oficial ocorreu apenas em 1876.

<sup>29</sup> Marx (2012, p. 36, grifos do autor) já havia chamado a atenção para esse segundo fato histórico assinalado por Luxemburgo em sua *Crítica ao Programa de Gotha*, escrito em 1875, ao afirmar que a "Associação Internacional dos Trabalhadores", conhecida, hoje, como Primeira Internacional, "foi apenas uma primeira tentativa de criar um órgão central voltado para aquela atividade [a ação internacional das classes trabalhadoras] – tentativa que, pelo impulso que deu ao movimento, teve uma eficácia durável, mas que, em sua primeira forma histórica, tornou-se impraticável após a queda da Comuna de Paris".

De acordo com Mészáros (2004, p. 373), após o episódio da Comuna de Paris em 1871, o movimento da classe trabalhadora dos países imperialistas passou a propor "o estabelecimento gradual de uma ordem social socialista utilizando o instrumental do Estado capitalista", ou seja, passou a defender que o socialismo poderia ser alcançado de forma gradual, através da introdução de reformas sociais via parlamento.

Para Mészáros (2002, p. 791-2), diante dessas circunstâncias, o movimento socialista foi obrigado a determinar objetivos bastante limitados em razão dos desafios postos pelas situações nacionais particulares, objetivos estes que se impunham sob o pano de fundo do desenvolvimento expansivo e dinâmico do capital em sua fase imperialista. Foi sob tais condições que a Primeira Internacional teve de enfrentar suas "primeiras grandes dificuldades que finalmente conduziram à sua desintegração". De acordo com Lenin, essa Internacional tinha aberto

'caminho para um período de desenvolvimento bem maior do movimento trabalhista em todos os países do mundo, período em que cresceu em amplitude e se formaram os partidos trabalhadores socialistas *de massa* nos Estados *nacionais individuais*'. (LENIN *apud* MÉSZÁROS, 2004, p. 372, grifos do autor).

Conforme assinala Mészáros (2002, p. 789, 1.067, grifos do autor), os instrumentos e organizações de ação da classe trabalhadora surgiram com o objetivo de superar alguns entraves importantes no caminho para a emancipação. No início, como resultado de "explosões espontâneas", eles se apresentaram como "*momentos* de ataque". Logo depois, já como produto de esforços conscientes, eles se revelaram estruturas coordenadas tanto em conjunturas nacionais como em nível internacional. No entanto, o autor ressalta que nenhuma dessas estruturas "poderia ir além do horizonte de lutar por objetivos específicos, limitados, até mesmo se o seu objetivo *último* estratégico fosse uma transformação socialista radical de toda a sociedade". Isso se explica pelo fato de os instrumentos e instituições do movimento socialista terem sido constituídos, por um lado, como oposição ao capitalismo, mas "não ao capital enquanto tal", e, por outro lado, como "um modo fundamentalmente defensivo, de acordo com sua função e potencial original, essencialmente negativo-defensivo".

Mészáros (2002, p. 834, 388, grifos do autor) explica que a divisão do movimento socialista "nos denominados '*braço político*' (partidos políticos) e '*braço sindical*' (sindicatos) do trabalho" acabou acontecendo simultaneamente ao surgimento da nova tendência imperialista nos países capitalistas avançados. Esta abriu novas possibilidades de investimento e expansão ao capital e forneceu "a oportunidade para a acomodação da classe trabalhadora na ajustada estrutura parlamentar ocidental".

Para o autor, a divisão do movimento do trabalho mencionada acima foi realizada com "a ilusão de que o '*braço político*' poderia servir ou representar (...) os interesses da classe trabalhadora organizada nas empresas industriais capitalistas pelos sindicatos de cada ramo do '*braço sindical*'". No entanto, essa proposta nunca se realizou. O que aconteceu foi exatamente o contrário disso: o "*braço político*" não atuou em colaboração com o "*braço sindical*", mas "utilizou as regras do jogo parlamentar" para "subordinar os sindicatos a seu favor" e, através do parlamento, impor a eles as "determinações políticas finais do capital", limitando sua atuação às "*disputas estritamente econômicas do trabalho*". Assim, para a estrutura de comando global do capital, essa divisão foi positiva, pois permitiu que as "coações objetivas materiais do capital" fossem não apenas aceitas, mas internalizadas pelos trabalhadores (MÉSZÁROS, 2002, p. 834, grifos do autor).

Desse modo, estando assim constituídos, esses instrumentos e organizações de luta da classe trabalhadora poderiam servir de suporte para a vitória de batalhas parciais, mas não para garantir a vitória de uma luta contra o capital. Segundo Mészáros (2002, p. 973), a vitória de uma luta dessa dimensão exigiria uma complementaridade substantiva entre partidos e sindicatos, no sentido de superar a debilidade provocada pela "divisão do trabalho" que se estabeleceu entre eles. Ao contrário disso,

o que se supunha ser o "braço político do trabalho" terminou por desempenhar um papel crucial na ativa imposição ao trabalho – pela força da "legislação parlamentar de representação" – do interesse vital do capital: "banir a ação sindical politicamente motivada" como categoricamente inadmissível "numa sociedade democrática". (MÉSZÁROS, 2002, p. 834).

Para o autor, a divisão entre os "dois braços" do trabalho só serviu para paralisar o movimento dos trabalhadores, operando nele uma consciente internalização da lógica do capital. O autor salienta ainda que "como resultado da divisão sintonizada com essas regras, o 'braço político' perde o poder material por meio do qual o movimento dos trabalhadores poderia efetivamente opor-se à lógica do capital e à sua força de auto-afirmação". Foi essa mesma lógica que coagiu o "braço sindical" a abdicar não apenas da luta por uma mudança estrutural mais ampla na sociedade, mas também da preocupação com "qualquer objetivo político". Nessas circunstâncias, o que restou ao movimento do trabalho foi apenas contentar-se com melhorias limitadas que, conforme Mézáros (2002, p. 835), estão subordinadas "às mudanças conjunturais e às limitações das unidades particulares do capital com as quais as unidades locais do 'braço sindical' são, por lei, autorizadas a entrar em 'disputa econômica'".

Além disso, com a divisão do movimento socialista entre "braço político" e "braço sindical" o fundamento material da solidariedade da classe trabalhadora internacional foi abalado. Se, por um lado, a fase de expansão imperialista do capital possibilitou ao sistema encontrar válvulas de escape capazes de estender os limites do capital e deslocar, ainda por algum tempo, suas contradições, a implementação de políticas e medidas para expandir a racionalidade da ordem capitalista trouxe como consequência a cisão desse movimento em uma ala radical e outra reformista, restringindo o movimento socialista ao âmbito nacional e dificultando a articulação dos trabalhadores em um movimento internacional (MÉSZÁROS, 2002, p. 556).

Quanto às possibilidades objetivas de implementação da estratégia de lutar por melhorias parciais no sistema capitalista, adotada pelo partido social-democrata alemão a partir de 1875, destacaremos a análise realizada por Isabel Loureiro (2005) em seu livro *Revolução Alemã: 1918-1923*.

De acordo com Loureiro (2005, p. 33), no Congresso de Gotha de 1875<sup>30</sup>, a conjuntura política alemã passou a favorecer as propostas dos lassallianos<sup>31</sup>, representados por 73 delegados contra apenas 56 delegados "marxistas". Os principais objetivos da organização proposta por Lassalle eram, na esfera política, a realização do sufrágio universal e, na esfera econômica, "a criação de cooperativas de produção financiadas pelo Estado", sendo este último entendido por este teórico como um organismo disposto acima dos interesses privados. Segundo a autora, as propostas de Lassalle citadas acima não tinham como objetivo acabar com a propriedade privada, mas criar uma organização operária centralizada.

Nessa conjuntura política, o Partido Operário Social-Democrata alemão, que até então adotava uma postura "crítica" dentro do movimento operário, se uniu aos lassallianos<sup>32</sup> para adotar um programa reformista voltado às reivindicações

---

<sup>30</sup> "No Congresso de Gotha – realizado entre 22 e 27 de maio de 1875 –, uniram-se no Partido Operário Socialista da Alemanha as duas organizações trabalhistas da época: o Partido Operário Social-Democrata, fundado por Liebknecht e Bebel em 1869, em Eisenach (por isso chamado "eisenachiano"), e liderado por eles, e a lassalliana Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, conduzida por Hasenclever, Hasselmann e Tölcke)" (Nota 1 do Prefácio de Friedrich Engels ao livro de Marx *Crítica ao Programa de Gotha*, publicado pela Boitempo Editorial, 2012, p. 17).

<sup>31</sup> Ferdinand Lassalle (1825-1864) criou, em 1863, a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães. Juntamente com seus colaboradores, Lassalle fez um acordo secreto com Bismarck, garantindo apoio político e financeiro em troca da mobilização da classe trabalhadora alemã em favor das reivindicações reacionárias do "Chanceler de Ferro". Marx, em carta a Engels datada de 18 de fevereiro de 1865, já desconfiava da relação secreta de Lassalle com Bismarck. Mézáros cita duas cartas, uma de junho de 1863 e outra datada de fevereiro de 1864, enviadas por Lassalle a Bismarck e que, segundo o autor, comprovam essa relação (Conf. MÉSZÁROS, 2004, p. 370-1).

<sup>32</sup> Em seu livro *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx (2012, p. 35) afirma que o Programa de Gotha foi redigido pelo Partido Operário Alemão, sob a influência lassalliana. Em um trecho do livro, o autor afirma que "Lassalle, ao contrário do Manifesto Comunista e de todo o socialismo anterior, concebeu o movimento dos trabalhadores sob a mais estreita ótica nacional".



imediatas, ou seja, ao sufrágio universal, ao voto secreto, às liberdades democráticas e à proposta de melhorar as condições de existência dos trabalhadores mediante a introdução de reformas sociais via parlamento. Nesse sentido, o Programa de Gotha assumia claramente uma postura reformista, não fazendo nenhuma "referência à revolução, ao caráter de classe do Estado, nem à análise de Marx do desenvolvimento capitalista" (LOUREIRO, 2005, p. 33).

A crítica de Marx a esse programa foi sistematizada num livro elaborado por ele em 1875 e intitulado *Crítica ao Programa de Gotha*. Neste livro, o autor critica veementemente algumas teses defendidas no Programa de Gotha. No item IV do livro, ao se deter na parte democrática, Marx (2012, p. 43, grifos do autor) afirma que as "reivindicações políticas [desse Programa] não contêm mais do que a velha cantilena democrática, conhecida de todos: sufrágio universal, legislação direta, direito do povo, milícia popular etc. São um mero eco do Partido Popular burguês". Nesse sentido, "não passam de reinvidicações que, quando não são exageros fantasiosos da imaginação, já estão *realizadas*". Além disso, o autor ressalta que apesar de toda sua estridência democrática, o programa está totalmente infestado da credulidade servil ao Estado que caracteriza a seita lassalliana, ou, o que não é melhor, da superstição democrática, ou, antes, consiste num arranjo entre esses dois tipos de superstição, ambos igualmente distantes do socialismo (MARX, 2012, p. 46).

Marx propunha como alternativa à proposta de unificação reformista do Programa de Gotha que os trabalhadores elaborassem "um acordo para ação contra o inimigo comum (...) um programa de ação ou um plano de organização para a ação comum"<sup>33</sup> (Marx *apud* Mészáros, 2004, p. 360). Marx já chamava a atenção, nessa época, para os perigos que esse programa reformista poderia trazer ao movimento do trabalho. No entanto, segundo Mészáros (2002, p. 148),

sua crítica mostrou-se inútil porque os partidos socialdemocratas que emergiam nos países capitalistas dominantes movimentaram-se para a participação reformista em seus parlamentos nacionais.

---

33 Carta de Marx a Wilhelm Bracke, datada de 5 de maio de 1875.

Segundo Loureiro (2005, p. 34), as conquistas da social-democracia no plano eleitoral apareceram logo nas eleições gerais de 1877: 500 mil votos, com 12 deputados eleitos para o parlamento. Diante do perigo que representava a social-democracia naquele momento na Alemanha, Bismarck foi ágil em promulgar a lei de exceção (21 de outubro de 1878), que "proibia o funcionamento das associações e a publicação dos jornais socialistas". A repercussão dessa lei no movimento operário é assinalada pela autora ao enfatizar que

na Prússia, de outubro de 1879 a novembro de 1880, mais de 11 mil pessoas foram presas por motivos políticos. Foi a fase heróica da social-democracia alemã, que, apesar da repressão e das medidas de política social com o objetivo de afastar os operários do socialismo, sobreviveu e cresceu camuflada em associações eleitorais e culturais diversas. (LOUREIRO, 2005, p. 43).

O período estabelecido entre 1887 e 1890 foi marcado pela duplicação dos votos da social-democracia e, conseqüentemente, pelo aumento do número de deputados social-democratas no parlamento. Isto contribuiu decisivamente para que a proposta de Bismarck de prorrogar e fortalecer a lei de exceção fosse recusada pelo Parlamento e para que o partido social-democrata alemão voltasse novamente à legalidade.

De acordo com Loureiro (2005, p. 34), no Congresso de Erfurt, realizado em 1891, o partido social-democrata alemão adotou um novo programa que vigorou até o início da Primeira Guerra Mundial. Neste programa, a aliança entre revolucionários e reformistas foi mais uma vez reforçada. Foi Karl Kautsky, ex-secretário de Engels e, nesse período, "teórico oficial da social-democracia alemã e internacional", o responsável pela elaboração do Programa de Erfurt. Para a autora,

com seus objetivos revolucionários a longo prazo (conquista do poder político para realizar o socialismo) e os objetivos imediatos (reformas políticas, econômicas e sociais), que visavam a consolidar o poder político e econômico do movimento operário elevando a consciência de classe dos trabalhadores, o programa de Erfurt criava uma dicotomia entre reforma e revolução que acompanharia a teoria e a prática da social-democracia durante décadas. (LOUREIRO, 2005, p. 34).

Loureiro (2005, p. 35) ressalta ainda que, se no plano teórico, os marxistas ortodoxos, defensores dos objetivos revolucionários, haviam conseguido alguma vantagem ante as argumentações dos reformistas, na prática, o reformismo era bem mais aceito dentro do partido social-democrata alemão.

### **2.3 O debate sobre o reformismo de Eduard Bernstein**

A divisão do movimento socialista em "braço político" e "braço sindical" gerou as condições necessárias à introdução do reformismo no movimento do trabalho. Para Mészáros (2002, p. 148, 431), essa introdução se processou no período estabelecido entre o final da década de 1860 e o início da década de 1870.

Conforme contata Mészáros (2002, p. 288), foi a partir de meados da década de 1870 com as discussões e elaboração do Programa de Gotha (1875), e mais tarde, no final do século XIX, com a publicação do livro de Bernstein, "*Socialismo Evolucionário*", que a social-democracia ocidental começou a colocar em prática a estratégia reformista "de lutar por privilégios no quadro da reprodução do capital". De acordo com o autor, a adoção dessa estratégia não significava apenas a aceitação das melhorias parciais oferecidas pela expansão lucrativa do capital, mas também a contribuição do movimento social-democrata para a revitalização do sistema capitalista. Em outras palavras, ela representava a "aceitação dócil da autoridade do capital na determinação das reivindicações que seriam ou não consideradas legítimas e na participação adequada do trabalho na riqueza social disponível".

Foi a partir de 1898, com a publicação das teses "revisionistas" de Eduard Bernstein<sup>34</sup>, que o debate sobre o reformismo ganhou expressão no movimento social-democrata ocidental. Segundo Loureiro (2005, p. 35), Bernstein, ao realizar uma análise empírica do desenvolvimento capitalista na Europa, havia chegado à conclusão de que as dificuldades econômicas sofridas pelo capitalismo até recentemente tinham sido finalmente superadas "graças ao progresso tecnológico, à expansão do mercado mundial e ao fim da repartição das colônias entre os países europeus". Tendo como ponto de partida essas conclusões, ele passou a afirmar que a nova fase do capitalismo colocava em xeque a estratégia dos marxistas ortodoxos de iminência do colapso do sistema capitalista. Ele apontava isso como a prova de que a revisão da dialética marxista era uma necessidade fundamental daquela época histórica. Daí a justificativa das suas teses revisionistas. Segundo a autora, "nessa linha de raciocínio, o SPD [Partido Social-Democrata Alemão]<sup>35</sup> devia dedicar-se a lutar pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores no âmbito parlamentar – e deixar de lado a ideia de insurreição".

Para Luxemburgo (1990, p. 119), as teses revisionistas de Bernstein constituem a primeira tentativa de dar legitimidade científica às correntes oportunistas da social-democracia. A autora

---

<sup>34</sup> Segundo Mészáros (2002, p. 971), "em suas propostas de reforma, Bernstein e seus seguidores quiseram realizar os seus objetivos 'socialistas' – cada vez menores e no fim totalmente imperceptíveis – sem mudar a moldura estrutural do sistema".

<sup>35</sup> Luxemburgo (1974, p. 11-2) explica que, se em sua trajetória inicial, o movimento operário se concentrou na França, com a guerra de 1870 e a derrota da Comuna de Paris em 1871, a força do movimento operário europeu se deslocou para a Alemanha e o Partido Social-Democrata Alemão passou a ser o seu principal representante. Assim, "tal como a França tinha sido o local por excelência da luta da classe proletária durante [a] primeira fase, tal como Paris tinha sido o coração palpitante e ensanguentado da classe operária europeia nesta época, também a classe operária alemã se torna a vanguarda durante o segundo período. Pelo preço de inúmeros sacrifícios, de um trabalho minucioso e infatigável, edificou uma organização exemplar, a mais forte de todas, criou a maior cadeia de imprensa, deu origem aos meios mais eficazes de formação e de educação, reuniu à sua volta eleitores em número muito considerável e obteve o maior número de lugares no parlamento".

explica que o revisionismo não defende a tese da inexistência das contradições do sistema capitalista como fazem os economistas burgueses, pelo contrário, afirma a tese marxista de existência dessas contradições. Porém, o que situa o revisionismo numa posição intermediária entre a concepção de mundo burguesa e a marxista é o fato de ele excluir da sua doutrina a tese da supressão dessas contradições. Nesse sentido, o revisionismo proposto por Bernstein nem "quer levar à maturidade as contradições capitalistas, nem suprimi-las (...) quer atenuá-las, amalgamá-las". Justamente

por isso pretende que a contradição entre a produção e a troca será atenuada pelo fim das crises, pela formação de associações patronais: do mesmo modo que a contradição entre o capital e o trabalho será atenuada pela melhoria da situação do proletariado e pela sobrevivência das classes médias, que a do Estado classista e a da sociedade, por um controle social crescente e pelo progresso da democracia. (LUXEMBURGO, 1990, p. 67).

Contrapondo-se ao ponto de vista de Bernstein de que as sociedades por ações indicam uma dispersão do capital e, conseqüentemente, um aumento considerável do número de capitalistas, Rosa Luxemburgo (1990, p. 77) afirma que a produção das sociedades por ações representa, em primeiro lugar, a reunião de "um grande número de pequenas fortunas num grande capital de produção", e, em segundo lugar, a separação entre a produção e a propriedade do capital. Desse modo, nessa nova fase do capitalismo,

uma empresa capitalista não corresponde, como outrora, a um único proprietário do capital, mas a um número cada vez mais considerável de capitalistas e que por consequência, a noção econômica do "capitalista" não dissimula um indivíduo isolado, significa que o atual capitalista industrial é uma pessoa coletiva composta por centenas ou mesmo milhares de indivíduos, e que a própria categoria capitalista tornou-se, nos quadros da economia capitalista, uma categoria social, que se socializou. (LUXEMBURGO, 1990, p. 78).

A autora ressalta que a confusão feita por Bernstein acerca do fenômeno das sociedades por ações, entendendo por estas não o resultado da centralização de capitais na mão de poucos capitalistas, mas uma prova do aumento do número destes capitalistas, foi herdada da economia vulgar e acabou servindo de fundamento teórico para uma "vulgarização" do socialismo. É

baseando-se nessas considerações distorcidas do desenvolvimento capitalista que Bernstein "transfere o socialismo do campo da produção para o campo das relações de fortuna" e transforma "as relações entre capital e trabalho em relações entre ricos e pobres". Desse modo, ao considerar que a realização do socialismo pode se efetivar através da transformação de pobres em ricos, ou melhor, mediante a atenuação dos antagonismos de classe, a proposta defendida por ele acaba se transformando numa via pequeno-burguesa (LUXEMBURGO, 1990, p. 79).

Conforme assinala Luxemburgo (1990, p. 81-2), Bernstein considera a lei do valor-trabalho de Marx uma abstração; no entanto, a autora lembra que essa lei não surgiu da imaginação de Marx, mas é expressão da própria economia mercantil, ou seja, é a ela inerente. Sem a compreensão da lei do valor, que explica o caráter da mercadoria e da troca, não se pode compreender a economia capitalista nem as relações que surgem a partir dela. A autora ressalta que

o segredo da teoria do valor em Marx, da sua análise do dinheiro, da sua teoria do capital, da taxa de lucro e por consequência de todo o sistema econômico atual é a descoberta do caráter efêmero e transitório da economia capitalista, do seu afundamento e, por consequência – este é aqui o aspecto complementar –, o objetivo final socialista. (LUXEMBURGO, 1990, p. 83-4).

Ao analisar a sociedade burguesa sob uma ótica socialista, Marx conseguiu formular os fundamentos científicos que situam o socialismo como uma necessidade histórica. Bernstein, pelo contrário, considera a sociedade burguesa como a "última etapa da evolução humana". Daí a sua insistência em reformar o sistema capitalista em vez de afirmar a sua transitoriedade. Para Luxemburgo (1990, p. 28), Bernstein considerava que, como o capitalismo vinha demonstrando cada vez mais sua capacidade de adaptação às crises econômicas, o movimento operário não deveria mais

visar a conquista do poder político, mas melhorar a situação da classe trabalhadora e instaurar o socialismo não na sequência de uma crise social e política, mas por uma extensão gradual do controle social da economia e pelo estabelecimento progressivo de um sistema de cooperativas.

De acordo com a autora, essa concepção é inteiramente incompatível com a teoria marxiana e com o socialismo em geral, uma vez que "sua tendência intrínseca é orientar o movimento operário para a vida burguesa, ou dito de outra maneira: paralisar completamente a luta de classes proletária". Assim,

todas as componentes da doutrina de Bernstein se encontram em sistemas anteriores ao marxismo: um socialismo fundamentado em noções morais de justiça, a luta dirigida mais contra o modo de repartição da riqueza do que contra o modo de produção, uma concepção de antagonismos de classe reduzidos ao antagonismo entre ricos e pobres. (LUXEMBURGO, 1990, p. 119).

Conforme assinala Luxemburgo (1990, p. 93), o socialismo proposto por Bernstein tem o seu fundamento social nas "relações entre os ricos e os pobres, cujo conteúdo é o princípio das cooperativas, cujo objetivo é uma 'repartição mais justa' e cuja legitimação histórica é a ideia de justiça". Desse modo, ele abandona a luta contra o sistema capitalista e passa a direcionar o movimento socialista à luta contra o modo de repartição capitalista.

Na visão de Bernstein, a luta sindical, as reformas sociais e a democratização política constituem os meios necessários para a realização gradual do socialismo. No que se refere aos sindicatos, Luxemburgo (1990, p. 46) ressalta que a relação de compra e venda da força de trabalho está fora de sua esfera de influência, o que implica dizer que eles não podem suprimir a lei dos salários, ou seja, a exploração do trabalho pelo capital. O máximo que eles conseguem é

manter a exploração capitalista no interior dos limites 'normais' determinados em cada momento pela conjuntura, mas estão longe do processo de suprimir a exploração em si mesma, mesmo que progressivamente. (LUXEMBURGO, 1990, p.46).

Nesse sentido,

a atividade dos sindicatos reduz-se, essencialmente, à luta para o aumento dos salários e para a redução do tempo de trabalho, procura unicamente ter uma influência reguladora sobre a exploração capitalista, segundo as flutuações do mercado; toda a intervenção no processo de produção é-lhe, pela própria natureza das coisas, interdita. (LUXEMBURGO, 1990, p. 48).

Luxemburgo (1990, p. 90) chama a atenção para a incapacidade dos sindicatos de introduzir o domínio da classe operária seja no processo de produção, seja nos processos técnicos. Enquanto Bernstein atribui aos sindicatos a tarefa de "travar a luta contra a taxa de lucro industrial, transformando-a progressivamente em taxa de salário", Rosa Luxemburgo enfatiza que eles não representam mais do que uma organização da força de trabalho para se defender contra os "ataques do lucro". Para a autora, as duas principais funções dos sindicatos são: 1) "organizar-se no mercado da força de trabalho" e 2) tentar "melhorar as condições de existência e aumentar a parte de riqueza social que vai para a classe operária".

Segundo Luxemburgo (1990), Bernstein argumenta que a efetivação das reformas sociais mediante a implementação da legislação social nada mais é que a expressão do "controle social". Contra essa concepção mistificadora da tendência real do desenvolvimento social e econômico, Luxemburgo (1990, p. 50) esclarece que

o atual Estado não é uma "sociedade" no sentido de "classe obreira ascendente", mas o representante da sociedade capitalista, quer dizer, um Estado classista. Eis por que a reforma por ele proposta não constitui a aplicação do "controle social", isto é, do controle da sociedade de trabalhadores livres sobre seu próprio processo de trabalho, mas um controle da organização da classe do capital sobre os processos de produção do capital. Aliás, as reformas chocam-se com os limites dos interesses do capital.

Mészáros (2004, p. 37)<sup>36</sup> assinala aspectos importantes para elucidar o caráter reformista contido na proposta do socialismo evolucionário de Bernstein. Segundo o autor, Bernstein defendia "a busca reformista de alguns limitados objetivos imediatos", ao

---

<sup>36</sup> Para uma análise mais aprofundada sobre a proposta defendida por Eduard Bernstein, conferir o capítulo VIII do livro *O Poder da Ideologia*, de I. Mészáros.



mesmo tempo que criticava a defesa do objetivo estratégico de mudança estrutural radical. Essa proposição, segundo o autor, gerou uma falsa dicotomia entre a luta pela transformação radical da ordem socio-reprodutiva e a obtenção de algumas demandas imediatas que, num escopo reformista, poderiam ser atendidas pelo capitalismo, sem, no entanto, comprometer a sua expansão acumulativa.

Um dos fatores mais desconcertantes para o movimento do trabalho, nesse aspecto, é o fato de a aceitação dos parâmetros estruturais prevalentes na ordem social do capital ser teorizada como se estivesse reivindicando demandas socialistas. O programa reformista bernsteiniano, defendido como luta estratégica pela social-democracia ocidental, é o exemplo mais representativo desse tipo de posição. Mészáros (2004, p. 528, grifos do autor) afirma que esse programa tinha como objetivo inicial lutar de modo combativo pelas reivindicações da classe trabalhadora. No entanto, a partir do momento em que o lema "aliança eleitoral ampla" passou a ser mais importante que a luta pela transformação radical da ordem socio-reprodutiva, o programa reformista "perdeu não apenas sua identidade anterior, mas a própria base de sua existência e *raison d'être*". Assim, nessa perspectiva eleitoral do movimento dos trabalhadores, "tanto a exploração quanto a luta de classes que continuam existindo – mesmo que não mencionadas – são *tabus* aos quais não se pode referir, pois admitir sua existência 'afundaria o barco' da 'aliança eleitoral ampla' defendida".

Bernstein<sup>37</sup>, em seu livro *Socialismo Evolucionário*, sustenta que a própria democratização das organizações políticas, identificada nas nações modernas, atendia à necessidade e às oportunidades de desenvolvimento de uma catástrofe política. Ele afirmava que a tarefa da social-democracia não seria especular sobre as possibilidades de explosão de um grande desastre econômico, mas

---

<sup>37</sup>De acordo com Mészáros (2002, p. 54), Bernstein e seus seguidores foram os principais difusores da orientação neokantiana tanto de raiz positivista quanto neopositivista que, sendo tão difundida no partido social-democrata, tornou-se "a ortodoxia domesticada da Segunda Internacional socialdemocrata" a partir da segunda década do século XX. Eles propunham realizar seus objetivos ditos "socialistas" sem nenhuma alteração na base material da ordem reprodutiva do capitalismo.

organizar politicamente as classes proletárias e desenvolvê-las como uma força democrática; lutar por todas as reformas no Estado que se adaptem a erguer as classes obreiras e transformar o Estado na direção da democracia. (BERNSTEIN, 1964, p. 12).

Desse modo, para este autor, a conquista do poder não deveria ser realizada por meio de uma revolução, mas "pela via da luta parlamentar, mudando o direito de voto no sentido que se pretende" – a "posse dos direitos políticos". Era por isso que Bernstein insistia em afirmar que o problema tático mais importante que a democracia alemã de sua época deveria resolver era encontrar os "melhores métodos de ampliação dos direitos políticos e econômicos das classes trabalhadoras alemãs" (BERNSTEIN, 1964, p. 90; 13).

Bernstein (1964, p. 119, 120) sustentava ainda que a posse de direitos políticos representava uma alternativa concreta à revolução violenta. Para ele, o direito ao voto transforma "os representantes do povo em verdadeiros servidores do povo", sendo o sufrágio universal uma parte importante da democracia social. Assim, no plano da atividade prática, a social-democracia deveria

criar circunstâncias e condições que tornem possível e garantam uma transição (isenta de erupções convulsivas) da moderna ordem social para outra mais evoluída. (BERNSTEIN, 1964, p.120).

De acordo com Luxemburgo (1990), o que chama a atenção na teoria de Bernstein não é a sua concepção das tarefas práticas da social-democracia, mas sim a tendência objetiva do desenvolvimento capitalista defendido por ele. Como vimos, Bernstein desconsiderava por completo a possibilidade de surgimento de uma crise geral do capitalismo. Segundo a autora, ele sustentava que o capitalismo vinha demonstrando cada vez mais sua capacidade de adaptação às crises econômicas; a prova empírica disso era o aparecimento das fusões monopolistas, a evolução do crédito das organizações patronais, o aperfeiçoamento dos meios de comunicação, a elevação do proletariado à condição de classe média e a melhoria das condições econômicas e políticas do proletariado. Bernstein apontava esses desenvolvimentos como provas evidentes de que o movimento não deveria direcionar a sua luta para a conquista do poder político, mas, segundo Luxemburgo (1990, p. 28), para melhorar as condições de vida e trabalho da

classe trabalhadora mediante a instituição gradual do socialismo através "do controle social da economia" e do estabelecimento também gradual de um sistema de cooperativas.

Bernstein asseverava que o objetivo da intervenção das cooperativas era suprimir o lucro comercial. Luxemburgo (1990, p. 87) explica que as cooperativas, em especial as cooperativas de produção, são "instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo", pois, se, por um lado, elas formam uma produção socializada em escala pequena, por outro, dependem da troca capitalista. Desse modo, como as cooperativas de produção não conseguem se desvencilhar das leis capitalistas, a concorrência vai, necessariamente, exigir delas, como de qualquer outra empresa capitalista, "uma impiedosa exploração da força de trabalho". Para a autora,

isso traduz-se numa necessidade de intensificação do trabalho, de encurtar ou prolongar a sua duração conforme a conjuntura, de contratar ou dispensar a força do trabalho conforme as necessidades do mercado, numa palavra, praticar todos os métodos, sobejamente conhecidos, que permitam a uma empresa capitalista sustentar a concorrência das outras empresas. (LUXEMBURGO, 1990, p. 88).

Assim, ao passo que a cooperativa de produção torna-se uma empresa capitalista, ela deixa certamente de atender a determinadas reivindicações dos trabalhadores. Além disso, deve-se destacar que as cooperativas de produção só se sustentam no âmbito da economia capitalista se elas conseguirem manter um mercado consumidor.

Para Luxemburgo (1990, p. 89), a proposta de Bernstein de realização de uma reforma socialista baseada nas cooperativas de produção tem como consequência o abandono da luta contra o capital produtivo, que constitui o setor mais importante do sistema capitalista. As cooperativas direcionam "os seus ataques contra o capital comercial, mais exatamente o pequeno e médio capital comercial".

Vale enfatizar que, segundo Luxemburgo (1990), o revisionismo proposto por Bernstein se coloca a favor da reforma legal e contra a tomada do poder político. Nesse sentido,

em vez de procurar edificar uma sociedade nova, contenta-se com modificações sociais da sociedade anterior. Assim, as teses políticas do revisionismo conduzem à mesma conclusão que as suas teses econômicas. Na essência, não visam realizar o socialismo, mas reformar o capitalismo; não procuram abolir o sistema do assalariamento, mas dosar ou atenuar a exploração. Numa palavra: querem suprimir os abusos do capitalismo, mas não o capitalismo. (LUXEMBURGO, 1990, p. 101).

Com a revisão do programa socialista Bernstein não apenas introduziu mudanças nas tarefas práticas do movimento operário, mas contribuiu para o abandono da tese de existência das crises no capitalismo. Além disso, para Luxemburgo (1990, p. 112), o seu entendimento das classes sociais na sociedade capitalista era totalmente distorcido: a classe operária era considerada "uma massa de indivíduos isolados e dispersos, não só política e intelectualmente, mas também economicamente". Por outro lado, Bernstein não considerava a burguesia como uma classe. Para ele, o que unia os diversos capitalistas não eram os interesses econômicos compartilhados por eles, mas tão somente a coesão "mantida por uma pressão exterior de cima ou de baixo". Desse modo, ao negar o fundamento econômico da luta de classes, Bernstein negava também a existência das classes fundamentais do capitalismo: burguesia e proletariado, não acreditando, portanto, no desenvolvimento de uma luta futura entre essas duas classes antagônicas.

Na concepção de Bernstein, a expansão da democracia constitui a última etapa para se alcançar progressivamente o socialismo, e é nessa mesma linha de argumentação que Conrad Schmidt afirma "que a conquista de uma maioria socialista no parlamento é o meio direto de realizar o socialismo por etapas" (LUXEMBURGO, 1990, p. 59). Rosa Luxemburgo rebate essas ideias ao assinalar que ao contrário do que defendem esses autores,

o caráter contraditório do Estado capitalista manifesta-se de forma explosiva no parlamentarismo moderno. É evidente que formalmente o parlamentarismo serve para exprimir na organização do Estado os interesses do conjunto da sociedade. Mas, por outro lado, o que o parlamentarismo representa aqui é unicamente a sociedade capitalista, quer dizer, uma sociedade onde predominam os interesses capitalistas. Por consequência, nessa sociedade, as instituições formalmente democráticas reduzem-se, no seu conteúdo, a instrumentos dos interesses da classe dominante. (LUXEMBURGO, 1990, p. 59, grifo da autora).

Ainda segundo a autora, a teoria da instauração progressiva do socialismo por meio de reformas parlamentares identifica nas modificações realizadas nas atribuições do Estado ao longo do desenvolvimento capitalista uma mudança substancial deste e da propriedade no sentido de constituição de uma sociedade socialista. Entretanto, Luxemburgo constata que, ao contrário do que defende Bernstein, o que acontece, de fato, é que

o processo de produção socializa-se cada vez mais e a intervenção do controle do Estado sobre o processo de produção é cada vez maior. Mas, ao mesmo tempo, a propriedade privada tem cada vez mais a forma de exploração capitalista brutal do trabalho de outrem e o controle exercido pelo Estado é cada vez mais marcado pelos interesses de classe. (LUXEMBURGO, 1990, p. 60).

Mészáros (2004, p. 377) assevera que Bernstein se tornou um dos representantes mais destacados do movimento social-democrata alemão e internacional e um dos únicos marxistas aceitos pelos pensadores liberal-burgueses, inclusive por Max Weber. Essa aceitação, todavia, não aconteceu de forma acidental. Na verdade, a principal razão do sucesso de Bernstein residia "precisamente em por que eles queriam ouvir o que ele estava tão ansioso para dizer". Além disso, a racionalidade ideológica apresentada por Bernstein era compatível com as necessidades postas pelo desenvolvimento socioeconômico e político, que incluía a tarefa de ajustar as estratégias políticas do movimento da classe trabalhadora ao cenário nacional, em claro contraste com sua antiga orientação internacionalista.

Por outro lado, o deslocamento do significado de capital das relações de produção para as relações de distribuição proposto por Bernstein não aconteceu por acaso. Ele respondeu a dois objetivos fundamentais da concepção reformista. O primeiro foi omitir o

fato de que a exploração, que continuará se reproduzindo por todo o tempo em que se existir o domínio do capital, é uma condição essencial para a manutenção da estrutura da produção capitalista tanto nos países desenvolvidos como nos países subdesenvolvidos.

O segundo objetivo foi atenuar o antagonismo de classe em todos os países imperialistas e difundir, entre os trabalhadores "capitalisticamente explorados" dos países desenvolvidos, a ideia de que eles poderiam enriquecer. A sustentação desse discurso, segundo Mészáros (2004, p. 428, grifo do autor), contribuía, por um lado, para "apagar a consciência de solidariedade das classes trabalhadoras metropolitanas com as classes trabalhadoras dos países subjugados" e, por outro, "tornava aceitável a taxa diferencial de exploração (por maior que fosse) dentro dos próprios países dominantes". Daí a necessidade de a concepção reformista negar a existência da exploração, transformando as suas expressões mais evidentes em "*diferenças fiscais temporárias*".

A representatividade de Bernstein também se justifica pelo fato de ele ter defendido as medidas capitalistas graduais, apresentando o mecanismo da tributação capitalista como "o único método realmente apropriado de realizar uma mudança social radical em uma 'sociedade moderna'". A prova "irrefutável" contra a teoria de Marx sobre a concentração e a centralização do capital era apresentada por Bernstein sob o argumento de que havia um movimento de "tributação progressiva", sustentado pelo aumento da tributação consciente das pessoas ricas. Para ele, a "tributação progressiva" era a comprovação evidente do progresso social de toda a sociedade (MÉSZÁROS, 2004, p. 381).

No entanto, Mészáros esclarece que essa constatação deixava de considerar: 1) o fato de que o número de pessoas que pagam impostos pode aumentar ou diminuir, conforme estabeleçam o governo e as circunstâncias econômicas e sociais de determinado período do desenvolvimento capitalista. Como enfatiza o autor, os governos sabem que os impostos indiretos (cobrados sobre os alimentos e demais mercadorias consumidas por várias camadas populacionais) pesam muito mais sobre os trabalhadores. É por isso que eles podem aumentar a tributação indireta, enquanto mantêm o discurso de que estão reduzindo os impostos diretos para os mais necessitados, como é o caso da isenção do imposto de renda para os trabalhadores mais pobres; 2) que a perspectiva de realização de uma intervenção estrutural radical na sociedade foi

abandonada, sendo a análise da realidade objetiva substituída pelo postulado de que "o 'movimento real' está caminhando em direção aos objetivos desejados". No entanto, o que realmente acontece, segundo o autor, é que a

*carga tributária* cai mais sobre os ombros do *pobre*, e não do *rico*, ao contrário do que o pensamento veleitário reformista tem de afirmar para dar algum sentido a sua estratégia orientada para o futuro. (MÉSZÁROS, 2004, p. 382-3, grifos do autor).

Mészáros (2004) sustenta que o progresso geral, tão reivindicado pelos reformistas, não poderia ser, de nenhum modo, generalizado, pois os trabalhadores dos países subdesenvolvidos não teriam acesso a esse avanço. Portanto, não é por acaso que as tendências reformistas predominaram nas regiões mais avançadas do sistema capitalista.

As modificações realizadas na base socioeconômica do capital com a entrada do capitalismo em sua fase imperialista e os ganhos materiais que os trabalhadores dos países avançados obtiveram, embora de forma diferenciada e em graus variados, foram acompanhados pelo discurso reformista, representado por Bernstein, que nega as contradições imanentes ao sistema capitalista, em especial a contradição capital-trabalho, substituindo o estudo das causas dessa contradição pela análise da rapidez de como os pobres se tornam ricos.

A teoria social-democrata defende a proposta de transformar "pobres" em "ricos" como forma de enfrentamento dos problemas socioeconômicos e políticos decorrentes do próprio desenvolvimento capitalista, mas ao não questionar a estrutura do modo de produção estabelecido, obriga esses mesmos "pobres" a permanecerem numa posição subordinada (que é determinada *a priori* e legitimada juridicamente) na ordem social capitalista.

Para Mészáros, (2002, p. 39), os reformistas declaram luta contra a pobreza, no entanto, não consideram "os imperativos estruturais de exploração que produzem" essa mesma pobreza. Eles, na verdade, separam os efeitos das suas causas, e por isso não conseguem identificar como sendo um problema o fato de a miséria e o subdesenvolvimento crônico serem produzidos pela dominação e exploração neocolonial de um pequeno número de países capitalistas avançados.

Como nota Luxemburgo (1990, p. 103), a estratégia reformista bernsteiniana propunha realizar uma mudança estrutural na sociedade capitalista por meio de uma reforma legal, porém, não se pode esquecer que é

impossível transformar as relações fundamentais da sociedade capitalista, que são as da dominação de uma coisa por outra, com as reformas legais que respeitarão o seu fundamento burguês; essas relações não são produto de uma legislação burguesa, não se encontram traduzidas em leis.

Essa impossibilidade material de alterar as relações capitalistas e realizar o socialismo por meio de reformas legais se explica, segundo Luxemburgo, pelo fato de a desigualdade estrutural ser uma característica imanente ao sistema do capital e impossível de ser alterada nesse sistema sociorreprodutivo que subordina "tudo ao imperativo de sua expansão lucrativa" (MESZÁROS, 2002, p. 385).

É, pois, a forma como o sistema do capital está estruturado que impede que as reais necessidades dos trabalhadores sejam atendidas, pois o que realmente importa para o sistema do capital é expandir cada vez mais a riqueza social, o que significa explorar de forma cada vez mais intensa a força de trabalho. Nesse sentido, os ganhos materiais que, como demonstramos, os trabalhadores dos países desenvolvidos receberam durante a fase de expansão imperialista, não alteraram a forma como o sistema capitalista se estrutura, tampouco reduziu a sua margem de lucro. Tais ganhos foram possíveis porque a expansão imperialista aumentou a acumulação do capital e porque as taxas de lucro obtidas durante esse período, embora à custa da exploração dos trabalhadores dos países subdesenvolvidos do "Terceiro Mundo", geraram as condições necessárias para que os trabalhadores dos países imperialistas obtivessem alguns ganhos materiais.

No entanto, como assinalamos anteriormente, as consequências desse processo começaram a aparecer já a partir de 1875 nos debates sobre o *Programa de Gotha* e, principalmente, depois de 1898, com a publicação do livro de Bernstein, *Socialismo Evolucionário*. Tais acontecimentos contribuíram para que o reformismo fosse introduzido no movimento dos trabalhadores; entretanto, como veremos no próximo capítulo, foi apenas com o



surgimento da Primeira Guerra Mundial, em 1914, que a social-democracia ocidental aderiu abertamente à estratégia reformista.



## CAPÍTULO III

### CRÍTICA AO REFORMISMO DA SOCIAL- DEMOCRACIA OCIDENTAL

Para Mészáros (2002, p. 777), os partidos social-democratas ocidentais passaram, desde a sua gênese no século XIX, por transformações significativas. De representantes de uma força que lutava pela emancipação do trabalho, associando a essa luta o combate à fragmentação e à dominação da classe trabalhadora com o objetivo de transformar a organização do trabalho "em efetiva força coletiva com consciência de classe" (até o início da década de 1870), passando pela constituição de uma organização que ainda afirma defender o socialismo, embora sustente que a forma de alcançá-lo passa pela realização de reformas graduais (socialismo evolucionista defendido por Bernstein), eles se transformaram em partidos liberais burgueses, voltados para auxiliar o sistema do capital a manter a dominação do capital sobre o trabalho.

O autor caracteriza esse processo de transformação como uma fatal involução da social-democracia. E chama a atenção para o fato de que o suporte material que possibilitou a transformação da social-democracia, de defensora dos objetivos emancipatórios originais para propagadora de "uma reforma socioeconômica mínima, a ser instituída e administrada pelo Estado de bem-estar social ocidental", deve ser procurado na expansão global do

sistema do capital. De fato, a fase histórica da social-democracia reformista coincide com o período de expansão imperialista, sendo o fim desse período acompanhado pela vigência da legislação antitrabalhista e pela transformação dos partidos social-democratas ocidentais em partidos liberais burgueses (MÉSZÁROS, 2002, p.777).

Veremos como Mézáros avalia esse processo, apontando os entraves objetivos que impossibilitaram e continuarão impossibilitando – por todo o tempo em que o capital continuar a dominar a ordem socio-reprodutiva – que a proposta reformista da social-democracia auxilie os trabalhadores a realizarem o projeto socialista.

### **3.1 Consolidação do reformismo no movimento social-democrata ocidental**

Uma das contribuições mais importantes da estratégia reformista da social-democracia foi o desvio da classe trabalhadora da causa da emancipação do trabalho. Mas antes de falarmos desse processo, precisamos entender os acontecimentos históricos que contribuíram para transformar o reformismo "na forma dominante de articulação do movimento da classe trabalhadora nos países capitalistas ocidentais dominantes" (MÉSZÁROS, 2002, p. 452).

De acordo com Luxemburgo (1990), após os eventos da Comuna de Paris, em 1871, a social-democracia alemã passou a ser o núcleo dirigente e, portanto, a ala mais importante da Primeira Internacional. Por isso, a análise dos fatores que contribuíram para o seu afastamento da causa da emancipação do trabalho é imprescindível para entendermos a trajetória histórica da social-democracia ocidental e os limites da sua proposta reformista. O ponto de partida para essa análise é a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914. Como veremos, esse acontecimento modificou por completo a forma da luta do movimento operário.

Para compreendermos a relação existente entre o imperialismo e essa guerra, recorreremos à obra de Rosa Luxemburgo, *Crise da Social-Democracia*, escrita em 1914, logo após a aprovação dos créditos da Primeira Guerra Mundial pelos deputados social-democratas alemães.

A Primeira Guerra Mundial é apresentada pela autora como um divisor de águas na história do movimento socialista, embora, como visto no capítulo anterior, as tendências reformistas tenham sido predominantes no movimento da classe trabalhadora no final do século XIX. Abordaremos a influência dessa guerra no desenvolvimento histórico do movimento socialista.

A preparação daquela que ficou conhecida posteriormente como Primeira Guerra Mundial vinha acontecendo já há várias décadas. Luxemburgo (1974) observa que uma linha de força conduzia diretamente para a guerra e se consolidou com a guerra da Prússia contra a França, iniciada em 19 de julho de 1870. Para a autora,

A guerra de 1870 que, depois da anexação da Alsácia-Lorena, tinha atirado a República Francesa para os braços da Rússia, provocado a cisão da Europa em dois campos inimigos e inaugurado a era da louca corrida aos armamentos, trouxe o primeiro facho ao atual brasileiro mundial. (LUXEMBURGO, 1974, p. 43).

Luxemburgo (1974, p. 43) observa que as tropas de Bismarck ainda não tinham saído da França quando Marx escreveu ao Comitê de Brunschwig:

aquele que não está completamente ensurdecido pela algazarra da hora presente, e que não tem interesse em ensurdecer o povo alemão, deve compreender que a guerra de 1870 dará origem a uma guerra entre Rússia e a Alemanha, tão necessariamente como a de 1866 levou a de 1870. (MARX *apud* LUXEMBURGO, 1974, p. 43).

A história comprovou a correta análise de Marx: a guerra de 1870 contribuiu para o reagrupamento político da Europa. Segundo Loureiro (2005), a partir de 1905 formaram-se dois grupos de nações rivais: um integrado por Rússia, França e Inglaterra, e o outro por Alemanha, Áustria-Hungria e Turquia. A guerra de 1870 afirmou a preponderância do militarismo na vida dos povos europeus.

A segunda linha de força que se encerra com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, e que também confirma a análise marxiana, refere-se a um fenômeno internacional, não conhecido por Marx, e que constitui o resultado direto da expansão imperialista dos 25 anos anteriores à guerra: o desenvolvimento capitalista que vinha se processando na Europa depois da guerra

dos anos 1860 e 1870, e que nos anos 1890 havia atingido um grau inimaginável em relação aos anos precedentes, acabava por inaugurar uma nova fase para os Estados europeus: a sua expansão aos países não capitalistas, ou seja, o período das conquistas coloniais, que traria como consequência mais evidente a criação de novos antagonismos, que tendiam a ultrapassar, em larga medida, as fronteiras da Europa (LUXEMBURGO, 1974).

Tais acontecimentos evidenciavam, de acordo com Luxemburgo (1974, p. 46-7), em primeiro lugar, que

esta guerra de todos os Estados capitalistas uns contra os outros, à custa dos povos da Ásia e da África (...) devia levar mais cedo ou mais tarde a um saldo de contas geral, que o vento espalhado em África e na Ásia devia um dia abater-se, como tempestade.

E, em segundo lugar,

que a guerra mundial enfim rebentaria logo que as parciais e variáveis oposições entre os Estados imperialistas encontrassem um eixo central, uma oposição forte e preponderante à volta da qual eles se pudessem concentrar temporariamente. Esta situação produziu-se quando o imperialismo alemão fez a sua aparição. (LUXEMBURGO, 1974, p. 47).

Esses acontecimentos históricos ajudam a compreender por que a eclosão da Primeira Guerra Mundial está diretamente relacionada ao desenvolvimento capitalista do final do século XIX, ou seja, à luta imperialista pela partilha do mundo e dos mercados. Como vimos na análise de Lenin (2005) apresentada no capítulo anterior, a política imperialista não foi criada por um país ou grupo de países, mas constitui o produto da consolidação mundial do capitalismo em um determinado grau de seu desenvolvimento. Segundo Luxemburgo (1974, p. 139, grifo da autora), tal política se apresenta como um fenômeno de caráter internacional, "*ao qual nenhum Estado poderá escapar*". Assim, como a lógica da política imperialista consistia em impulsionar os Estados nacionais a procurar as colônias do adversário, as guerras logo se transformaram em confrontos mundiais do imperialismo.

Loureiro (2005, p. 42) explica que o assassinato do arquiduque Francisco Fernando, príncipe herdeiro do trono da Áustria, em 28 de junho de 1914, aparece ao público menos informado como o motivo que provocou a Primeira Guerra Mundial. No entanto, o

fato de a Europa estar, desde 1905, dividida em dois grupos de nações hostis, um formado por França, Inglaterra e Rússia, e o outro por Alemanha, Áustria-Hungria e Turquia, demonstra que tais nações estavam envolvidas numa luta acirrada pela partilha do mundo. Segundo a autora, nessa época,

todas as nações eram movidas por um ânimo expansionista e conquistador estimulado pelas necessidades de acumulação do capital. Tanto que, em 1914, qualquer incidente pouco significativo levaria ao confronto. (LOUREIRO, 2005, p.42).

Portanto, o assassinato do arquiduque não foi a causa da eclosão da guerra, mas um pretexto para acirrar a luta imperialista pela partilha do mundo.

Se antes a social-democracia alemã se opunha veementemente à Guerra<sup>38</sup>, os acontecimentos posteriores levaram-na a modificar radicalmente essa posição. De acordo com Loureiro (2005, p. 42), logo após o imperador Guilherme II declarar "que não conhecia mais nenhum partido, somente alemães", uma onda de patriotismo se alastrou pela Alemanha, chegando a atingir todas as camadas da população e impulsionar milhares de jovens a se apresentarem como voluntários para lutar na guerra. Também a social-democracia, que historicamente vinha se opondo à guerra, foi absorvida por essa onda de patriotismo e pelo desejo de união nacional. Em 4 de agosto de 1914, os deputados social-democratas alemães votaram os créditos de guerra requisitados pelo governo alemão.

---

<sup>38</sup> Luxemburgo (1974, p. 16-7, grifos da autora) cita o panfleto oficial do Partido Social-democrata Alemão – "Imperialismo ou Socialismo" – como a comprovação da aversão do Partido pela Guerra antes de 1914. O panfleto terminava com essas palavras: "A luta contra o capitalismo transforma-se assim cada vez mais, *num combate decisivo entre o Capitalismo e o Trabalho*. Perigo de guerra, miséria e capitalismo – ou paz, prosperidade para todos, socialismo; eis os termos da alternativa. *A história prevê as grandes decisões*. O proletariado deve trabalhar incansavelmente na sua tarefa histórica, reforçar o poder de sua organização, a clareza do seu conhecimento. Desde logo, chegue aonde chegar, quer consiga evitar à humanidade o caos abominável de uma guerra mundial, pela força que representa, *quer o mundo capitalista não consiga ser destruído e não se afunde no turbilhão da história tal como nasceu, isto é, no sangue e na violência, a classe operária estará preparada nessa hora da história, e estar preparada é tudo*".

Para Luxemburgo (1974, p. 27, 29), a aprovação dos créditos de guerra pelos deputados social-democratas alemães instaurou, pela primeira vez no movimento operário, a separação entre "os imperativos da solidariedade internacional dos proletários e os interesses de liberdade e existência nacional dos povos". Se antes da guerra a social-democracia proclamava que havia uma unidade sólida entre os interesses da nação e os interesses do proletariado internacional e que ambos eram totalmente contrários à guerra, com a declaração de 4 de agosto de 1914 e a aprovação dos créditos de guerra pelos deputados social-democratas alemães, a unidade tão proclamada pelos social-democratas foi rompida. Foi nesse momento da história que, segundo a autora, "apareceu pela primeira vez esse terrível dilema: de um lado, liberdade nacional, do outro, socialismo internacional".

Segundo a autora, com a aprovação dos créditos de guerra também as organizações operárias entraram em ação. Os líderes sindicais pararam imediatamente as lutas por aumento de salários e contra a exploração capitalista. Além disso, o conteúdo das eleições foi modificado durante a guerra: se antes a luta eleitoral era direcionada ideologicamente pela luta de classe proletária, com a guerra as eleições parlamentares passaram a ter como meta central a obtenção do maior número possível de mandatos, sendo estes compartilhados com os partidos burgueses.

Os dirigentes da social-democracia afirmavam que quando terminasse a guerra, como recompensa por seu patriotismo, a classe operária veria as liberdades democráticas se expandirem e a igualdade de direitos com a burguesia se concretizar. No entanto, já no primeiro ano da Primeira Guerra Mundial, Luxemburgo (1974, p. 122) chamava a atenção para a disparidade entre essa ideia e a experiência histórica, pois esta revelava que jamais

as classes dominantes concederam às classes dominadas direitos políticos a título de qualificação, devido à atitude adotada por estas últimas para agradar às classes dominantes. Pelo contrário, a história está cheia de exemplos de dirigentes a faltarem brutalmente à palavra, mesmo no caso de terem sido feitas promessas solenes antes de uma guerra.

Assim, se até 1915 a continuidade da Alemanha na guerra não era questionada pela maioria dos alemães, no início de 1916 a população alemã começava a demonstrar insatisfação com a



situação desencadeada com a guerra, que se expressava, segundo Loureiro (2005, p. 45), na "falta de carvão, de roupas, de moradia; frio, fome, aumento dos preços, mercado negro para os ricos, racionamento para a maioria"; além disso, "a espantosa quantidade de baixas na frente de batalha tinha arrefecido consideravelmente o entusiasmo de agosto de 1914"<sup>39</sup>.

Como menciona Rosa Luxemburgo (1974, p. 179-180) num texto intitulado "Teses sobre as tarefas da Social-Democracia Internacional"<sup>40</sup>,

ao votarem os créditos de guerra e ao proclamarem a Sagrada União, os dirigentes oficiais dos partidos social-democratas da Alemanha, da França e da Inglaterra (à exceção do partido operário independente) reforçaram o imperialismo na retaguarda, comprometeram as massas populares a suportar pacientemente a miséria e o horror da guerra, e assim contribuíram para o desencadeamento desenfreado do furor imperialista, para o prolongamento do massacre e para o crescimento do número das suas vítimas: partilham pois a responsabilidade da guerra e das suas consequências.

---

<sup>39</sup> Rosa Luxemburgo (1974, p. 8-9) em *A Crise da Social-Democracia* assinala a diferença radical que se operou na Alemanha após três anos de guerra: "No ambiente de desilusão destes dias enevoados, ouve-se um outro coro: o grito rouco dos abutres e das hienas no campo de batalha. Dez mil tendas, garantia *standard!* Cem mil quilos de toucinhos, de cacau em pó, de derivados do café, entregues imediatamente contra pagamento a pronto! Granadas, tornos, cartucheiras, anúncios de casamentos com viúvas de soldados caídos na frente, cinturões de cabedal, intermediários que vos procuram, contratos com o exército – não se aceitam senão ofertas sérias! – A carne para canhão, embarcada em agosto e setembro, inchada de patriotismo, apodrece agora na Bélgica, nos Volgos, na Masúria, em cemitérios onde vêm crescer em abundância os benefícios da guerra. Trata-se de enceleirar rapidamente esta colheita. Sobre o mar desses trigos, estendem-se milhares de mãos, ávidas para arrebanhar o seu quinhão (...) sobre as ruínas frutificam os negócios. As cidades transformam-se em montes de escombros, as aldeias em cemitérios, regiões inteiras em desertos, populações completas em grupos de mendigos, igrejas em estrebarias. O direito dos povos, os tratados, as alianças, as mais sagradas palavras, a autoridade suprema, tudo é despedaçado".

<sup>40</sup> Essas teses foram publicadas ilegalmente em 1916 sob a forma de panfleto, e depois, já em 1925, publicadas em Berlim como apêndice do livro "*A Crise da Social-democracia*", também de autoria de Rosa Luxemburgo. Conf. nota 1 do "*Rascunho das Teses de Junius*" (LUXEMBURGO, Unesp, 2011).

Quando os antagonismos nacionais e a competição imperialista se intensificaram, gerando as condições necessárias ao desencadeamento da Primeira Guerra Mundial, os organizadores da Segunda Internacional <sup>41</sup> acabaram se rendendo às determinações sociais e econômicas que marcaram de forma ponderável a condição defensiva (reformista) global. Não por acaso Mészáros (2002, p. 792) denomina essa Segunda Internacional de "movimento pseudo-socialista de capitulação da socialdemocracia", uma vez que ela

substituiu as exigências de uma estratégia ampla pela prática pedestre de "mudança gradual", traduzindo ao mesmo tempo sua capitulação defensiva na estrutura organizacional ossificada de uma "socialdemocracia" corruptamente casada com a manipulação parlamentar capitalista. (MÉSZÁROS, 2002, p. 792).

Para o autor,

esta completamente desmoralizada "Internacional dos Trabalhadores", cujos membros nacionais continuaram, durante toda a guerra, com suas próprias burguesias, deixando assim de ter algo a ver com as exigências do internacionalismo socialista, foi depois restabelecida como órgão de acomodação socioeconômica e de negação institucionalizada da luta de classes. (MÉSZÁROS, 2004, p.26).

Mészáros (2002, p. 826) afirma que foi com o surgimento da Primeira Guerra Mundial que a social-democracia alemã capitulou "abertamente às demandas do expansionismo nacional burguês". A partir de então, os partidos parlamentares legalizados,

---

<sup>41</sup> Essa Internacional surgiu em 1889. Mas, segundo Luxemburgo (1974, p. 13, 182), a social-democracia alemã era sua "vanguarda mais forte". A aprovação dos créditos de guerra pelo partido social-democrata alemão e a adoção da política de abandonar "a luta de classes enquanto durasse a guerra", remetendo-a "para o período pós-guerra", trouxe como consequência a desintegração dessa Segunda Internacional, embora ela não fosse formalmente extinta. Para a autora, "a sua queda está provada pela sua incapacidade de lutar eficazmente durante a guerra contra a dispersão [fragmentação] nacional e de adoptar uma tática e uma acção comuns para o proletariado de todos os países".

orientados para o voto de massa da socialdemocracia ocidental, articularam seus princípios estratégicos segundo as demandas políticas que emergiam dos complicados, na verdade contraditórios, interesses materiais da sua situação nacional economicamente muito mais avançada e sustentada de modo imperialista. (MÉSZÁROS, 2002, p. 389).

Foi, portanto, com a aprovação dos créditos de guerra pelo partido social-democrata alemão e a capitulação da Segunda Internacional que a social-democracia ocidental passou a adotar "uma posição de defesa aberta da ordem estabelecida". De acordo com o autor, a social-democracia ocidental passou a ter como premissa inquestionável a integração à ordem do capital; além disso, ela aceitava acriticamente seu correspondente poder político, o Estado capitalista. Por isso, não poderia abrir espaço para "uma concepção legitimamente histórica", nem para o "método dialético" (MÉSZÁROS, 2002, p. 26, 54),

já que teria de visualizar não apenas a *possibilidade*, mas também a *necessidade* de *mudanças qualitativas* em termos das quais as transformações revolucionárias poderiam ser racionalmente previstas e preparadas, ao contrário do determinismo econômico gradualista e mecânico-quantitativo da Segunda Internacional. (MÉSZÁROS, 2002, p. 54, grifos do autor).

No que se refere à social-democracia ocidental, o autor observa que ela ao "se resignar à ilusão de 'dividir o poder' com a burguesia enquanto, de fato, ajudava a perpetuar o domínio do capital sobre a sociedade", tornou-se incapaz de produzir uma visão estratégica efetivamente abrangente. Pois, para produzi-la, ela teria de estar disposta "a *questionar tudo*, inclusive os instrumentos e os parâmetros institucionais da luta", e não limitar a sua ação política à realização de reformas parciais no sistema capitalista, desconsiderando por completo o fato de que tais mudanças só podem ser realizadas dentro dos limites impostos pela ordem socioeconômica do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 1.014, grifo do autor). Na teoria social-democrata,

todas as questões substantivas de uma transformação socialista "possível" são ipso facto definidas em relação à manutenção da estrutura estabelecida da sociedade, e só permite mudanças "graduais", na medida em que puderem ser acomodadas no interior da estrutura considerada. (MÉSZÁROS, 2004, p. 418-9).

Vale lembrar, porém, o fato de que, para Mézáros (2004, p. 419, grifos do autor), as mudanças graduais propostas pela teoria social-democrata, na verdade, "não são sequer *graduais* em qualquer sentido da palavra (...) mas meramente conciliatórias". Pelo real sentido que sugere a palavra, as mudanças indicadas pela social-democracia deveriam possibilitar, embora de forma gradual, a transição para a sociedade socialista. No entanto, a premissa fundamental de sua estratégia reformista "é a *necessária exclusão* de toda *mudança estrutural radical*" na ordem social vigente, não importa se através de medidas legislativas ou por meio do uso da força repressiva do capital. Partindo desse ponto de vista, é possível compreender que

as insuperáveis limitações da política parlamentarista como tal para se obter o domínio das forças controladoras fundamentais do metabolismo social capitalista jamais são sequer consideradas, muito menos contestadas seriamente a partir das mudanças em curso e das novas possibilidades emergentes, em resposta a elas. (MÉSZÁROS, 2004, p. 419).

Nessas circunstâncias, a preocupação mais importante da social-democracia passa a ser eleger novos parlamentares ou manter os cargos obtidos na última eleição. Diante dessa mudança estratégica, o que fazer com a classe trabalhadora enquanto "agente social da alternativa socialista necessária"? Ela torna-se supérflua e suas aspirações radicais são consideradas um problema para o partido social-democrata. Desse modo, os objetivos revolucionários da classe trabalhadora são teórica e ideologicamente negados pela teoria social-democrata, e a colaboração ativa do agente social passa a ser entregar-se "como *forragem eleitoral* àqueles que declaram agir em seu favor" (MÉSZÁROS, 2004, p. 419, grifos do autor). Essa era a mesma estratégia de Bernstein, rejeitada por Rosa Luxemburgo em 1904, e que tinha como principal objetivo transformar o "'setor ativo da consciência de classe do proletariado na massa amorfa de um eleitorado'"

(LUXEMBURGO *apud* MÉSZÁROS, 2004, p. 420, grifo do autor).

Mészáros (2002, p. 388) lembra que a estratégia defendida por Bernstein foi, na verdade, "um beco sem saída para o movimento da classe trabalhadora desde o início". A abordagem reformista apresentada por ele, ancorada nas transformações econômicas, políticas e sociais que emergiram no início do século XX, "conservou até nossos dias sua influência tragicamente mistificadora, mas historicamente representativa, sobre o movimento da classe trabalhadora ocidental".

Segundo Mészáros (2004, p. 404), inserido nessas circunstâncias, por mais que o movimento reformista tentasse, "os interesses estratégicos globais e os caminhos taticamente viáveis das correntes revolucionárias não podiam ser conciliados sob as condições e relação de forças historicamente prevalentes". É, portanto, a impossibilidade objetiva que determina os limites da forma de articulação defensiva/reformista assumida pelos instrumentos e organizações de luta da classe trabalhadora, assinalando a impossibilidade de eles contribuírem para a luta pela emancipação do trabalho da dominação do capital.

Mészáros (2002, p. 793) aponta os partidos e sindicatos como os dois pilares de ação da classe trabalhadora que, no Ocidente, estão intimamente interligados a um terceiro órgão institucional global: o Parlamento. Esses três órgãos formam o círculo da sociedade civil/Estado político. Assim, pensar que os sindicatos, aliados a outras organizações setoriais de menor porte, pertenceriam apenas à "sociedade civil" e poderiam servir como órgãos de luta contra o Estado e a favor de uma profunda transformação socialista, não passa de uma ilusão sem fundamento, pois

o círculo institucional do capital, na realidade, é feito de totalizações recíprocas da sociedade civil e do Estado político, que se interpenetram profundamente e se apoiam poderosamente um no outro. (MÉSZÁROS, 2002, p.793).

Além disso, deve-se enfatizar que à articulação defensiva/reformista do movimento do trabalho, ou seja, à sua estratégia de lutar apenas contra os efeitos do desenvolvimento capitalista, associava-se a forma parcial e setorial como estava organizado esse movimento. Para Mészáros (2002, p. 22, grifo do

autor), os sindicatos, em sua origem, já traziam em seu bojo a tendência à setorialidade "de tendência autoritária", e isso se expressava na "transferência do poder de decisão das 'associações' locais para as centrais sindicais e, mais tarde, destas para os partidos políticos". É por isso que o autor conclui que "o movimento sindical global foi, desde o início, inevitavelmente *setorial e defensivo*".

Conforme Mészáros (2002, p. 23, grifos do autor), nessas circunstâncias, o movimento operário, sem deixar de ser, na base objetiva, o adversário estrutural do capital, tornou-se seu "interlocutor legalmente constituído e regulado pelo Estado". Foi a adoção dessa posição defensiva que permitiu ao movimento operário, "*em condições favoráveis*, obter algumas vantagens para certos setores do movimento". Mas para que isso ocorresse ele teve de restringir sua ação aos limites determinados pelo sistema estabelecido, bem como adequar suas demandas às possibilidades oferecidas pela expansão e acumulação do capital. Na verdade,

o papel defensivo adotado pelo movimento operário conferiu uma estranha forma de legitimidade ao modo de controle sociometabólico do capital, pois, por omissão, a postura defensiva representou, ostensiva ou tacitamente, a aceitação da ordem política e econômica estabelecida como a estrutura necessária e pré-requisito das reivindicações que poderiam ser consideradas "realisticamente viáveis" entre as apresentadas, demarcando, ao mesmo tempo, a única forma legítima de solução de conflitos resultantes das reivindicações opostas dos interlocutores. (MÉSZÁROS, 2002, p. 24).

De acordo com o autor, o reformismo social-democrata tinha como objetivo reformar o capitalismo, aceitando sem nenhuma crítica seus parâmetros estruturais. Sua proposta inicial, totalmente contraditória, era realizar uma transformação reformista no sistema capitalista; esta, aos poucos e por etapas, possibilitaria a passagem

gradual para o socialismo<sup>42</sup>. No entanto, tudo isso deveria acontecer sem que a essência capitalista do sistema deixasse de existir. De fato,

o princípio orientador axiomático da socialdemocracia reformista foi o de jamais contestar o funcionamento tranqüilo (*sic*) da relação-capital, aceitando a subordinação estrutural permanente do trabalho ao capital em troca de melhorias marginais no padrão de vida dos eleitores em áreas muito limitadas do planeta, sem jamais questionar por quanto tempo seria possível garantir essas melhorias marginais. (MÉSZÁROS, 2002, p. 777).

Mészáros (2004, p. 417, grifos do autor) ressalta que a perspectiva reformista da social-democracia não abre espaço para a crítica da estratégia adotada, por isso tanto justifica a escolha dessa estratégia como sustenta o discurso de sua perfeição. Dessa forma, não sendo questionadas, "as restrições *contingentes* e desafiáveis da restritiva estrutura política capitalista (...) são *internalizadas* (...) como se fossem limites absolutos".

Como enfatiza o autor, a dominação do capital sobre o trabalho é de caráter eminentemente econômico, e não político. O que a política faz é garantir as condições para a manutenção dessa dominação que já está estabelecida e estruturada na base material. Na verdade, o próprio sistema se protege da tentativa de instaurar reformas estruturais na ordem socioeconômica, inserindo "toda a rede institucional do sistema político capitalista, incluindo sua oposição parlamentar", nos limites determinados pela ordem social estabelecida (MÉSZÁROS, 2004, p. 498).

---

<sup>42</sup> Segundo Mészáros (2002, p. 897), o sistema soviético também não conseguiu se desvencilhar do capital, pois o modo pós-capitalista de extrair o trabalho excedente por meio de uma taxa imposta pela mediação política, "criando um novo tipo de imposição do imperativo-de-tempo", apenas contribuiu para que o controle do capital assumisse outra forma histórica. Tal como a social-democracia reformista no Ocidente, as tentativas reformistas pós-revolucionárias "tentaram 'reestruturar' a ordem existente sem nada mudar em sua estrutura de comando hierárquica e exploradora".

### 3.2 Os limites objetivos da política parlamentar

Radicalmente diferente dos teóricos que atribuem o desvio do movimento da classe trabalhadora da causa da emancipação do trabalho às traições dos líderes reformistas, Luxemburgo (*apud* MÉSZÁROS, 2004, p. 415) considera que a defesa intransigente do revisionismo reformista pelos partidos social-democratas não pode ser compreendida "em termos *estritamente ideológicos*". Para a autora, e também para Mészáros, a análise do predomínio dessa estratégia nos principais países desenvolvidos do início do século XX, em especial na França, Itália e Alemanha, precisa estar associada à investigação crítica do seu fator original: a "base material-institucional do parlamentarismo burguês". Daí a importância de, além de apresentarmos a relação dialética entre o sistema do capital e o Estado, analisarmos também os limites objetivos da política parlamentar.

Como explica Mészáros (2002, p. 856, grifos do autor), "o capital é a *força extraparlamentar par excellence* que não pode ser politicamente limitada em seu poder de controle sociometabólico". O domínio do capital sobre a totalidade social é indivisível, por isso ao assumir o comando efetivo da ordem socio-reprodutiva vigente, o capital escolheu a esfera de legitimação política mais compatível com o seu modo de operação: aquela que, de fato, mantém incontestável o seu poder material sobre a sociedade. É porque a política parlamentar segue à risca essa determinação que o capital não precisa se preocupar com as reformas propostas e implantadas no seu interior.

Para Mészáros (2004, p. 487), os representantes parlamentares das classes dominantes utilizam de forma irrestrita as forças extraparlamentares do capital. Tais forças dispõem de recursos realmente eficazes no processo de dominação não apenas das bases materiais da sociedade capitalista, mas também de suas esferas política e cultural. O autor afirma que essa é a situação que prevalece no sistema capitalista, possuam ou não os partidos políticos dos trabalhadores representação no governo. O fato é que, atuando na estrutura política estabelecida,



o movimento da classe trabalhadora, em vez de causar um impacto radical na política, como originalmente se previra quando de sua entrada na estrutura parlamentarista de disputa constitucional, sofre constantes derrotas em razão da operação discriminatória, e até cinicamente inconstitucional, das regras jurídicas e das políticas "liberal-democráticas", na ausência de uma afirmação adequada de seus interesses contra os métodos e ações do adversário. (MÉSZÁROS, 2004, p. 487).

No que se refere à crítica ao sistema parlamentar, Mézáros (2002, p. 827) assevera que ela não foi inaugurada por Marx; quem primeiro a esboçou foi Rousseau, ainda no século XVIII. Para este pensador, a soberania pertence unicamente ao povo e, por isso, não pode "ser transformada legitimamente em qualquer forma de abdicação representacional". Na concepção de Rousseau (*apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 828):

Os representantes do povo não são, nem podem ser, seus representantes; não passam de seus comissários, nada podendo concluir definitivamente. É nula toda lei que o povo não ratificar diretamente: em absoluto, não é lei. O povo inglês pensa ser livre e muito se engana, pois só o é durante a eleição dos membros do Parlamento; uma vez eleitos, ele é escravo, não é nada. Durante os breves momentos de sua liberdade, o uso que dela faz mostra que merece perdê-la.

Segundo Mézáros (2002, p. 828), as ideias de Rousseau têm sido bastante deturpadas pelos "ideólogos democratas", principalmente a sua formulação segundo a qual "liberdade não pode existir sem igualdade". Eles atribuem ao teórico a defesa de uma forma de poder político e administrativo que não corresponde de modo algum à sua proposta alternativa e, com isso, acabam falseando o seu pensamento e abandonando os dois princípios fundamentais da sua teoria, que foram, de acordo com o autor, "adaptados adequadamente também pelos socialistas". O primeiro princípio é o de que o poder de decisão não pode ser separado das massas populares, e o segundo é o de que as funções administrativas e executivas de todo processo reprodutivo social podem ser assumidas por membros da comunidade, desde que isso seja "realizado segundo regras definidas autonomamente e apropriadamente controladas em todas as fases da tomada de decisão substantiva pelos produtores associados".

Conforme esclarece Mészáros (2002, p. 828), o problema não está na formulação desses dois princípios, mas em como adequá-los ao controle político e material do sistema do capital, pois, segundo o autor, para colocar em prática esses princípios seria necessária uma reestruturação radical dos domínios materiais e antagônicos do capital, e isso certamente iria "bem além do princípio da soberania popular inalienável de Rousseau".

Por outro lado, Mészáros (2002, p. 831, grifos do autor) afirma que Norberto Bobbio foi o teórico da segunda metade do século XX que mais enfatizou em seus estudos a importância das garantias legislativas, posicionando-se veementemente contra o abuso do poder político e a violação dos direitos humanos. Bobbio, "consciente da desumanidade praticada, em nome do socialismo, pelo sistema do tipo soviético, combinou os melhores traços do liberalismo com as aspirações do socialismo democrático". Além disso, por não concordar com a proposta de "democracia direta", passou a defender a melhoria dos direitos humanos mediante a intervenção do sistema legislativo parlamentar.

Ao contrário de Bobbio, Mészáros entende que somente a crítica radical da ordem sociometabólica pode, realmente, avaliar as medidas legislativas que são realmente compatíveis com as determinações e os imperativos materiais do sistema capitalista. Assim,

num mundo de desemprego crônico, de constantes ataques até mesmo aos escassos vestígios do "Estado de bem-estar social" e do sistema de previdência social, vive-se sob a pressão de explorar tudo ao máximo, desde os recursos não-renováveis até os avanços eticamente mais questionáveis feitos na biotecnologia e na informática, diretamente subordinados aos ditames da acumulação lucrativa do capital. Neste mundo, somente em sonho se poderia fazer oposição diametral a esses desenvolvimentos por meio de uma legislatura iluminada (...) [E] isso coloca imediatamente em relevo as desesperadoras limitações das instituições legislativas disponíveis para solucionar os profundos problemas reprodutivo-materiais identificados pelo próprio Bobbio. (MÉSZÁROS, 2002, p. 832).

De acordo com Mészáros (2002, p. 832), essas constatações não invalidam o argumento de Bobbio segundo o qual a esquerda precisa lutar "para tornar as pessoas conscientes" da importância

desses problemas e da necessidade de acoplá-los à sua crítica ao sistema socio-reprodutivo vigente. Entretanto, a estruturação e o modo de funcionamento desse sistema impedem que as instituições legislativas solucionem os problemas reprodutivo-materiais mencionados pelo filósofo italiano.

Mészáros (2002, p. 837, grifo do autor) adverte que no sistema do capital não há como equilibrar o poder entre capital e trabalho, dois polos antagonísticos em disputa, nem se pode alterar este poder em favor do trabalho. Na realidade, o "equilíbrio de poder" na estrutura sociopolítica "pertence apenas ao mundo do capital", e o seu objetivo é promover "as inter-relações variáveis entre os menores e os maiores constituintes do capital social total articulado em qualquer ponto particular na história". Além dessa articulação essencial ao funcionamento do sistema sociometabólico vigente existe a luta disputada no campo legislativo, inclusive pelo trabalhismo reformista, para "alterar o equilíbrio *entre* os componentes particulares do capital"<sup>43</sup>. Dessa forma, enquanto os interesses dos integrantes particulares do capital, embora por um curto espaço de tempo, conseguem se equilibrar sem grandes problemas,

não pode haver equilíbrio entre os interesses e o poder respectivamente do capital e do trabalho. O trabalho ou é o antagonista estrutural e alternativa sistêmica ao capital – e, nesse caso, "compartilhar a força" com o capital é uma autocontradição absurda – ou permanece a parte estruturalmente subordinada (o constantemente ameaçado "custo de produção") do processo de auto-reprodução ampliada do capital e, como tal, totalmente sem poder. (MÉSZÁROS, 2002, p. 837, grifos do autor).

Dessa impossibilidade objetiva de o capital e o trabalho compartilharem, ao mesmo tempo, o poder na ordem social estabelecida decorre outra determinação importante: a de que o capital não pode compartilhar o poder, mesmo que seja por um curto período de tempo, "com forças que pretendam transcendê-lo como 'objetivo final', não importa quão longo seja o prazo". Esta é uma determinação objetiva que inviabiliza por completo a proposta da social-democracia reformista de realizar uma reforma

---

<sup>43</sup> Equilíbrio este, vale enfatizar, que é sempre renovado entre os componentes do capital.

estrutural na ordem social estabelecida. Para o autor, enquanto o capital estiver no comando do sociometabolismo, não há possibilidade alguma de haver uma "luta igual" entre capital e trabalho. Por isso, embora os "representantes do trabalho" no Parlamento insistam em difundir essa falsa ideia de "luta igual", o enfrentamento com os seus adversários capitalistas na estrutura parlamentar não passa de um confronto "sem competição", pois, independentemente da causa da disputa, "a permanência da posição material do capital" nunca poderá ser questionada na estrutura parlamentar (MÉSZÁROS, 2002, p. 836). Além disso,

as limitadas disputas no Parlamento, estritamente reguladas por instrumentos e instituições da "violência legítima" que se apoiam na estrutura global de comando político do capital, não podem ser um *enfrentamento contra o capital*, mas entre alguns dos seus *componentes* mais ou menos diferenciados. (MÉSZÁROS, 2002, p. 836, grifos do autor).

É por isso que os membros do Parlamento, quer estejam defendendo os interesses das empresas capitalistas, quer sejam representantes dos trabalhadores, são obrigados a subordinar os seus objetivos legislativos às regras do "Estado Constitucional" do sistema capitalista. Desse modo, os representantes do trabalho "que tentam manter uma postura crítica radical ou são mantidos fora do Parlamento ou são totalmente marginalizados no seu interior" (MÉSZÁROS, 2002, p. 836-7). Para o autor, o trabalho

não pode ser representado [no Parlamento] porque suas formas possíveis de "representação" (...) teriam de ser completamente estéreis, pois não podem alterar as determinações estruturais extraparlamentares do modo fortemente arraigado de reprodução sociometabólico do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 838).

Mészáros (2002, p. 839) explica que o capital não precisa da representação parlamentar para afirmar o seu domínio sobre a ordem sociorreprodutiva, pois ele já possui o controle total dessa ordem, tendo inclusive o Estado como seu complemento político correspondente. No entanto, o fato de o capital não precisar ser representado no Parlamento não significa que ele não necessite desse espaço para impor suas regras sobre a sociedade, tampouco que o Parlamento serve apenas como força de mistificação ideológica, pois a representação parlamentar desempenha funções essenciais à reprodução do sistema do capital. Em primeiro lugar,

ela legítima e impõe as regras da "legalidade constitucional" sobre o trabalho, que é potencialmente recalcitrante. Em segundo lugar, e esta é a sua função mais importante, ela permite que a pluralidade de capitais encontre, em todo e qualquer desdobramento da operação do sistema, o equilíbrio de poder, mesmo que temporário, entre os seus diversos componentes. É, portanto, através da garantia dessas condições "que o capital social total pode afirmar suas regras na esfera política sob as condições da 'democracia parlamentar'".

De acordo com Mézáros (2002, p. 839, grifos do autor), esse "equilíbrio de poder" entre a pluralidade de capitais é necessário porque "o capital é constituído de componentes incorrigivelmente *centrífgos*", ou seja, antagônicos, e que estão em permanente conflito e concorrência entre si. Essa "incorrigível ligação estrutural *conflitiva*" é comum a todo o sistema e atinge desde as empresas mais simples até as grandes corporações transnacionais. O capital social total tem a importante função de manter a força centrífuga sob controle através das regras universalmente dominantes "e das determinações estruturais que objetivamente definem o próprio capital como um modo de controle sociometabólico".

Tais determinações devem ser compartilhadas por todas as unidades particulares do sistema, ou seja, por todas as empresas, desde as mais simples até as gigantescas corporações transacionais, mesmo que haja interesses divergentes entre elas. É isso que faz com que os diferentes componentes particulares do capital compartilhem o "*vital interesse comum* de serem partes do sistema de controle da reprodução sociometabólica". É complementando a força centrífuga dos diversos componentes particulares do capital com os imperativos objetivos da ordem socio-reprodutiva que o sistema capitalista consegue manter sob controle e impedir "o impacto *desintegrador* das insuperáveis interações de *conflito*" (MÉZÁROS, 2002, p. 839, grifos do autor).

É nessa questão que a intervenção do Estado do sistema do capital torna-se decisiva, pois ele afirma a sua importância para o funcionamento da ordem sociometabólica estabelecida não apenas exercendo a função de regular as relações políticas, mas também atuar como um componente material essencial do sistema, de fundamental importância para a afirmação do capital como "força controladora do modo estabelecido de reprodução

sociometabólica". O sistema parlamentar atua, nesse sentido, para manter sob controle a força centrífuga dos componentes particulares do capital. É por isso que os interesses da multiplicidade de capitais podem ser representados no Parlamento, pois, estando o capital no comando político global do sistema, tais interesses são inteiramente compatíveis com as determinações mais elementares desse controle sociorreprodutivo (MÉSZÁROS, 2002, p. 839).

É dessa forma que a força reguladora da representação parlamentar, adequando-se integralmente ao papel de representação do sistema do capital, consegue cumprir a função de preservar ("eternizar") a força de controle sociometabólica do capital. Mézszáros (2002, p. 840) observa que como o interesse vital do trabalho é a transformação radical da ordem sociorreprodutiva e não a sua preservação, sendo esta última "a única compatibilidade possível com a representação parlamentar sob a estrutura de comando político global do capital", o trabalho não pode ser representado no Parlamento. Além disso, a política parlamentar auxilia também o capital ao realizar deslocamentos estratégicos contrários aos interesses do trabalho.

É por isso que, para o autor, não se podem entender os limites da ação política do trabalho como fracasso pessoal ou traição dos seus representantes no Parlamento. Enquanto ministros ou chefes de governo, espera-se que eles consigam controlar politicamente o sistema em favor da classe trabalhadora; no entanto, a sua incapacidade de alcançar tal objetivo deve-se ao fato de eles atuarem no interior de uma esfera política que está, *a priori*, voltada a atender aos interesses do capital.

Mészáros (2002, p. 853) constata que, desde a sua inserção no Parlamento, a força da classe trabalhadora jamais pôde "se comparar, mesmo remotamente, com o poder do capital como fundamento efetivo do sistema político parlamentar". Ademais, a separação operada pelo capital entre economia e política se impôs como um enorme desafio para o movimento do trabalho, desafio este que até hoje ele não conseguiu enfrentar. A própria atuação defensiva/reformista do movimento do trabalho comprovou ser não apenas um reflexo dessa disjunção, mas um sinal evidente de acomodação a ela. O autor explica que a aceitação dessas determinações estruturais não foi uma decisão voluntária, mas uma acomodação

imposta ao trabalho como precondição necessária à autorização para entrar na esfera parlamentar da "emancipação política" e ter acesso às limitadas melhorias materiais reformistas, depois de as forças originalmente extraparlamentares de oposição radical terem aderido a tal via. (MÉSZÁROS, 2002, p. 853).

O autor observa que essa restrição aceita pelos partidos trabalhistas acabou condenando "à total impotência o imenso potencial combativo do trabalho produtivo materialmente enraizado e potencial e politicamente mais eficaz" (MÉSZÁROS, 2002, p. 23, grifo do autor) Por outro lado, fora do Parlamento, o capital continuou a atuar como uma "*força extraparlamentar par excellence*", inclusive determinando as regras e os limites a serem seguidos dentro do Parlamento.

Para Mézáros (2002, p. 854), a desigualdade fundamental entre capital e trabalho constitui uma característica peculiar das relações de poder enquanto o capital estiver no domínio da ordem socio-reprodutiva, e é ela que inviabiliza qualquer possibilidade real de se resolver esse problema na estrutura das instituições políticas. O fato é que a dominação estrutural do trabalho ao capital se corporifica também nas instituições políticas do sistema, contribuindo decisivamente para que a pluralidade do capital seja "adequadamente representada na estrutura da política parlamentar". Já a situação do trabalho é muito diferente, pois, como vimos,

as relações de poder material existentes – incorrigivelmente iníquas – tornam a "representação" do trabalho vazia (como representação parlamentar estritamente política da classe materialmente subordinada do trabalho) ou autocontraditória (em termos tanto da representação eleitoral do trabalho isolado, como da "participação democrática" do radical antagonista estrutural do capital, que, apesar de tudo, está alegremente predisposto a aceitar as migalhas das acomodações marginais reformistas). Nenhuma reforma política nos parâmetros do sistema existente permitiria sonhar em alterar essas relações de poder material. (MÉSZÁROS, 2002, p. 854).

Mézáros (2002, p. 856, grifos do autor) explica que o capital, como força extraparlamentar, está protegido de qualquer limitação política de seu poder de controle sobre a ordem socio-reprodutiva; por isso uma representação política compatível com o seu modo de funcionamento é aquela que, de fato, nega a possibilidade de contestação desse seu poder material. Desse modo, enquanto "*força*

*extraparlamentar par excellence*", o capital "nada tem a temer das reformas decretadas no interior da estrutura política parlamentar".

O capital não precisa ter nenhuma preocupação com isso, pois, para que o trabalho entrasse "na esfera parlamentar da "emancipação política" e tivesse acesso "às limitadas melhorias materiais reformistas", ele teve antes de aceitar os limites preestabelecidos pela estrutura política do capital. Esse processo, como vimos, se consolidou no início do século XX, e suas consequências evidenciaram-se nitidamente tanto na "aceitação das amarras parlamentares como a única forma legítima de contestar a dominação do capital", quanto, a longo prazo, no desvio do movimento socialista da causa da emancipação do trabalho (MÉSZÁROS, 2002, p. 853, 834).

Na realidade, como veremos no próximo capítulo, o poder do capital apenas poderia ser desafiado se o trabalho assumisse as funções produtivas do sistema sociometabólico e adquirisse, ao mesmo tempo, o comando sobre todas as esferas significativas de tomada de decisão da ordem socio-reprodutiva.

No que se refere às consequências da limitação dos objetivos do movimento do trabalho aos interesses puramente eleitorais, afirmados no Parlamento, Rosa Luxemburgo (1990, p. 59, grifo da autora) chama a atenção para o fato de que

o caráter contraditório do Estado capitalista manifesta-se de forma explosiva no parlamentarismo moderno. É evidente que formalmente o parlamentarismo serve para exprimir na organização do Estado os interesses do conjunto da sociedade. Mas, por outro lado, o que o parlamentarismo representa aqui é unicamente a sociedade capitalista, quer dizer, uma sociedade onde predominam os interesses capitalistas. Por consequência, nessa sociedade, as instituições formalmente democráticas reduzem-se, no seu conteúdo, a instrumentos dos interesses da classe dominante.

Segundo Mézáros (2002, p. 832), é porque o Parlamento possui essa função que os deputados social-democratas não podem exercer, nessa instituição "formalmente democrática", o controle sobre a ordem social estabelecida. Essa impossibilidade se dá pelo



fato de o capital ser incontrolável<sup>44</sup>. Nesse sentido, enquanto se investem todas as energias do movimento social

na *tentativa de reformar* um sistema substantivamente incontrolável, a simples viabilidade da reforma mais limitada é inconcebível sem a capacidade de exercer controle sobre aqueles aspectos ou dimensões do complexo social que se tenta reformar (MÉSZÁROS, 2002, p. 832, grifos do autor).

Daí que o projeto da social-democracia reformista de instituir uma reforma estrutural do incontrolável sistema do capital, por meio da legislação parlamentar, estava condenado a fracassar desde o início.

Mészáros (2002) explica que a proposta reformista não era de modo algum o projeto original da social-democracia ocidental. Seguir o caminho da reforma e da acomodação parlamentar apenas se tornou a orientação determinante do movimento da classe trabalhadora com o surgimento da Primeira Guerra Mundial e a consequente desestruturação da Segunda Internacional. Para o autor, essa mudança estratégica da social-democracia não deve ser interpretada como "acidental" ou "traição pessoal" dos seus "representantes" no Parlamento. Na verdade,

o projeto de instituir o socialismo pelos meios parlamentares estava condenado desde o início, pois eles sonharam a realização do *impossível* e prometeram transformar gradualmente em ordem socialista – algo radicalmente diferente – um sistema de controle da reprodução social sobre o qual eles *não tinham, nem poderiam ter, qualquer controle significativo dentro do Parlamento e por meio dele.* (MÉSZÁROS, 2002, p. 832, grifos do autor).

De acordo com Mészáros (2004, p. 416), a acomodação reformista-oportunista às regras impostas pelo parlamentarismo burguês foi introduzida no movimento da classe trabalhadora através da adequação das demandas/reivindicações desse movimento aos limites previamente estabelecidos pelo sistema do capital. Em primeiro lugar, a social-democracia ocidental transformou a ação política no "parlamento burguês como 'o dever mais importante do movimento'" da classe trabalhadora. Desse

---

<sup>44</sup> Mészáros argumenta melhor sobre essa característica do sistema do capital na Parte I do seu livro *Para Além do Capital*.

modo, legitimando a separação entre os intelectuais e os proletários dentro do partido social-democrata, a tarefa mais importante do movimento socialista deixou de ser a transformação radical da ordem social vigente e se transformou em eleger "representantes" totalmente estranhos à base da classe trabalhadora".

Quanto ao sucesso eleitoral, Mészáros (2004, p. 423, grifo do autor) esclarece que a participação dos partidos social-democratas no governo só foi permitida pelo capital depois que eles se transformaram "em administradores 'responsáveis' e 'bem-educados' (isto é, *seguros* do ponto de vista do capital) da ordem socioeconômica capitalista". Além disso, esses partidos já haviam declarado abertamente o seu total abandono dos objetivos socialistas radicais e, portanto, o capital estava prevenido contra a tentativa de sua interferência nos imperativos materiais e políticos do seu sistema<sup>45</sup>.

Em segundo lugar, os objetivos da ação política no interior do parlamentarismo burguês foram divididos em "tarefas negativas" e "tarefas positivas". As primeiras são "aquelas que *não podem* ser subordinadas às práticas limitadas da ação parlamentar"; são tarefas, portanto, não compatíveis com os interesses estruturais do capital, por isso não poderão ser atendidas pela esfera política parlamentar. É essa a razão de elas serem consideradas tarefas "não mais urgentes". As tarefas "positivas", por sua vez, são assim classificadas porque "*podem* ser acomodadas dentro dos limites dos ajustes sociopolíticos" do sistema do capital, ou seja, não colocam em risco a sua acumulação lucrativa, e por isso podem ser atendidas quando lhes convier (MÉSZÁROS, 2004, p. 416, grifo do autor).

Em terceiro lugar, como resultado da mudança estratégica dos objetivos da ação política do movimento da classe trabalhadora,

---

<sup>45</sup> Uma prova concreta da impossibilidade de os governos social-democratas introduzirem, ainda que gradualmente, qualquer mudança estrutural no sistema capitalista, foi a derrubada do governo social-democrata de Salvador Allende, em 1973, no Chile. Esse governo "de frente popular" foi brutalmente reprimido "porque ousou *considerar* a possibilidade da introdução de algumas reformas sociais potencialmente profundas e significativas no 'hemisfério americano'" (MÉSZÁROS, 2004, p. 424, grifo do autor).

que contribuiu para reforçar a subordinação da luta do movimento às restrições impostas pelo parlamentarismo burguês, a luta em prol da construção de uma alternativa radical à ordem social dominada pelo capital foi abandonada pela social-democracia ocidental.

Desse modo, em consonância com a sua nova posição e função de restringir a luta da classe trabalhadora aos limites previamente determinados pela ordem socio-reprodutiva do capital, a social-democracia ocidental passou a aceitar espontaneamente as restrições impostas por essa ordem, abandonando "as metas socialistas outrora sustentadas" (MÉSZÁROS, 2002, p. 43).

O autor explica que tanto a perspectiva reformista quanto o sistema stalinista, vigentes em circunstâncias históricas completamente distintas, abalaram "a crença na viabilidade da alternativa socialista". Segundo o autor, esses dois movimentos, cada um da sua maneira, representavam "*a linha de menor resistência*" e acomodaram-se, "como modos de controle social, às exigências interiores do sistema do capital incorrigivelmente hierárquico" (MÉSZÁROS, 2002, p. 43, grifo do autor).

Com a introdução das tendências oportunistas no movimento do trabalho, a social-democracia fortaleceu a sua luta a favor das reformas sociais, da colaboração de classe entre capital e trabalho e da passagem gradual e pacífica para o socialismo. Para Luxemburgo (1990), o objetivo principal do partido social-democrata passou a ser lutar pela obtenção das reformas sociais possíveis de ser realizadas no sistema capitalista. De acordo com Mészáros, a análise teórica de Rosa Luxemburgo não estava apenas correta, como também foi comprovada pelos acontecimentos históricos que marcaram de forma ponderável o século XX.

Dois deles merecem ser destacados aqui. O primeiro se refere à afirmação das tendências oportunistas nos partidos social-democratas ocidentais. Esses partidos acabaram restringindo o seu espaço de lutas e reivindicações aos limites impostos pelo parlamentarismo burguês, que está, *a priori*, protegido contra qualquer iniciativa que não seja compatível com os limites determinados pelo sistema do capital.

O segundo acontecimento que demonstra a afirmação da análise de Luxemburgo foi o desvio dos partidos comunistas da

Terceira Internacional da causa da emancipação do trabalho. Se, em sua origem, nas primeiras décadas do século XX, esses partidos se posicionavam contra o reformismo burguês e se propunham a lutar pela mudança radical da ordem social vigente, alguns anos depois da eclosão da Revolução Russa de 1917 já se podia constatar o abandono desses princípios e a mudança estratégica a ele correspondente: "a *socialdemocratização* de quase todos os partidos comunistas ocidentais" (MÉSZÁROS, 2004, p. 416, grifo do autor).

No que se refere à social-democracia ocidental, o autor explica que o seu afastamento da causa da emancipação econômica do trabalho era o produto inevitável da aceitação da estrutura parlamentar burguesa como limite de toda intervenção política do movimento do trabalho, ou seja, da aceitação acrítica das "regras do jogo" parlamentar. O resultado dessa restrição da luta política da classe trabalhadora à luta por reformas sociais compatíveis com os interesses capitalistas não poderia ser outro senão o abandono dos objetivos socialistas. Pois, como enfatiza Mészáros (2004, p. 416),

a "emancipação econômica do trabalho", em seu sentido marxiano, e a política que a ela corresponde, são radicalmente incompatíveis com uma estrutura política reguladora acriticamente aceita, que estipula como critério de "legitimidade" e "constitucionalidade" a observância estrita de regras que favorecem a perpetuação das relações de propriedade estabelecidas, isto é, o contínuo domínio do capital sobre a sociedade.

Embora haja diferenças entre as diversas tendências reformistas da social-democracia ocidental, o que existe em comum entre elas é justamente a subordinação dos objetivos estratégicos do movimento do trabalho aos limites previamente estabelecidos pela política parlamentar. Mészáros (2004, p. 416-7, grifos do autor) chama mais uma vez a atenção para o fato de que as tendências reformistas da social-democracia ocidental

não são (...) o resultado de "maquinações insidiosas" e "traições subjetivas". Nem poderiam ser consideradas simplesmente "concepções errôneas" de indivíduos particulares que, apesar de improvável, em princípio poderiam ser levados a reconhecer seus erros e a modificar suas opiniões. Elas são a articulação necessária de um "curto-circuito" histórico em que a ala parlamentarista do movimento da classe trabalhadora ocidental se encontra em uma determinada época do seu desenvolvimento.

Para o autor, portanto, o desvio da social-democracia da causa da emancipação do trabalho não pode ser explicado pela traição dos seus líderes reformistas, nem pode ser atribuído apenas aos erros estratégicos e táticos do movimento da classe trabalhadora. A compreensão do predomínio da estratégia reformista da social-democracia no início do século XX deve estar associada à investigação da base material que possibilitou a concessão de vantagens materiais para os trabalhadores de alguns países avançados à custa da exploração dos trabalhadores dos países subdesenvolvidos: a expansão imperialista iniciada no final do século XIX, e que se consolidou durante o século XX.

### **3.3 Consequências do desvio do movimento socialista da causa da emancipação do trabalho**

Como vimos, a divisão do movimento socialista em "braço político" e "braço sindical", ou seja, a separação da luta entre partidos políticos e sindicatos, contribuiu para a consolidação do reformismo. A social-democracia ocidental, a partir da segunda metade da década de 1870 e mais acentuadamente após a Primeira Guerra Mundial, passou a adotar o reformismo como estratégia de luta. A consequência prática dessa mudança foi a negação dos objetivos da transformação socialista pela social-democracia ocidental. Mézáros observa que essa mudança de perspectiva não foi de nenhuma forma acidental, tampouco se deve culpar os representantes da social-democracia pela não realização daquela proposta, pois o projeto de realizar mudanças estruturais no sistema de poder vigente e de instituir o socialismo por meio de reformas parlamentares já estava condenado ao fracasso mesmo antes de ser posto em prática.

No que se refere ao fracasso dos partidos parlamentares da Segunda e da Terceira Internacionais, Mézáros (2002, p. 835)

explica que esse acontecimento demonstra que as consequências da divisão entre o "braço político" e o "braço sindical" se refletiram no conjunto da esquerda do movimento do trabalho. Isto reforça ainda mais o fato de que para se recuperar o radicalismo socialista é necessário superar as contradições introduzidas por essa divisão no movimento da classe trabalhadora, as quais os obrigaram a internalizar a lógica do capital, aceitando, sem nenhuma crítica, as regras impostas pelo sistema. Tais regras determinam

aprioristicamente em favor do capital o que pode e o que não pode ser 'racionalmente disputado e contestado', não apenas no domínio político, mas ainda mais em relação à viabilidade de questionar e desafiar a estrutura estabelecida do processo de reprodução social (MÉSZÁROS, 2002, p. 835).

Para Mézáros (2002, p. 836, grifos do autor), o problema que está por trás dessa discussão é, e continuará sendo por todo o tempo em que o sistema do capital existir, o da natureza do poder constituído sob o comando do capital. Vale assinalar que os políticos social-democratas negaram-se a enfrentar esse problema, pois, para solucioná-lo, eles teriam de revelar o caráter contraditório de suas próprias estratégias, cuja base era a proposta de reformar um poder que é, na verdade, incontrolável e que de modo algum pode ser modificado para atender aos objetivos da transformação socialista. Isto acontece porque, embora a ideologia burguesa com o seu discurso de "divisão de forças" na esfera política pretenda provar o contrário, "*o poder do capital social total, como controlador do processo de reprodução sociometabólica, é indivisível*".

É por isso que as estratégias de "reformular o incontrolável" e "conquistar os mais altos postos de comando" do sistema do capital por meio de um poder que realmente não existe só poderiam conduzir à derrota da esquerda histórica. Derrota esta que se estendeu também às "personificações do capital" das sociedades de tipo soviético. Estas, apesar de não funcionarem "em e por meio de um ambiente parlamentar, deixaram", tal como os políticos social-democratas, "de enfrentar a incontrolabilidade do capital onde ela se afirmava maciçamente: isto é, como o regulador do processo de reprodução sociometabólica" (MÉSZÁROS, 2002, p.836).

Desse modo, ao desconsiderar essa determinação essencial que afirmava que a intervenção e a reestruturação estratégica deveriam estar centradas no processo objetivo material e que somente quando o trabalho assumisse o comando desse processo se alcançaria o poder efetivo do sistema sociometabólico, elas só puderam exercer o poder

de forma extremamente voluntarista, numa tentativa de solucionar sua verdadeira *falta de poder* com respeito aos imperativos materiais objetivos e às necessidades expansionistas cegamente seguidas. (MÉSZÁROS, 2002, p. 836, grifo do autor).

No que se refere ao discurso reformista, Mészáros afirma que ele difunde a tese de que é possível implementar uma distribuição mais equitativa das mercadorias na sociedade. Com isso, ele deixa de considerar que a estrutura da produção capitalista é a base de sustentação da esfera da distribuição, e que é a forma como aquela se organiza que determina se as mudanças propostas podem ou não ser efetivadas. Nesse aspecto, a teoria marxiana tinha de ser ignorada, ou melhor, totalmente abandonada pela social-democracia, pois ela sustentava a impossibilidade de se alcançar, na sociedade regida pelo capital, uma distribuição mais equitativa das mercadorias produzidas. Como explica Marx (*apud* Mészáros, 2004, p. 428, grifos do autor):

a distribuição é em si um produto da produção, não apenas em seu objeto, pois somente os resultados da produção podem ser distribuídos, mas também em sua forma, pois o tipo específico de participação na produção determina as formas específicas de distribuição, isto é, o padrão de participação na distribuição.

O problema central das concepções reformistas é que elas não questionam a natureza da estrutura da produção capitalista, e como não dão o devido peso aos imperativos produtivos e materiais da ordem social vigente, limitam-se "a discutir a participação relativa dos vários grupos sociais nos *produtos* a distribuir". No entanto, embora essas concepções não reconheçam, elas acabam aceitando aqueles imperativos produtivos e materiais do capital, e são esses imperativos que anulam qualquer proposta de "*distribuição mais uniforme*" que não esteja em consonância com o principal objetivo do sistema vigente: a ampliação, cada vez maior, da mais-valia, do lucro (MÉSZÁROS, 2004, p. 428, grifos do autor).

Marx (*apud* Mészáros, 2004, p. 429, grifos do autor) assinala que a distribuição de produtos é apresentada pelos reformistas como esfera mais distanciada da produção. No entanto, o autor explica que antes mesmo de ser distribuição de produtos, "ela é: 1) a distribuição dos *instrumentos* de produção; e 2) (...) a distribuição dos membros da sociedade entre os diferentes tipos de produção (*subordinação dos indivíduos* a relações específicas de produção)". Desse modo, a distribuição de produtos nada mais é do que o resultado dessa distribuição mais geral, que constitui a condição essencial ao funcionamento do modo de produção capitalista.

Mészáros (2004, p. 429) ressalta que, para Marx, a produção não apenas predomina sobre si mesma, mas também constitui o momento predominante na relação com os outros momentos do processo de produção (distribuição, troca, consumo). Nesse sentido, a forma da distribuição está intrinsecamente associada à forma da produção. A desconsideração dessa interação mútua entre esses dois momentos da estrutura da produção capitalista levou a social-democracia ocidental a tentar resolver as contradições do sistema capitalista

com uma intervenção na esfera da distribuição do produto – por meio da tributação progressiva e de uma legislação de previdência social mais ou menos facilmente revogável –, deixando-se intacta a estrutura de produção. (MÉSZÁROS, 2004, p. 429).

O autor enfatiza ainda que social-democracia ocidental prometia

a realização dos objetivos socialistas por meio da gradual ampliação de melhorias quantitativas no padrão de vida dos trabalhadores (por meio do auto-engano e jamais, mesmo sob governos trabalhistas ou socialdemocratas, tentando consistentemente a "taxação progressiva"), quando na realidade o capital sempre permaneceu com o controle total do processo da reprodução social e da distribuição da "riqueza da nação" produzida pelo trabalho. (MÉSZÁROS, 2002, p. 288).

Como abandonar os objetivos socialistas foi apenas um produto inevitável do caminho percorrido pela social-democracia reformista desde o final do século XIX, o internacionalismo propagado pela Segunda Internacional não passou de uma retórica vazia e sem nenhuma possibilidade real de se materializar.



De fato, o desenvolvimento capitalista desde o final do século XIX demonstrou que a consolidação da expansão do capital não foi acompanhada pela organização da classe trabalhadora em prol da causa da emancipação do trabalho. O que aconteceu foi exatamente o contrário: oferecendo ganhos materiais à classe trabalhadora dos países capitalistas avançados à custa de uma superexploração dos trabalhadores dos países subdesenvolvidos, o capital conseguiu, com o auxílio da social-democracia reformista, desviar a luta da classe trabalhadora da causa da emancipação do trabalho. Conforme explica Mészáros (2004, p. 439),

em tais circunstâncias, os interesses parciais imediatos auto-orientados prevalecem contra os interesses gerais da classe trabalhadora como um todo, considerada em sua capacidade de agente histórico da emancipação socialista.

Para o autor, Rosa Luxemburgo já havia observado que ao refutar "a existência da *luta de classes*, a socialdemocracia negou a própria base de sua existência" (*apud* MÉSZÁROS, 2004, p. 437, grifo do autor). Durante a fase de expansão imperialista do capital, a atenuação do conflito capital/trabalho pôde, de certa forma, ser conciliada com as estratégias do capital de maximização dos lucros, o que contribuiu para que a negação da luta de classes pela social-democracia permanecesse latente durante várias décadas.

O autor anota que a acomodação dos partidos social-democratas/reformistas à "linha de menor resistência", ou seja, sua posição estratégica de não desafiar "as determinações sistêmicas do modo de controle sociometabólico do capital", não pode ser analisada separada da investigação dos imperativos do sistema do capital e das mudanças nas condições históricas que possibilitaram o desenvolvimento do capital em sua fase de expansão imperialista (MÉSZÁROS, 2002, p. 897).

Mészáros (2002, p. 545) afirma que em meados do século XIX o sistema do capital começou a realizar mudanças no seu modo de operação, criando diversas válvulas de escape que possibilitaram o deslocamento de suas contradições. Para se proteger da eclosão de uma crise mais geral, o capital modificou sua forma de funcionamento. Tais mudanças

ampliaram significativamente o potencial de desenvolvimento contínuo das forças produtivas no interior da estrutura estabelecida,

impondo assim a necessidade de um profundo reajuste nas estratégias do adversário. (MÉSZÁROS, 2002, p. 545).

A consequência mais imediata desse processo de mudanças foi a autorrenovação do sistema do capital à medida que os seus limites relativos eram ampliados e seus poderes produtivos expandidos. Como observa o autor, os limites relativos do capital

são os que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva – dentro da estrutura viável e do tipo buscado – da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 175).

Nessas circunstâncias de vigência dos limites relativos do capital e do deslocamento de suas contradições, o capital, respondendo ao desafio posto pelo movimento socialista, modificou seu modo de operação com a finalidade de se defender dos ganhos do trabalho.

Segundo Mészáros (2002, p. 553), alguns acontecimentos econômicos contribuíram para que o sistema do capital estendesse "grandemente sua racionalidade e sua capacidade de enfrentar seus problemas", o que lhe possibilitou adotar, a partir da primeira metade do século XX, políticas e medidas mais racionais, tais como: a implementação da economia de consumo de massa e das estratégias keynesianas<sup>46</sup> após a crise de 1929; "a aceitação em larga escala da nacionalização no pós-guerra"; "a adaptação flexível do

---

<sup>46</sup>De acordo com Mészáros (2002, p. 25, 26, grifos do autor), o keynesianismo "opera no âmbito dos parâmetros institucionais do capital" e está "contido na lógica de *parada e avanço* do capital", sendo, portanto, inerentemente conjuntural. Ele "representa apenas a fase de avanço de um ciclo de expansão que, mais cedo ou mais tarde, sempre pode ser interrompida por uma fase de parada".

capital às demandas e tensões da 'economia mista'<sup>47</sup>''; o estabelecimento do Sistema Monetário Internacional e a criação de instituições multinacionais como o FMI<sup>48</sup> e a CEE<sup>49</sup>, entre outros.

Essas medidas foram implantadas para atender às necessidades dos interesses globais do capital; "a adaptação muito bem-sucedida do Estado nacional burguês às necessidades das 'multinacionais' (na realidade, gigantescas empresas nacionais 'transnacionais')"; e, ainda, a instauração de um sistema global de dominação que torna os países subdesenvolvidos cada vez mais dependentes dos países avançados. A manutenção dessa dominação tem como objetivo não apenas criar válvulas de escape e recursos necessários à expansão do capital, mas também proporcionar

rendimentos suficientemente grandes para compensar em uma extensão significativa a queda tendencial da taxa de lucro, em adição à compensação fornecida pela concentração monopolista e pela centralização do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 553).

De acordo com Mézáros (2002, p. 587-8, grifos do autor), as contradições produzidas pela ordem socio-reprodutiva estabelecida podem, enquanto a realidade objetiva possibilitar, ser deslocadas. Para o autor, o processo de deslocamento não é infinito nem atua indefinidamente; sua eliminação está associada à fase de "*saturação final do próprio sistema e ao bloqueio das válvulas de escape expansionista*". No entanto, vale enfatizar que apesar de os deslocamentos serem criados para enfrentar o problema das

---

<sup>47</sup> Segundo Mézáros (2002, p. 955-6, 815), "a fraseologia da 'economia mista' foi frequentemente usada para prometer a realização dos objetivos socialistas durante algum tempo; isso ocorreu até que a crise estrutural do sistema do capital tornasse mais sábio abandonar inclusive os objetivos limitados da seguridade social". O autor explica que até o surgimento dessa crise, na Inglaterra e na Alemanha, a social-democracia afirmava "abertamente sua capacidade de melhor administrar uma 'moderna economia mista' capitalista do que a alternativa conservadora, iludindo-se ao legitimar com tal nobre fundamento a reivindicação de ser 'o partido natural de governo'".

<sup>48</sup> Fundo Monetário Internacional.

<sup>49</sup> Comunidade Econômica Europeia.

diversas contradições que surgem no processo de expansão do capital, tais contradições jamais serão eliminadas nesse sistema socio-reprodutivo, pois o capital é incapaz de superar seus limites "estruturais objetivos e explosivos". Por mais importantes que aqueles deslocamentos fossem para o sistema do capital, o máximo que eles poderiam fazer seria estender as "fronteiras historicamente dadas do capital" e postergar "a saturação das válvulas de escape disponíveis e a maturação das contradições fundamentais", pois, conforme constata o autor, os limites do capital nem são expansíveis indefinidamente, nem seus poderes são ilimitados.

Mészáros (2002, p. 590-1) explica que é apenas quando o processo de expansão global do capital estiver consolidado – e isto só será possível quando o capital não possuir mais novos continentes para explorar –, que os antagonismos estruturais do sistema, latentes até então, serão "dramaticamente ativados". O problema é que quando a totalidade extensiva do capital chegar ao seu limite, o capital ainda pode encontrar novas válvulas de escape. Ele pode, por exemplo, quando a mais-valia absoluta não corresponder mais às exigências do seu desenvolvimento expansionista, explorar de uma forma mais intensa a mais-valia relativa, além de poder também "assumir uma multiplicidade de formas 'mistas' ou 'híbridas'", e com isso postergar ou estender a fase final da "desintegração estrutural do capital em todas as suas formas historicamente viáveis" (MÉSZÁROS, 2002, p. 592).

Como lembra o autor, os limites do capital podem se expandir, extensivamente, mediante a abertura de novos territórios explorados por impérios coloniais ou "pelos modos mais modernos de 'neocapitalismo' e 'neocolonialismo'" (MÉSZÁROS, 2002, p. 586) e, intensivamente, através da chamada "colonização interna", responsável por criar novas válvulas de escape nos próprios países e garantir a expansão do capital por meio da exploração, mais intensa, de seus produtores e consumidores. Apesar de os limites do capital expandirem-se extensa e intensivamente, para o autor, de forma alguma eles conseguem eliminar os limites estruturais e as contradições do sistema estabelecido (MÉSZÁROS, 2002, p. 586).

Mészáros (2002, p. 797, grifo do autor) esclarece que nessas circunstâncias apenas se desenvolvem crises não estruturais, ou seja, cíclicas. Como tais crises afetam apenas algumas partes de um

determinado complexo social, embora elas gerem consequências severas para o funcionamento desse complexo específico, elas não colocam em xeque a reprodução contínua da estrutura global. Nesses tipos de crise, as contradições parciais e as "disfunções" do sistema, mesmo que severas, podem ser deslocadas para outras esferas ou até mesmo neutralizadas "pelas forças ou tendências contrárias". É por isso que, segundo o autor, o deslocamento das contradições apenas é possível nesses tipos de crise parciais, as quais, para sua solução, exigem mudanças apenas "*no interior* do próprio sistema relativamente autônomo".

O autor cita a crise de 1929-33 como um exemplo de uma crise cíclica e parcial do sistema do capital. Ele sustenta que essa crise apresentou um caráter cíclico e atingiu principalmente o setor financeiro, daí ela ser considerada uma crise econômica limitada do sistema empresarial privado. Para Mészáros (2002, p. 803), apesar da sua extensão e severidade, essa crise atingiu apenas um pequeno número de dimensões complexas e de mecanismos de autodefesa do capital.

Mészáros anota que Marx já chamava a atenção, no final da década de 1870, para a força que vinha ganhando o capital dos Estados Unidos dentro da estrutura global do sistema, fato este que ficaria bastante evidente em 1920, meio século depois. No entanto, apesar de sua atuação vital na economia capitalista, o capital norte-americano, no que se refere ao *status quo* político da dominação global, não havia ainda chegado ao patamar do imperialismo britânico. Foi com a grande crise de 1929-33 que finalmente o capital norte-americano conseguiu ultrapassar essa barreira. Mészáros (2002, p. 804) observa que

as pressões devastadoras dessa crise aparentemente sem fim tornaram abundantemente claro que o capital dos Estados Unidos tinha de remodelar todo o mundo do capital à sua própria imagem, mais dinâmica, e que não havia alternativa, caso se quisesse superar não somente as condições críticas imediatas, mas também a perspectiva de uma depressão crônica. Por isso, sob a intensa retórica do Discurso Inaugural de Roosevelt em 1933, a mensagem realmente significativa foi a perspectiva radicalmente nova do colonialismo neocapitalista sob a hegemonia americana.

Para Mészáros (2002, p. 804), Roosevelt, que na "mitologia liberal" é exaltado como "homem do povo" e "defensor incansável do 'New Deal'", demonstrou ser, de fato, um representante que

compreendeu com bastante clareza o novo dinamismo do capital. O autor destaca seu "papel pioneiro de elaborar a estratégia global e de habilmente lançar as fundações práticas do neocolonialismo". Essa nova orientação de caráter global se efetivou de duas formas: por um lado, foi posta em prática mediante "a exploração plena de todos os territórios ocultos do 'colonialismo interno'", daí a efetivação do "*New Deal*" e o investimento numa economia de consumo em expansão mais segura; por outro lado, para garantir e proteger "a expansão contínua da base econômica doméstica", foi preciso colocar em ação "a remoção cruel de todas as 'barreiras artificiais' do colonialismo passado (e do capitalismo protecionista subdesenvolvido correspondente)".

Tais iniciativas foram decisivas para a construção "de uma nova orientação verdadeiramente *global*". A nova fase, fortemente marcada pelo desenvolvimento do neocolonialismo, surgiu a partir da necessidade de se dar continuidade ao avanço produtivo impulsionado durante e após a Primeira Guerra Mundial. Foi com esse objetivo que a nova estratégia global, não perdendo de vista o desenvolvimento dos Estados Unidos, deu prioridade à exploração, sem limites, de todos os territórios do "colonialismo interno" que ainda não tinham sido explorados. Daí a defesa do "*New Deal*" de uma economia voltada ao consumo em expansão (MÉSZÁROS, 2002, p. 804, grifos do autor).

Contudo, apesar de toda a confiança de Roosevelt no sucesso da "nova ordem mundial", o dinamismo econômico e o novo avanço produtivo a ele inerente só puderam ocorrer por meio das condições criadas pela Segunda Guerra Mundial e pelo aparecimento e a dominação imposta pelo complexo industrial-militar.

Mészáros (2002, p. 671) explica que após a crise mundial de 1929-33 várias tentativas, sem sucesso, foram postas em prática para tentar "lidar com os problemas da superprodução de modo menos perdulário". A tentativa de enfrentar essa questão na produção militar surgiu somente após a Segunda Guerra Mundial.

O complexo militar-industrial<sup>50</sup>, tendo patrocínio e suporte institucional do Estado, surgiu como "o instrumento disposto e capaz de romper o nó górdio de como combinar a máxima expansão possível com a taxa de utilização mínima", pois ele se apresentou como o instrumento capaz de conciliar a expansão da produção com a taxa mínima de utilização. Ele tanto auxiliou o capital a deslocar suas principais contradições, como também realizou operações rentáveis numa escala quantitativamente maior que nos demais estágios do desenvolvimento capitalista.

Voltemos à discussão sobre o capital norte-americano. Mészáros (2002) explica que os Estados Unidos dominaram completamente todos esses desenvolvimentos, obtendo para si a vantagem de que os seus enormes *déficits* orçamentário eram pagos pelo resto do mundo. Entretanto, a hegemonia econômica do capital norte-americano não impediu que o progresso propiciado por aqueles desenvolvimentos se estendesse e beneficiasse o "capital social total", ou seja, o sistema do capital como um todo e, desse modo, o impulsionasse para a expansão e a dominação global.

Não se pode negar que a dominação econômica e política dos Estados Unidos provocou a derrota de vários países, porém a desintegração econômica sofrida foi apenas temporária. Passado o primeiro momento de desequilíbrio, tais países se ergueram mais fortes do que antes, como comprovam os "milagres" alemão e japonês. Já no caso do capital britânico, as consequências do monopólio dos Estados Unidos foram muito mais severas, pois envolveram também a luta do capital norte-americano pela dissolução do Império Britânico. Mesmo assim, observa Mészáros (2002), a reestruturação de todas essas economias nacionais foi impulsionada pelo desafio imposto pelo capital norte-americano. Na verdade, essas transformações globais proporcionaram

---

<sup>50</sup> Segundo Mészáros (2002, p. 688), "o complexo militar-industrial remove com sucesso as restrições tradicionais do círculo de consumo definido pelas limitações do apetite dos consumidores. Nesse aspecto, ele corta o nó górdio altamente intrincado do capitalismo 'avançado' ao reestruturar o conjunto da produção e do consumo de maneira a remover, para todos os efeitos e propósitos, a necessidade do consumo real".

uma significativa *racionalização do capital global e o estabelecimento de uma estrutura de relações financeiras e econômicas* com o Estado que foi, em geral, muito mais adequada ao deslocamento das contradições do que a estrutura anteriormente existente". (MÉSZÁROS, 2002, p. 805, grifos do autor).

De acordo com Mézáros (2002, p. 806), externamente, a crise de 1929-33 propiciou a passagem do imperialismo multicentrado, que intervinha militar e politicamente, para um sistema de dominação global que, "sob a hegemonia norte-americana, se torna muito mais dinâmico e economicamente muito mais viável e integrado". Ela implementou o Sistema Monetário Internacional e outros organismos para regulamentar, de forma mais racional, as relações intercapitais; gerou a exportação de capitais em larga escala, possibilitando a transferência de taxas de lucro para os países imperialistas e, ao mesmo tempo, aumentou a dependência e a subordinação dos países subdesenvolvidos; e tornou possível a incorporação, embora paulatina e em graus variados, "das economias de todas as sociedades pós-capitalistas na estrutura de intercâmbios capitalistas".

O sucesso do capital no plano interno pode ser creditado a vários fatores: 1) à expansão do capital privado mediante a utilização de diversas formas de intervenção estatal; 2) à transferência de indústrias privadas falidas, consideradas fundamentais para o desenvolvimento expansivo do capital, para a esfera estatal. Tais empresas, depois de serem recuperadas com o auxílio financeiro do Estado e voltarem a ser altamente lucrativas, eram transformadas em monopólios ou quase monopólios privados; 3) ao desenvolvimento e implementação de uma economia de "pleno emprego" mantida durante a Segunda Guerra Mundial e no período pós-guerra em alguns países desenvolvidos; 4) à ampla abertura de novos mercados e ramos de produção para atender às necessidades da "economia de consumo" e, desse modo, sustentar os padrões "extremamente perdulários de consumo" criados pelo capital; 5) e, por fim, ao "estabelecimento de um imenso 'complexo industrial/militar'" que se tornou o controlador e o beneficiário mais importante da intervenção estatal, sendo o seu desenvolvimento o responsável pelo "isolamento de bem mais de um terço da economia das desconfortáveis flutuações e incertezas do mercado" (MÉSZÁROS, 2002, p. 806).



Segundo Mészáros (2002, p. 807), apesar de esses empreendimentos serem, sem dúvidas, altamente problemáticos, não se pode esquecer que eles contribuíram decisivamente para a autoexpansão dinâmica do capital<sup>51</sup>. O autor observa que no que se refere às duas grandes Guerras Mundiais vale enfatizar que elas foram resultado de uma "disputa de conflitos por meio do choque de interesses antagônicos" e desempenharam, de fato, um papel fundamental para o desenvolvimento do sistema do capital. Elas serviram para este último como "uma válvula de segurança", auxiliando-o a "realinhar a relação de forças", ao tempo que criava "as condições sob as quais a dinâmica expansionista do sistema poderia ser renovada por um período determinado". Entretanto, apesar de toda a sua contribuição para o desenvolvimento expansionista do capital, as duas guerras globais do sistema capitalista (Primeira e Segunda Guerra Mundial) foram incapazes de "oferecer o espaço vital necessário para a expansão econômica tranquila baseada no desenvolvimento pacífico" (MÉSZÁROS, 2002, p. 333).

Mészáros (2002, p. 793) acrescenta que embora o sistema capitalista tivesse experimentado uma "Grande Crise Econômica" que durou de 1929 a 1933, e apesar de essa crise ter trazido vários problemas sociais e econômicos para os trabalhadores e para o próprio sistema capitalista, este não teve de "enfrentar uma importante confrontação hegemônica com as forças socialistas". Para o autor, isso se explica pelo fato de que,

---

<sup>51</sup> No entanto, deve-se ressaltar que a crise estrutural do capital, que surgiu na década de 1970, vem operando uma reversão completa dessas tendências desenvolvidas na fase de expansão do capital. Isso fica bastante evidente com o aparecimento de novos fenômenos, que vão da tendência "a um novo policentrismo (pense-se no Japão e na Alemanha, por exemplo), com conseqüências potencialmente incalculáveis, a um persistente desemprego de massa (e suas implicações óbvias para a economia de consumo) e à desintegração ameaçadora do sistema monetário internacional e seus corolários" (MÉSZÁROS, 2002, p. 807).

por maior que fosse a crise, ela estava longe de ser uma crise estrutural, ao deixar um grande número de opções abertas para a sobrevivência continuada do capital, bem como para sua recuperação e sua reconstituição mais forte do que nunca em uma base economicamente mais saudável e mais ampla. (MÉSZÁROS, 2002, p. 793).

O fato de os países capitalistas avançados concederem vantagens materiais a seus trabalhadores não alterou em nada a posição destes últimos nas relações exploradoras de classe mantidas pelo sistema do capital. Para Mézáros (2002, p. 44), a questão mais importante, e que não pode deixar de ser analisada, continua a ser

a subordinação estrutural do trabalho ao capital, e não o padrão de vida relativamente mais elevado dos trabalhadores nos países capitalistas privilegiados. Tais privilégios relativos podem facilmente desaparecer em meio a uma grande crise e ao desemprego crescente, como o que hoje experimentamos.

Essa ressalva é importante porque, como explica o autor, até mesmo a manutenção dos ganhos da previdência básica fica comprometida quando há algum bloqueio na acumulação expansiva do capital. Isso ocorre porque a melhoria das condições materiais de existência da classe trabalhadora não é apenas altamente seletiva, mas também

estritamente conjuntural (pois depende do funcionamento tranqüilo do sistema capitalista) e [está] sujeita às limitações que necessariamente se originam da posição relativa de um determinado país "avançado" dentro do sistema hierárquico global do neoimperialismo. (MÉSZÁROS, 2004, p. 430, grifos do autor).

Faz-se necessário enfatizar que ao longo do desenvolvimento capitalista garantias materiais significativas para a classe trabalhadora só foram permitidas nas fases de expansão do capital. Elas estavam restritas à margem de concessão do sistema e, nesse sentido, "podiam ser positivamente transformadas em vantagens" para ele, com a ressalva de que por mais que os líderes reformistas social-democratas insistissem, tais conquistas de modo algum poderiam servir como mediação para a passagem gradual ao socialismo; "devido à sua própria natureza, eram apenas *concessões conjunturais* realizadas sob condições favoráveis ao próprio capital e somente na qualidade de 'glória reflexa' eram proveitosas também

para o trabalho". Ou seja: em certos momentos do desenvolvimento capitalista, algumas demandas do movimento do trabalho – aquelas compatíveis com os limites do sistema e que auxiliariam a sua expansão dinâmica acumuladora – são atendidas pelo capital e transformadas em ganhos materiais para os trabalhadores (MÉSZÁROS, 2002, p. 844, grifos do autor).

O problema é que, como tais garantias dependem do progresso contínuo da acumulação do capital, qualquer bloqueio na expansão dinâmica do sistema acaba por colocar em risco a permanência dessas vantagens. Como veremos no próximo capítulo, foi justamente esse bloqueio que deu origem à crise estrutural do capital em 1970. Desde o surgimento dessa crise as conquistas obtidas pelo trabalho no período de expansão imperialista do capital vêm sofrendo ataques cada vez mais intensos.



## CAPÍTULO IV

### **CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, CRISE DA SOCIAL-DEMOCRACIA OCIDENTAL E A ALTERNATIVA SOCIALISTA**

A investigação sobre a base material do reformismo em sua gênese e as razões pelas quais a estratégia reformista foi introduzida no movimento do trabalho durante a fase de expansão imperialista é essencial para compreendermos como o esgotamento da fase expansionista do capital trouxe à tona também a crise da social-democracia. Se em seu período de expansão imperialista, o capital, dada a obtenção de altas taxas de lucro, pôde conceder algumas vantagens materiais para certos setores da classe trabalhadora dos países avançados, com o surgimento da crise estrutural, devido ao bloqueio de sua expansão dinâmica, o processo tem sido o inverso: o capital vem não somente reduzindo as chances de o movimento da classe trabalhadora obter novas vantagens materiais, como também impondo que as concessões feitas por ele na fase do desenvolvimento capitalista anterior sejam gradativamente retiradas dos trabalhadores.

Assim, para Mészáros (2002, p. 844), sob as condições atuais, sendo a base material não mais favorável à concessão de novas vantagens materiais para os trabalhadores, "não apenas novos

ganhos defensivos do trabalho estão fora de questão, como muitas das concessões do passado devem ser gradualmente extorquidas". O autor não desconsidera as possibilidades que o capital possui de atenuar as manifestações da crise na sociedade, no entanto, enfatiza que o capital só consegue fazer isso criando problemas cada vez maiores, como é o caso das mudanças econômicas, políticas e sociais implantadas no sistema do capital a partir da década de 1970 e, no Brasil, mais acentuadamente nos anos 1990, com a consolidação do projeto neoliberal no país. Mais uma vez chamamos a atenção para a gravidade desses problemas e para a necessidade de compreendermos suas causas mais profundas.

#### **4.1 Crise estrutural do capital**

As contradições produzidas pelo sistema do capital na sua fase de expansão imperialista, ao se associarem à própria forma perdulária como ele opera objetivamente, trazem à tona a impossibilidade de sustentar indefinidamente seu desenvolvimento produtivo. Essa impossibilidade objetiva se revela de forma explícita na crise da autoexpansão capitalista do valor de troca. Quando essa crise se apresenta no horizonte da história, uma avaliação das reais condições viáveis para o sucesso de uma alternativa socialista ao sistema socio-reprodutivo, junto com todas as suas contradições, deve ser elaborada, tendo como premissa fundamental desafiar a modalidade de expansão da riqueza autorreprodutiva do capital, que é incapaz de apresentar qualquer possibilidade de resolução dos problemas gerados por sua própria forma de expansão.

Enquanto o capital pôde oferecer vantagens materiais para o movimento operário e conseguiu fazer com que esse movimento adequasse suas demandas reivindicatórias às garantias possíveis de ser incorporadas às necessidades da expansão e acumulação capitalista, a legitimidade da ordem social estabelecida não foi desafiada pelo trabalho. No entanto, essa situação se modificou a partir de 1970, com o surgimento da crise estrutural do capital.

Para Mészáros (2002, p. 796), no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial quase não se fazia referência às crises capitalistas. O motivo disso era, por um lado, a atuação eficaz da maquinaria responsável por deslocar as contradições que vinham

surgindo na fase expansiva do capital e, por outro, a mistificação ideológica que alimentava e difundia ideias como a "integração da classe trabalhadora" e o "triunfo do capitalismo".

O autor assinala que para se entender o significado e a novidade histórica da crise que se iniciou na década de 1970, que ele caracteriza como uma crise estrutural do capital, é preciso investigar os acontecimentos econômicos, políticos e sociais que marcaram de forma ponderável o século XX.

Para o autor, o fato de o capital estar em crise não é um dado novo na história do sistema capitalista, pois as crises fazem parte do seu processo de desenvolvimento, auxiliando-o a ultrapassar as barreiras imediatas e estender de forma dinâmica "sua esfera de operação e dominação" (MÉSZÁROS, 2002, p. 795).

Desse modo, no que se refere à crise cíclica de 1929-33, vale ressaltar que ela estava relacionada aos limites imediatos do sistema. Quando os limites são imediatos, eles podem ser ampliados de três formas: 1) modificando apenas algumas partes de um determinado complexo; 2) modificando totalmente o sistema que sustenta os subcomplexos; ou 3) alterando substancialmente a relação estabelecida entre o complexo global e os seus subcomplexos.

No tocante ao desenvolvimento histórico do sistema estabelecido, vale destacar que suas três dimensões fundamentais – produção, consumo e circulação/distribuição/realização – foram, durante um longo espaço de tempo, estruturando-se e se reproduzindo dinamicamente. A interação que se estabeleceu entre essas três dimensões tornou possível superar as limitações imediatas de cada uma delas. De acordo com Mézáros (2002, p. 798), isso permitiu que ao surgir uma barreira na esfera da produção, esta logo pudesse ser "positivamente superada pela expansão do consumo e vice-versa". Nesse mecanismo,

os limites parecem verdadeiramente ser meras barreiras a serem transcendidas, e as contradições imediatas não são apenas deslocadas, mas diretamente utilizadas como alavancas para o aumento exponencial no poder aparentemente ilimitado de autopropulsão do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p.798).

Nesse sentido, pode-se considerar que enquanto esse mecanismo essencial para a autoexpansão do capital estiver funcionando e, portanto, permitindo o deslocamento interno das

contradições, não há como se desenvolver uma crise estrutural. O máximo que poderia ocorrer é o aparecimento de crises de duração, frequência e consequências diferenciadas, que atingiriam diretamente uma daquelas três dimensões, mas não atuariam os *limites últimos* da estrutura global. Essa estrutura apenas seria comprometida, de alguma forma, durante o tempo em que os obstáculos persistissem (MÉSZÁROS, 2002, p. 798).

De fato, quando as contradições são parciais, não importa a sua severidade, elas podem, como foi a crise de 1929-33, ser deslocadas "dentro dos *limites últimos ou estruturais* do sistema" (MÉSZÁROS, 2002, p.797), assim como

neutralizadas, assimiladas, anuladas pelas forças ou tendências contrárias, que podem até mesmo ser transformadas em força que ativamente sustenta o sistema em questão. (MÉSZÁROS, 2002, p. 797).

Os limites últimos ou absolutos de um sistema de reprodução sociometabólico são aqueles limites que só podem ser transcendidos com a mudança do modo de controle estabelecido para outro "qualitativamente diferente" (MÉSZÁROS, 2002, p. 216). Como enfatiza o autor, eles

são ativados sempre que os antagonismos cada vez mais sérios dos intercâmbios globais materiais e políticos exigem soluções verdadeiramente positivas, mas o modo profundamente arraigado de controle sociometabólico do capital é estruturalmente incapaz de oferecê-las. (MÉSZÁROS, 2002, p. 245).

O autor explica que tais limites "são absolutos apenas para o sistema do capital, devido às determinações mais profundas de seu modo de controle sociometabólico" (MÉSZÁROS, 2002, p. 220). Essa ressalva é importante porque poderíamos pensar que sendo tais limites absolutos não haveria possibilidade de transcendê-los. Isso é totalmente contrário à interpretação de Mészáros; para ele,

a capacidade de enfrentar, de maneira sustentável, o desafio histórico absoluto que resultou das perversas contingências e contradições do sistema do capital constitui paradoxalmente a medida da plausibilidade de *qualquer* alternativa sociometabólica à ordem dominante. (MÉSZÁROS, 2002, p. 220, grifo do autor).

Quanto à crise estrutural que, segundo o autor, ativou os limites absolutos do capital, faz-se necessário observar que ela



"afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos" (MÉSZÁROS, 2002, p. 797). Ela, ao contrário das crises cíclicas, emana daquelas três dimensões internas do capital mencionadas anteriormente (produção, consumo, circulação/distribuição/realização). No entanto,

as disfunções de cada uma, consideradas separadamente, devem ser distinguidas da crise fundamental do todo, que consiste no *bloqueio sistemático* das partes constituintes vitais. (MÉSZÁROS, 2002, p.798-9).

Essa distinção é de fundamental importância, pois considerando o peso das interconexões objetivas e das determinações recíprocas do sistema do capital, se poderia inferir que qualquer bloqueio temporário de uma daquelas três dimensões, que realmente afetasse o funcionamento da estrutura global do sistema, seria já uma manifestação explícita de uma crise estrutural.

Para Mézáros (2002, p. 799), com o surgimento da crise estrutural as três dimensões internas da autoexpansão do capital vêm demonstrando disfunções cada vez mais graves. Isso indica não apenas que o processo normal de crescimento é interrompido, mas que existe "uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema".

As dimensões internas, bem como as condições inerentes à autoexpansão do capital, não se constituíram sem problemas. Desde o início elas se apresentaram como uma unidade contraditória, pois, dado o funcionamento do complexo global, uma tinha de ser subordinada à outra. O que permitiu a sustentação desse mecanismo durante toda a fase de expansão do capital foi o fato de que

enquanto a reprodução ampliada de cada uma pudesse continuar imperturbada (...) não só cada uma das dimensões internas contraditórias poderia ser fortalecida separadamente como elas também poderiam funcionar em uma harmonia 'contrapontual'. (MÉSZÁROS, 2002, p. 799).

Essa situação, no entanto, alterou-se radicalmente quando os interesses das três dimensões internas do capital deixaram de coincidir entre si. Com isso, as disfunções antagônicas, antes

absorvidas ou dissipadas, tornaram-se cumulativas, estruturais, trazendo consigo o bloqueio do complexo mecanismo de deslocamento das contradições. O autor ressalta que o capital é incapaz de resolver suas próprias contradições; o máximo que ele consegue fazer é "intensificá-las, transferi-las quando possível para um nível mais elevado, deslocá-las para um plano diferente, suprimi-las quando possível, e quando elas não puderem mais ser suprimidas, exportá-las para uma esfera ou um país diferente". É por isso que o bloqueio, quer seja do deslocamento, quer seja da exportação das contradições, torna-se um problema potencialmente explosivo na situação de crise atual (MÉSZÁROS, 2002, p. 800).

Mészáros (2002, p. 796, grifos nossos) observa que, em primeiro lugar, a crise estrutural se caracteriza por ter uma *dimensão universal*, ou seja, não atinge apenas uma esfera particular da economia, nem apenas um ramo específico da produção, mas a estrutura global do sistema. Em segundo lugar, a sua expansão é global, e não limitada a um número determinado de países, como foram as crises anteriores. Em terceiro lugar, no que se refere à escala temporal, pode-se afirmar que, ao contrário das crises cíclicas do passado, a crise estrutural é contínua, permanente. Em quarto lugar, "seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*", no entanto, isto não descarta a existência "de convulsões mais veementes ou violentas" quando finalmente "a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na 'administração da crise' e no 'deslocamento' mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia".

Diferentemente da época de Marx, nessa fase histórica inaugurada pela crise estrutural, o capital descobriu a capacidade de evitar as grandes tempestades, substituindo-as por "precipitações de frequência e intensidade crescentes por todos os lugares" (MÉSZÁROS, 2002, p.697). No entanto, a ausência de grandes tempestades não pode ser interpretada como um desenvolvimento tranquilo, pelo contrário, esse período é representado por

um *continuum depressivo*, que exhibe as características de uma crise *cumulativa*, *endêmica*, mais ou menos *permanente* e *crônica*, com a perspectiva última de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda e acentuada. (MÉSZÁROS, 2002, p. 697, grifos do autor).

Mészáros assinala que a crise estrutural do capital trouxe à tona a insuficiência decrescente e crônica do método de extração do trabalho excedente tão exaltado pelos ideólogos burgueses como o mais bem-sucedido e mais eficiente que todos os métodos postos em prática nos modos de produções anteriores, pois a fase inaugurada pela crise estrutural "ameaça privar" o sistema do capital da principal razão da sua existência: a maior extração possível do trabalho excedente. E o que é mais grave: a forma como o capital analisa os problemas reproduzidos em sua base objetiva de reprodução impede que ele realize uma "avaliação racional dos riscos históricos que se apresentam para as condições da própria sobrevivência humana" (MÉSZÁROS, 2002, p. 217).

Para o autor, a extrapolação das condições elementares da reprodução sociometabólica, que demonstra suas consequências perigosamente destrutivas após o fim da fase de expansão do capital, revela-se como uma das formas de intensificação da contradição entre a inevitável socialização da produção e o controle hierárquico desta por parte das personificações do capital. No desenvolvimento histórico do sistema estabelecido, a expansão sempre crescente das operações do capital contribuía de forma decisiva para deslocar as contradições inerentes a essa ordem socio-reprodutiva através da

abertura de novas rotas de suprimento de recursos humanos e materiais, além de criar as necessidades de consumo determinadas pela continuidade da auto-sustentação, em escala cada vez maior, do sistema de reprodução. (MÉSZÁROS, 2002, p.257).

Contudo, segundo o autor, em determinada fase desse desenvolvimento, as vantagens produtivas alcançadas com a criação de novas necessidades sociais e a transferência das condições da produção industrial para a esfera da troca global transformaram-se em problemas para o sistema do capital.

Um dos fatores que contribuíram diretamente para o desencadeamento desses problemas nessa nova fase histórica foi a contradição existente entre a necessidade das empresas de, em seu impulso irrestringível para a expansão, "aumentar constantemente sua escala de operação", sem se preocupar com as consequências negativas que surgem desse processo, e a necessidade real, posta com o fim da fase de expansão do capital, de se impor "*restrição*

*racional e correspondente controle racional dos recursos humanos e materiais globais*" (MÉSZÁROS, 2002, p. 258, grifos do autor).

Conforme constata Mészáros (2002), essa é uma contradição insolúvel enquanto se mantiver a atual forma de controle sociometabólico, pois, como vimos no primeiro capítulo, para se reproduzir, o capital precisa aperfeiçoar cada vez mais sua racionalidade e eficácia parcial, ou seja, seu impulso expansionista, sem se preocupar com o impacto devastador de sua intervenção. E as empresas, como unidades econômicas particulares do sistema, para que se mantenham produtivas e prosperem, devem seguir à risca essa determinação objetiva do sistema. É isso que agrava ainda mais o problema, pois

*quanto mais bem-sucedidas* forem as empresas particulares (...) *tanto piores* serão as perspectivas de sobrevivência da humanidade nas condições prevaletentes. (MÉSZÁROS, 2002, p. 259, grifos do autor).

Para Mészáros (2002, p. 259), esse problema assume um caráter destrutivo e preocupante porque, como o autor já assinalou anteriormente, "o impulso expansionista cego do sistema do capital é incorrigível", já que "não pode renunciar à sua própria natureza e adotar práticas produtivas compatíveis com a necessidade de restrição racional em escala global". Desse modo, não podendo mais encontrar novos territórios para estender seus domínios e não encontrando mais para onde "exportar" suas contradições, o sistema do capital acaba por ativar seus limites últimos ou absolutos e adentra numa crise estrutural sem precedentes na história.

No que se refere ao problema do desemprego crônico, um dos limites absolutos do capital, Mészáros (2002, p. 332) explica que durante um longo período do desenvolvimento histórico do sistema do capital, a ameaça do desemprego crônico permanecia apenas latente. Enquanto a expansão lucrativa do capital se desenvolvesse sem muitos problemas, e as contradições e os antagonismos internos do sistema fossem deslocados, o aumento do desemprego poderia ser apresentado pelos defensores da ordem do capital como um problema temporário, que seria ajustado no devido tempo pelas "leis naturais".

No entanto, o argumento acima é posto em questão assim que os deslocamentos expansionistas e a acumulação "tranquila" do capital são interrompidos, desencadeando as condições necessárias

para a eclosão de uma crise estrutural de dimensões potencialmente devastadoras. Isso acontece porque, nessa fase, as contradições crescentes do sistema não poderão mais ser "exportadas por meio de uma confrontação militar maciça como a experimentada em duas guerras mundiais", ou seja, elas não poderão mais "ser dissipadas internamente pela mobilização de recursos humanos e materiais da sociedade para se preparar para uma guerra próxima" (MÉSZÁROS, 2002, p. 332). Portanto, nessa nova conjuntura histórica iniciada com a crise estrutural do capital, quando os deslocamentos passados já não são mais possíveis, o desemprego em massa passa, de fato, a ser uma ameaça para a manutenção do sistema do capital. Segundo o autor,

uma coisa [é] imaginar o alívio ou a remoção do impacto negativo do desemprego em massa de um, ou mesmo mais de um, país particular – mediante a transferência de sua carga para alguma outra parte do mundo, ao "melhorar a posição competitiva" do país ou dos países em questão: um remédio tradicional nos textos, de que até hoje se ouve falar. Entretanto, outra coisa completamente diferente é sonhar com essa solução quando a doença afeta todo o sistema, estabelecendo um limite óbvio ao que um país pode fazer para "mendigar ao vizinho" ou mesmo ao resto do mundo, caso se trate do país hegemônico mais poderoso, caso dos Estados Unidos no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Sob essas circunstâncias, ativa-se a "explosão populacional", sob a forma de *desemprego crônico*, como um limite absoluto do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 333, grifos do autor).

É por isso que o autor considera o desemprego crônico, hoje, como uma das tendências mais explosivas dessa época histórica de crise. Ele tende a "produzir *dinamite social* dentro da estrutura do sistema do capital". Isto acontece porque o desemprego "sempre crescente mina a estabilidade social", trazendo consequências negativas para a reprodução do sistema, como o aumento da taxa de criminalidade, entre os jovens principalmente, e "o perigo de graves agitações sociais" (MÉSZÁROS, 2002, p. 341, 343, grifo do autor).

Para o autor, o aumento avassalador do desemprego e o rebaixamento do padrão de vida da força de trabalho já vinham se manifestando em períodos anteriores à eclosão da crise estrutural do capital. Porém, com o surgimento dessa crise as personificações do capital, inclusive as dos países capitalistas avançados, têm apresentado esses problemas como justificativa para a retirada cada

vez maior de vantagens materiais obtidas pelos trabalhadores em épocas passadas. Se antes tais países poderiam deslocar os problemas e contradições do sistema para outras esferas e países e proteger suas economias, com o bloqueio da expansão dinâmica do capital tais deslocamentos estão sendo cada vez mais reduzidos (MÉSZÁROS, 2002, p. 339-340).

O autor enfatiza que não se pode esquecer que as contradições do sistema do capital se combinam e se aguçam com a ativação dos limites absolutos. É por isso que o desemprego crônico contribui para intensificar ainda mais "as tensões internas disruptivas do modo dominante de reprodução sociometabólica em *todos* os planos e em *todos* os países". Além disso, é o próprio impulso inexorável do capital para a expansão e o lucro que leva o sistema a reduzir cada vez mais o tempo de trabalho necessário à produção das mercadorias. O problema é que ao fazer isso uma parte considerável dos trabalhadores é transformada em "*força de trabalho crescentemente supérflua*" (MÉSZÁROS, 2002, p. 341, grifos do autor).

O problema do desemprego não atinge apenas os países subdesenvolvidos; a expulsão do processo produtivo de um número cada vez maior de trabalhadores é uma realidade já presente nos países capitalistas avançados. E o que vem sendo realizado como forma de enfrentamento desse problema não tem contribuído para reduzir os índices alarmantes de pessoas desempregadas: os governos de vários países, sob o falso argumento de que estão preocupados com a redução do desemprego, têm doado ou emprestado dinheiro para várias empresas em crise, como forma de impedir que elas demitam seus empregados. No entanto, apesar de receber tal ajuda, tais empresas continuam tendo de demitir mais e mais trabalhadores.

Desse modo, como pudemos constatar, nessa nova época histórica inaugurada pela crise estrutural, as contradições do sistema do capital tendem a intensificar, e não a reduzir os antagonismos existentes. A resolução dessas contradições exige intervenções na estrutura global do sistema, e é aqui que reside o maior problema: a severidade da crise se acentua justamente pelo fato de a intervenção sobre ela estar confinada à esfera dos efeitos, não atacando a causa que realmente provoca e agrava as contradições presentes nessa nova época histórica (MÉSZÁROS, 2002, p. 808).

Dada a estreita relação entre a estrutura socioeconômica e o Estado político, era inevitável que a crise estrutural do capital não se estendesse também às instituições políticas do sistema capitalista. Essa nova época histórica de crise estrutural tem exigido dessas instituições novas "garantias políticas", agora muito mais poderosas que antes. O problema é que tais garantias não podem mais ser asseguradas pelo Estado. O desaparecimento do Estado de bem-estar revelou, com bastante clareza, que "*a crise estrutural de todas as instituições políticas*" já vem se estendendo desde o fim da fase expansiva do capital. Segundo o autor, faz-se necessário enfatizar que a crise estrutural do capital não se esgota na crise das instituições políticas; pelo contrário, ela reverbera por todos os espectros da sociedade, expressando-se como "uma verdadeira *crise de dominação* em geral" e afetando todas as esferas de atividades, bem como a totalidade das relações humanas (MÉSZÁROS, 2002, p. 800, grifos do autor).

Como lembra Mézáros, a busca do sistema para "tomar o controle da incontrollabilidade" se expressou, ao longo do século XX, numa alteração na forma de intervir nos desenvolvimentos econômicos. Se na fase de ascensão do capital predominavam as determinações econômicas, a tendência durante aquele século foi aumentar cada vez as intervenções políticas. As transformações pós-capitalistas, as estratégias keynesianas e o *New Deal* de Roosevelt são citados pelo autor como formas de intervenção do Estado que se apresentaram em realidades muito diferentes, num esforço infrutífero das instâncias políticas para resolver o problema do desemprego.

Como vimos, o século XX foi fortemente marcado pelo crescimento das forças e procedimentos "extraeconômicos", que eram, na época de ascensão histórica do sistema capitalista, estranhos à natureza do capital. Quando irrompeu a crise estrutural do capital na década de 1970, os representantes da "direita radical" abandonaram a forma keynesiana de intervenção estatal<sup>52</sup>. Mas o que eles demoraram a perceber foi que essa nova fase exigiria do Estado capitalista uma intervenção nos processos

---

<sup>52</sup> De acordo com Mézáros (2002, p. 822), "a forma keynesiana da intervenção consensual do Estado capitalista" vigorou durante "um quarto de século depois da Segunda Guerra Mundial".

socioeconômicos tão grandiosa quanto a do período anterior; a única novidade era que,

adicionada à generosa ajuda ao big business – desde enormes incentivos fiscais até práticas corruptas de "privatização", desde abundantes fundos de pesquisa (especialmente em proveito do complexo militar-industrial) à facilitação mais ou menos aberta da tendência ao monopólio –, a "direita radical" precisou impor também uma série inteira de leis repressivas sobre o movimento dos trabalhadores. (MÉSZÁROS, 2002, p. 822, grifos do autor).

Essas leis repressivas não foram impostas de uma só vez, mas introduzidas paulatinamente pelos "parlamentos democráticos" até chegar ao ponto de o estreitamento da margem de acumulação do capital, consequência direta do agravamento da crise estrutural, exigir até mesmo a negação dos ganhos defensivos obtidos pela classe trabalhadora no período anterior. É por isso que a luta política e a crítica radical do Estado e das suas "instituições democráticas", em especial o Parlamento, são tão importantes para as perspectivas da emancipação do trabalho. Pois, nessa fase histórica "de aparente 'encolhimento dos limites do Estado'", o sistema do capital não apenas "esquece miseravelmente a espécie humana", como demonstra também o seu fracasso em continuar sustentando as promessas do Estado liberal-democrático, "com sua representação parlamentar e suas garantias democráticas formais e institucionais de 'justiça e imparcialidade', bem como com suas apregoadas garantias contra o abuso de poder" (MÉSZÁROS, 2002, p. 823).

Mészáros (2002) explica que o estreitamento da margem de acumulação do capital atingiu diretamente as perspectivas do movimento dos trabalhadores em escala global. Ele não apenas trouxe a deterioração do padrão de vida da força de trabalho, inserida no processo produtivo, e aumentou consideravelmente o número de desempregados e subempregados, mas, mediante a implementação, pelo Parlamento, de leis repressivas impostas ao trabalho, limitou significativamente a ação autodefensiva do movimento da classe trabalhadora.

Além disso, duas considerações importantes devem ser feitas. A primeira é que a subordinação da classe trabalhadora às determinações impostas pela estrutura parlamentar, nessa época histórica de agravamento da crise estrutural do capital, tem deixado



o trabalho ainda mais vulnerável aos impactos negativos das modificações ocorridas na estrutura de poder político do capital, diminuindo tanto a sua margem de ação quanto os limitados ganhos materiais do passado. Nesse sentido,

a atual submissão do trabalhismo reformista às forças radicalmente opostas aos interesses da classe trabalhadora demonstra que a fase histórica das estratégias defensivas já se esgotou. Paralelamente à transformação dos tradicionais partidos socialdemocratas e trabalhistas em mansos defensores da tímida – e, em seus próprios termos de referência, ineficaz – reforma socioeconômica e política do trabalhismo liberal, a socialdemocratização dos partidos comunistas do Ocidente oferece exemplos dolorosamente óbvios da derrota sofrida pela esquerda histórica em razão desses deslocamentos e mudanças no interior dos limites da acomodação parlamentar. (MÉSZÁROS, 2002, p. 842).

A segunda das considerações mencionadas anteriormente é ainda mais grave, pois coloca em xeque a sobrevivência da própria humanidade. Assim, apesar de o agravamento das condições socioeconômicas ter reduzido, significativamente, a implementação das reformas mais limitadas, o capital, como vimos, é incapaz de resolver qualquer uma de suas crises, e com relação à crise atual, nem mesmo os deslocamentos anteriores são mais possíveis. Para o autor, se na fase de expansão imperialista do capital ainda era permitido o deslocamento expansionista de tais contradições, hoje, com a crise estrutural, "as opções do sistema do capital se estreitam em todo o mundo, inclusive na esfera da política e na ação parlamentar corretiva" (MÉSZÁROS, 2002, p. 843).

Mészáros (2002, p. 844) esclarece que os desdobramentos da crise estrutural do capital não vêm somente impedindo que o movimento da classe trabalhadora obtenha novos ganhos materiais, como também impõem que aquelas concessões garantidas no passado sejam, pouco a pouco, eliminadas. A velocidade com que esses ganhos serão retirados do trabalho dependerá fundamentalmente do grau de desestabilização "na continuidade da autorreprodução do capital", ou seja, do agravamento da crise estrutural e da eficácia das respostas temporárias dadas pelo capital aos seus desdobramentos.

Para o autor, é isso que ainda mantém moderada

a tendência à equalização da taxa diferencial de exploração nos países de capitalismo avançado, ao menos enquanto o capital social total dos países envolvidos tiver fôlego para compensar essas concessões por meio da dominação neocolonial sobre áreas do planeta que oferecem ao "capital metropolitano" [...] uma margem de lucro bem mais alta. (MÉSZÁROS, 2002, p. 844).

Mészáros (2002, p. 112) constata que com o fim da fase de expansão do capital e, conseqüentemente, com o surgimento da crise estrutural, surgem duas tendências complementares do desenvolvimento capitalista: 1) a tendência à equalização do índice diferencial de exploração, verificável nas últimas décadas através de um rebaixamento do "padrão de vida do trabalhador nos países capitalistas mais avançados"; e 2) o crescente autoritarismo nos Estados "metropolitanos". Intimamente ligado à primeira tendência, e apresentando-se mesmo como sua consequência mais imediata, o crescente autoritarismo do controle político nos países capitalistas avançados vem provocando um crescente descontentamento com a "política democrática".

#### **4.2 Crise da social-democracia ocidental e os desafios postos ao movimento do trabalho**

A crise estrutural do capital demonstrou praticamente, de acordo com Mészáros (2002, p. 330, grifos do autor), que as formas organizacionais e estratégias utilizadas pelo movimento social-democrata ocidental para "obter *ganhos defensivos* para o trabalho" não foram apenas temporárias e conjunturais, mas totalmente insustentáveis num longo prazo. Foi a expansão global do capital que possibilitou a obtenção daquelas vantagens materiais. Assim, com o seu fim, veio à tona também a real conexão existente entre a expansão do capital e os ganhos materiais obtidos pelos trabalhadores, o que evidencia claramente a inviabilidade objetiva de se "instituir o socialismo por meio de reformas graduais dentro da estrutura do modo estabelecido de reprodução sociometabólica". Isso pode ser comprovado pelo fato de que com o surgimento da crise estrutural, que representa o bloqueio da expansão dinâmica do capital,

não somente deixou de haver espaço para assegurar ganhos substantivos para o trabalho [...] mas também muitas das concessões

anteriores tiveram de ser arrancadas, tanto em termos econômicos como no domínio da legislação. (MÉSZÁROS, 2002, p. 330).

Segundo Mészáros (2004, p. 424), a crise estrutural que atinge os principais países europeus "apresenta novos problemas e novos desafios ao capital, em circunstâncias nas quais a margem de manobra está diminuindo ao mesmo tempo que as contradições se intensificam". Quanto mais a crise se agrava, mais as atribuições tradicionais da social-democracia ocidental, de "administrar o sistema em nome do capital" e conter os conflitos que surgem na sociedade dentro dos limites permitidos pela ordem do capital, evidenciam sua ineficácia como estratégia de luta.

A tese de Mészáros é a de que o surgimento da crise estrutural do capital no início da década de 1970 trouxe à tona a inviabilidade objetiva das estratégias utilizadas pela social-democracia para atenuar o conflito capital/trabalho. A eclosão dessa crise expôs as contradições imanentes à proposta de conciliação dos antagonismos de classe entre capital e trabalho e de adaptação "às estratégias do parlamentarismo reformista". É por isso que o autor afirma que "a crise estrutural do capital é simultânea e inseparável da crise da socialdemocracia ocidental". Nessa nova conjuntura econômica e política, a luta de classes ressurgiu com força ainda maior, recusando-se a "ir embora e, portanto, a se adaptar às estratégias do parlamentarismo reformista" (MÉSZÁROS, 2004, p. 437).

Para Mészáros (2002, p. 24), sob as condições impostas pela crise estrutural, "o capital não teve mais condições de oferecer qualquer ganho significativo" para os trabalhadores. Pelo contrário, "foi obrigado a retomar as concessões passadas", impondo "um conjunto de leis autoritárias contrárias ao movimento sindical, todas aprovadas democraticamente". Nessa nova conjuntura histórica, "a ordem política estabelecida teve de abrir mão de sua legitimidade, expondo, ao mesmo tempo, a inviabilidade da postura defensiva do movimento operário".

Conforme Mészáros (2002, p. 823), a crise global da política que vem atingindo também as democracias parlamentares dos países desenvolvidos é uma consequência direta do agravamento dessa crise. Desse modo, ao invés de se esperar a realização da promessa do "encolhimento dos limites do Estado", o mais

provável é que haja uma imposição ainda maior de políticas regressivas sobre as massas populares.

Segundo o autor:

Quando é concedido aos representantes da esquerda, o título de "grande parlamentar" é usado pelo sistema conservador (com 'e' minúsculo, incluindo a liderança da ala direita do Partido Trabalhista) como uma forma de autocongratulação e autoelogio. Tais personalidades políticas são tidas como "grandes parlamentares" porque, segundo a lenda, "aprenderam a dominar as regras do procedimento parlamentar" e, com a ajuda delas, "continuam a levantar os assuntos desconfortáveis". Entretanto, a verdade realmente desconfortável é que os assuntos assim levantados são invariavelmente ignorados ou declarados "fora da pauta" pelo próprio Parlamento. Dessa forma, os apologistas do sistema parlamentar substancialmente antissocialista podem demonstrar à "opinião pública democrática" que não existe outro caminho para lidar com os problemas da sociedade a não ser por meio da submissão do jogo parlamentar às leis e ao rigoroso cumprimento de seus procedimentos, os quais produzem "grandes parlamentares" também na esquerda política. *Futilidade e marginalização política* são os critérios para ser promovido ao alto posto de "grande parlamentar" na esquerda. Desse modo, alguns deles são admitidos no *hall da fama* para colocar o sistema da democracia parlamentar além e acima de toda "crítica legítima" concebível. (MÉSZÁROS, 2002, p. 823, grifos do autor).

Não importa quão bem intencionado seja o parlamentar e quão radical seja sua proposta; participar do parlamento implica aceitar *a priori* "as regras internas do jogo parlamentar". E o que é mais problemático: a aceitação dessas regras como "a única estrutura legítima da ação política (...) só pode produzir o *autoencarceramento* parlamentar da esquerda" (MÉSZÁROS, 2002, p. 824, grifo do autor).

Na verdade, como vimos, as políticas parlamentares estão protegidas contra toda e qualquer proposta a favor de mudanças radicais na ordem social estabelecida. E a ação interventiva dos partidos que concordam com as regras do jogo parlamentar, quer estejam ou não tais partidos no governo, tem como objetivo estabilizar o sistema do capital. Desse modo, não é estranho o fato de as políticas parlamentares estarem, já há bastante tempo, voltadas a *desproteger* o trabalho (não aberta e formalmente, mas em termos substantivos), de modo a anular os ganhos obtidos pela

instrumentalidade dos partidos e sindicatos anteriores da classe trabalhadora" (MÉSZÁROS, 2002, p. 826, grifo do autor).

Mészáros (2002, p. 826) enfatiza que o papel dos partidos social-democratas nos dias atuais tem se limitado, por um lado, a fortalecer a subordinação do trabalho ao capital e, por outro, a angariar eleitores para legitimar sua posição na disputa com os outros partidos por uma posição de destaque na esfera política parlamentar. O autor frisa que essa capitulação dos partidos social-democratas veio à tona com a Primeira Guerra Mundial, embora, no caso da social-democracia alemã, as pressões da acomodação parlamentar tenham surgido já na época de Marx, particularmente na segunda metade da década de 1870. A diferença entre aquela época e o tempo presente é que antes os partidos social-democratas traçavam objetivos mais amplos e radicais, chegando mesmo a prometer "uma transformação social radical pela implementação de reformas estratégicas". O fato de essa proposta de socialismo gradual não poder se efetivar no sistema do capital não descarta o fato de que antes da crise estrutural o capital ainda podia oferecer ganhos materiais ao trabalho, e isso contribuiu de forma decisiva para a adesão dos trabalhadores às propostas reformistas.

É nesse sentido que a autora enfatiza que o que piora a situação da social-democracia nas novas condições impostas pela crise estrutural é que, ao contrário do período anterior, no qual ela ainda podia prometer a efetivação de reformas sociais para os trabalhadores, agora, "com o fim da ascensão histórica do capital, praticamente inexistente margem de reforma em favor do trabalho", ou seja, com o fim da fase de expansão do capital, as possibilidades de reforma em favor do trabalho desapareceram quase que por completo. O autor assevera que essa realidade não se expressa apenas no Parlamento; todas as instituições do sistema estão envolvidas na tarefa de reduzir a margem de ação do movimento do trabalho (MÉSZÁROS, 2002, p. 826). Assim,

o que seria supostamente uma das principais garantias democráticas – o "Judiciário independente que nada teme" – continua a demonstrar, em toda ocasião possível, capacidade "independente" de impor as leis repressivas do "Parlamento democrático" contra o trabalho, em completa harmonia com os interesses e imperativos da ordem estabelecida. (MÉSZÁROS, 2002, p. 826).

Isso ficou nitidamente comprovado durante a greve de um ano dos mineiros ingleses, em 1984. Porém, o Judiciário não cumpre o seu papel antidemocrático apenas quando surge uma confrontação social dessa dimensão; ele o exerce em toda e qualquer questão importante em que a sua intervenção seja necessária para garantir a reprodução do sistema capitalista. Tudo isso serve para ratificar a tese de que

*a 'separação dos poderes' sob a dominação do capital significa somente uma coisa: a separação institucionalizada e legalmente imposta entre o poder e o trabalho e seu exercício contra os interesses do trabalho.* (MÉSZÁROS, 2002, p.827, grifos do autor).

São, pois, essas determinações essenciais que descartam qualquer possibilidade de se instituir mudanças estruturais relevantes no sistema do capital.

Quanto à inviabilidade objetiva de implementação da estratégia reformista, o autor constata que ela foi ocultada até determinada fase do desenvolvimento capitalista; o que servia de pressuposto para isso era o discurso justificador de que ao longo do tempo as concessões do capital poderiam se ampliar para todos os países. No entanto, de acordo com Mézszáros, o desenvolvimento histórico trouxe à tona a insustentabilidade dessa proposta, uma vez que

o capital atingiu um estágio em que mesmo as antigas "concessões" tiveram de ser anuladas pela ordem imperante, com a ajuda de impiedosa legislação parlamentar (ativamente apoiada pela socialdemocracia reformista), por já não poderem cumprir sua antiga função expansionista. A virtual morte do "Estado de Bem-Estar" até nos países capitalistas mais avançados, em vez de sua prometida difusão por todo o mundo, é testemunha eloquente desse pensamento desalentador. (MÉSZÁROS, 2004, p. 37-8).

Por outro lado, como vimos, nessa nova fase histórica de crise estrutural do capital, a social-democracia abandonou "suas metas reformistas limitadas", adotou "sem reservas a 'economia dinâmica do mercado' do capital" e acabou "transformando-se mais ou menos abertamente numa versão do liberalismo burguês" (MÉSZÁROS, 2002, p. 289).

Um fato que vem agravando ainda mais o problema nessas circunstâncias de acirramento da crise estrutural do capital é que muitos marxistas têm se envolvido com os mais variados tipos de revisões e alianças defensivas, estratégias essas que, dadas as exigências das novas condições objetivas, que impedem que as melhorias parciais produzam resultados positivos e eficazes, demonstram ser, hoje, "claramente desorientadoras". O autor chama a atenção para o que muitos teóricos vêm denominando "crise do marxismo". Para Mézárós (2002, p. 787, grifos nossos), essa "crise" é assinalada pelo fato de que embora o agravamento da crise estrutural do capital venha demandando uma mudança radical nas estratégias de luta da classe trabalhadora, grande parte dos representantes do marxismo insiste em continuar adotando uma *postura defensiva*, isto é, uma estratégia de ação que se defende apenas dos efeitos da exploração capitalista, lutando por reformas sociais possíveis de serem realizadas no sistema capitalista.

Mézárós (2004) entende por "crise do marxismo" a crise que atingiu alguns partidos da classe trabalhadora que antes adotavam a estratégia marxiana. Nesse sentido, o autor afirma que essa crise não é nem da teoria marxiana, nem da sua aplicabilidade na política emancipatória, mas uma crise que se instaurou naqueles partidos, ditos "marxistas", por se desviarem da proposta original de Marx. O autor explica em outra obra que foi essa "crise do marxismo" que provocou "a crise e a quase completa desintegração dos movimentos políticos que outrora professaram sua lealdade à concepção marxiana de socialismo" (MÉSZÁROS, 2002, p. 43).

O que se constata com o desvio desses movimentos da causa da emancipação do trabalho é uma completa desorientação, que não se limita ao campo ideológico, mas que se estende a todas as instituições de luta socialista que surgiram no período da fase de expansão do capital e cuja forma de atuação se situa no campo das lutas defensivas, das lutas que têm como principal objetivo defender-se dos efeitos da exploração capitalista. Para o autor, como a nova fase histórica de crise estrutural traz inevitavelmente

o aumento do confronto social, deve-se esperar que tanto as instituições quanto as estratégias de luta da classe trabalhadora aumentem consideravelmente suas reações defensivas. No entanto, é importante mencionar que pouco o movimento socialista poderá fazer enquanto as estruturas e estratégias defensivas vigentes considerarem "inquestionáveis seus próprios pressupostos" e buscarem "soluções que permanecem ancoradas nas condições da velha, e agora superada, fase histórica" (MÉSZÁROS, 2002, p. 787).

Mészáros (2002, p. 897) chama a atenção para o fato de que, apesar de desalentadoras, essas circunstâncias não podem anular as possibilidades abertas para o movimento do trabalho na atual época histórica de crise estrutural do capital.

A capitulação dos partidos tradicionais da esquerda – que seguiram o beco sem saída da linha de menor resistência durante a maior parte das suas existências – não resolveu uma única contradição do sistema do capital. Pelo contrário, a acomodação cada vez mais comprometedor e a capitulação final, não só do reformismo trabalhista, mas também dos partidos políticos outrora radicais, são a manifestação do aprofundamento das contradições do sistema. Estas contradições reduziram progressivamente e finalmente eliminaram – no interesse da preservação do modo de controle do capital sob as condições da crise estrutural do sistema – a margem de oposição e a conquista de ganhos, ainda que limitados, para o trabalho.

O agravamento da crise estrutural do capital tem levado o capital a aperfeiçoar com frequência os mecanismos de administração dessa crise, o que implica também confrontar e dominar os limites da própria reprodução ampliada, estendendo-os o máximo possível, apesar de suas consequências negativas. Como vimos, uma das consequências mais gritantes do agravamento da crise estrutural do capital foi o aumento avassalador do desemprego. No que se refere à ação dos sindicatos e partidos social-democratas no enfrentamento desse problema, Mészáros (2002, p. 328) constata que,



depois de abandonar até mesmo suas propostas de avanços gradualistas na direção da transformação socialista, todos os partidos social-democratas agora oferecem apenas a manutenção da atividade capitalista, tanto por meio de doações econômicas como graças à estrutura legislativa "adequada" – ou seja, legislação antissindical eficaz – para proteger os empregadores das ações da classe trabalhadora.

Além disso, Mészáros (2002, p. 800) observa que, se em sua época, Marx ainda podia se referir à "grande influência civilizadora do capital", hoje, com o agravamento da crise estrutural, a tendência apontada por ele de que todas as necessidades e aspirações humanas devem estar subordinadas à reprodução ampliada do capital tem se afirmado com uma força irresistível. E a influência civilizadora do capital cessa justamente quando a lógica interna dessa forma de reprodução do capital "encontra seu obstáculo nas necessidades humanas". O autor nos dá um exemplo do poder destrutivo do capital e da negação das necessidades humanas ao escrever que:

Em 1981, o orçamento militar nos Estados Unidos chega a 300 bilhões de dólares (e quem sabe quanto mais além disso, sob vários outros disfarces orçamentários), e isso desafia a compreensão humana. Ao mesmo tempo, os serviços sociais mais elementares são submetidos a duros cortes: uma medida verdadeira do "trabalho civilizador" do capital hoje. Contudo, até mesmo tais somas e cortes estão muito longe de ser suficientes para permitir ao capital seguir imperturbável o seu caminho: uma das provas evidentes da crise de dominação. (MÉSZÁROS, 2002, p. 801).

Por outro lado, seguindo essa mesma lógica perversa, ao tempo que o capital empreende a devastação sistemática da natureza e há a acumulação progressiva do seu poder de destruição, o que revela claramente a lógica perversa do seu desenvolvimento, "ocorre a negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos: o lado esquecido e que sofre as consequências dos trilhões desperdiçados". De acordo com o autor, a crise do sistema de dominação do sistema do capital veio à tona porque tanto a sua razão de ser – a maior extração possível de trabalho excedente – como a sua justificação histórica já não existem mais e tampouco podem ser reinventadas. O absurdo desse sistema de dominação é revelado quando se verifica que ele mantém "milhões de excluídos e famintos, quando

os trilhões desperdiçados poderiam alimentá-los mais de *cinquenta vezes*" (MÉSZÁROS, 2002, p. 801, grifos do autor).

Conforme observa o autor, dada a crise estrutural que estamos vivenciando, nem a deterioração das condições de sobrevivência da humanidade, nem a dependência e subordinação estrutural do trabalho ao capital poderão ser questionados enquanto o movimento do trabalho permanecer adotando uma postura defensiva/reformista. Para questionar essa postura defensiva, o movimento socialista precisa realizar uma reestruturação radical nos instrumentos e na sua ação organizativa; precisa adotar uma postura ofensiva na sua luta contra o capital.

O autor ressalta que as possibilidades objetivas para reverter essa situação foram postas pela crise estrutural do capital. Mas, para que essas possibilidades se transformem em uma realidade concreta, o movimento do trabalho precisa rever e reorientar a estrutura organizacional e as medidas táticas adequadas à realização dos objetivos da transformação socialista.

Mészáros (2002, p. 212) explica que todos os problemas postos pela crise estrutural do capital, inclusive o perigo real de destruição das condições de sobrevivência da humanidade, colocam cada vez mais a necessidade de se construir uma alternativa viável ao sistema do capital. Um dos principais objetivos da alternativa socialista é a negação radical da ordem socio-reprodutiva vigente, o que implica a luta pela destruição "da incontrolável acumulação do capital e da sujeição da carência humana aos imperativos da contínua expansão dos valores de troca". No entanto, a dimensão positiva da alternativa socialista apenas pode se transformar em realidade se conseguir estabelecer um modo de controle sociometabólico "racionalmente controlável e humanamente compensador" para a realização de todas as funções essenciais à reprodução individual e social de um sistema socio-reprodutivo.

Essa concepção de socialismo é radicalmente diferente da proposta da social-democracia ocidental que, como demonstramos, prometia

a realização dos objetivos socialistas por meio da gradual ampliação de melhorias quantitativas no padrão de vida dos trabalhadores (por meio do auto-engano e jamais, mesmo sob governos trabalhistas ou socialdemocratas, tentando consistentemente a "taxação progressiva"), quando na realidade o capital sempre permaneceu com o controle total do processo da reprodução social e da distribuição da "riqueza da nação" produzida pelo trabalho. (MÉSZÁROS, 2002, p. 288).

O que Mézárós defende é radicalmente oposto à proposta da social-democracia ocidental; para ele, o meio (as lutas parciais) não se fecha em si mesmo como o objetivo mais importante a ser obtido, mas volta-se para a realização do objetivo final: a transformação radical do sistema socio-reprodutivo. O que é radicalmente diferente da concepção reformista, que propõe a construção de uma "aliança eleitoral ampla" como resolução dos vários problemas da classe trabalhadora.

O autor observa que

o que está faltando hoje [...] é uma concepção estratégica adequada e uma correspondente articulação organizacional das possibilidades objetivas – materialmente bem fundamentadas – de ação da classe trabalhadora internacional que surgiram no decorrer dos desenvolvimentos capitalistas do pós-guerra e, particularmente, com o desenvolvimento da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2004, p. 423).

De acordo com Mézárós (2002, p. 843), o esgotamento da fase histórica das conquistas defensivas, que se manifestou com o surgimento da crise estrutural do capital, exige do trabalho, por um lado, que ele assuma uma postura ofensiva na sua luta contra o capital e, por outro, que, "mesmo quando estiver lutando por objetivos mais limitados", tenha como finalidade última a negação da ordem socio-reprodutiva do capital e a transformação positiva de uma nova ordem sociometabólica. Vale salientar que somente a adoção de uma estratégia global viável possibilitará que as conquistas parciais tornem-se cumulativas e não se transformem em reformas graduais que, de nenhum modo, levarão ao socialismo, como demonstrou a trajetória histórica da social-democracia ocidental durante várias décadas.

Mézárós (2002) parte da posição de que a tarefa de elaborar uma análise do desenvolvimento das potencialidades produtivas

humanas de um ponto de vista radicalmente distinto daquele propagado pelos defensores do sistema do capital é, hoje, uma necessidade urgente. Ele explica essa necessidade apresentando dois motivos igualmente preocupantes. O primeiro é que a disjunção entre necessidade e produção de riqueza, imposta pelo capital, vem, cada vez mais, evidenciando sua incapacidade de, por um lado, sustentar-se infinitamente, seja nos países subdesenvolvidos, seja nos países avançados, e, por outro, satisfazer as necessidades elementares da maior parte da humanidade. O segundo motivo é a necessidade de combater as concepções que afirmam que "não há alternativa" ao sistema do capital e que têm como objetivo eternizar essa ordem socio-reprodutiva.

Como defende o autor, a implementação da proposta socialista deve estar fundamentada na necessidade objetiva, real, de introduzir, de forma racional e sustentável, "mudanças estruturais no desenvolvimento social". Segundo ele, Marx afirmava que "o sucesso permanente do projeto socialista só poderia ser visado se as aspirações nele expressas correspondessem às necessidades reais das pessoas" (MÉSZÁROS, 2002, p. 218).

Essa ressalva é importante porque ao se fazer a crítica socialista das contradições do capital deve-se ter o cuidado de não restringir a reprodução sociometabólica que se pretende criar aos modos de produção anteriores, os quais são inadequados para responder às exigências socialistas de "prover 'a cada um de acordo com a sua necessidade'" (MÉSZÁROS, 2002, p. 609).

Outro aspecto importante a ser enfatizado é que, em sua crítica ao valor de troca, Marx não reivindica a restauração do valor de uso tal como ele era utilizado nos sistemas econômicos anteriores ao modo de produção capitalista; pelo contrário, ele chama a atenção para a função dinâmica e criativa que este sistema assume no processo de regulação sociometabólica. Ele associa a determinação orientadora do valor de uso na sociedade socialista ao "desenvolvimento *em todos os aspectos das necessidades e capacidades produtivas do indivíduo social*". E isso só poderá ser realmente efetivado quando cessarem os conflitos de classe e o "intercâmbio universal" e as "capacidades e realizações humanas" tornarem-se verdadeiramente reais (MÉSZÁROS, 2002, p. 610, grifo do autor).

Ao contrário do sistema do capital, que possui a expansão da riqueza material utilitária/mercantilista como sua finalidade primordial, uma perspectiva alternativa a esta, tal como definida por Marx, deve ter, segundo Mészáros (2002, p. 613, grifo do autor), como finalidade "a *riqueza da produção* (isto é, 'a universalidade das necessidades, capacidades, prazeres, forças produtivas etc. do indivíduo)", indo em direção "a uma cada vez mais rica [...] auto-reprodução dos indivíduos sociais como o fim-em-si-próprio conscientemente adotado".

Nessa perspectiva, só há duas alternativas para os produtores associados: ou eles controlam a produção e a direcionam para o atendimento das suas necessidades ou a produção da riqueza alienante e reificada os controla, pois enquanto o capital permanecer como o controlador da ordem sociometabólica, seu imperativo expansionista continuará a se sobrepor ao atendimento das necessidades humanas. Para Mészáros (2002, p. 613), os produtores associados só conseguirão alterar o significado da produção quando superarem a dominação do capital sobre a sociedade, e isto só poderá acontecer com a construção de uma nova ordem socorreprodutiva material capaz de assumir "todas as funções metabólicas vitais desse modo de controle sem suas contradições".

Para Mészáros (2002, p. 450-1, grifos do autor), a emancipação do trabalho do jugo do capital é uma tarefa que exige, para a sua concretização, a superação da divisão social hierárquica e antagônica do trabalho. A expropriação da propriedade privada capitalista, possível por meio do ato político de abolir a dominação jurídica do capitalista sobre o trabalhador, por mais importante que seja no curso de uma transição socialista, é incapaz de extinguir a base objetiva que sustenta a divisão social hierárquica do trabalho arraigada na ordem social estabelecida. Apenas retirar o "*direito* dos capitalistas de dominar o trabalho" não garante a superação das condições postas pelo metabolismo socioeconômico vigente, pois, como lembra o autor, "o capital é, ele próprio, essencialmente um *modo de controle*, e não meramente um *direito* de controle legalmente codificado"<sup>53</sup>. Assim, como modo

---

<sup>53</sup> A "expropriação dos expropriados", segundo Mészáros (2002, p. 600, grifos do autor), mantém intacta a estrutura do capital, mudando apenas o tipo de personificação anteriormente existente, mas de modo algum eliminando a

de controle, tanto o poder objetivo da tomada de decisão quanto a "autoridade não escrita (ou não formalizada) do capital" precedem "a autoridade estritamente delegada (...) dos próprios capitalistas". É por causa dessas características da forma de controle do capital que a transformação emancipatória do trabalho deve concentrar seus esforços na tarefa de erradicar por completo o "*capital como modo de controle totalizante* do próprio sociometabolismo reprodutivo", o que implica realizar uma "*reestruturação material* totalmente abrangente das relações produtivas e distributivas da sociedade".

Mészáros (2004, p. 452) chama a atenção para o fato de que a identidade de valores e objetivos estratégicos da classe trabalhadora só deixa de ser potencialidade e se torna realidade quando

o sentimento de reciprocidade exigido para a promoção da solidariedade internacional duradoura e praticamente viável se origina de uma experiência compartilhada de modo significativo por todos os trabalhadores. (MÉSZÁROS, 2004, p. 452).

Essa situação exige, em primeiro lugar, que o desenvolvimento global do capital já tenha possibilitado se não a estruturação completa, pelo menos um acelerado processo de estruturação da base material da solidariedade. É somente nesse estágio de desenvolvimento que aquelas potencialidades podem "ser realmente eficazes no plano das estruturas e práticas produtivas e distributivas fundamentais". Em segundo lugar, para que essas determinações sejam concretizadas, é necessário também que tais desenvolvimentos e todos os seus impactos negativos sobre o movimento do trabalho – tanto dos países "subdesenvolvidos" quanto dos "países de capitalismo avançado", principalmente o aumento da dependência e subordinação estrutural do trabalho ao capital – sejam, de fato, reconhecidos e assimilados pela consciência social.

Um exemplo concreto apresentado por Mészáros demonstra com bastante nitidez essa segunda exigência da estruturação da base material da solidariedade, chamando a atenção para uma

---

necessidade desta. O que se pode concluir é que, sejam quais forem as variantes das personificações do capital, "sua identidade funcional deve ser sempre definida em contraposição ao trabalho".

questão muito importante hoje: a necessidade de que as determinações recíprocas contraditórias do capital sejam reconhecidas tanto pelos trabalhadores dos países capitalistas avançados quanto pelos trabalhadores dos países do "Terceiro Mundo".

Segundo o autor, um trabalhador da Ford nos Estados Unidos recebe, em média, um salário 25 vezes maior que um trabalhador da Ford nas Filipinas. Enquanto esse índice diferencial de exploração, verificável na comparação do salário dos trabalhadores desses dois países, tiver seu funcionamento assegurado, torna-se muito difícil fazer com que o trabalhador dos Estados Unidos reconheça a subordinação à dominação do capital a que tanto ele quanto o trabalhador da Ford nas Filipinas, embora numa escala de exploração diferenciada, estão submetidos.

Mészáros (2004, p. 453) adverte que essas afirmações, de nenhum modo, conduzem à conclusão de que o índice diferencial de exploração é permanente, tampouco que o capital transnacional expatriado conseguirá, por um período de tempo ainda longo, proteger a força de trabalho de seu país de origem, pagando, por exemplo, um salário 25 vezes maior que o salário recebido por um trabalhador de sua filial em um dos países "subdesenvolvidos". Dois fatos, porém, contribuem para tornar a situação um pouco mais favorável ao movimento da classe trabalhadora.

O primeiro é que, hoje, as determinações da reciprocidade contraditória do capital vêm demonstrando seu impacto negativo também sobre os trabalhadores dos países capitalistas avançados. O segundo fato é que "a base material da solidariedade dos trabalhadores" está "sendo objetivamente reconstruída pelos próprios processos integradores globais", processos estes que o capital não pode desvencilhar-se, pois são essenciais ao cumprimento das "suas funções de controle na atual conjuntura histórica" (MÉSZÁROS, 2004, p. 454).

É levando em consideração estes e outros fatores apresentados anteriormente, que Mészáros (2004, p. 454) assevera que a solidariedade internacional deve ser compreendida não como um trabalho "da consciência sobre a consciência" ou como um "imperativo ideológico" que deve ser defendido abstratamente por algumas organizações de trabalhadores politicamente engajadas. Ela é uma resposta do movimento da classe trabalhadora à

"articulação e integração globais do capital", cujos desenvolvimentos, como vimos, além de provocar a divisão entre os trabalhadores de um mesmo país, contribuíram para colocar os trabalhadores dos países desenvolvidos contra os trabalhadores dos países dominados pelas potências imperialistas.

### **4.3 As possibilidades objetivas da alternativa socialista nessa nova fase histórica de crise estrutural do capital**

Como vimos, o agravamento da crise estrutural do capital vem trazendo à tona as nefastas consequências da produção destrutiva posta em prática nas últimas décadas pelo sistema do capital. Essa tendência, de acordo com o autor, foi identificada por Marx ainda em 1845-46:

No desenvolvimento das forças produtivas, chega um estágio em que surgem forças produtivas e meio de troca que, com as relações existentes, só causam malefícios, e não são mais forças produtivas, e sim destrutivas. [...] Estas forças produtivas recebem, sob o sistema da propriedade privada, um desenvolvimento unilateral e, para a maioria, tornam-se forças destrutivas. Assim, a situação chegou a tal ponto que os indivíduos devem se apropriar da totalidade das forças produtivas existentes, não apenas para conquistar a atividade autônoma, mas também para simplesmente salvar a própria existência. (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2004, p. 90).

Para Mészáros (2002), tal tendência posta por Marx tornou-se, hoje, uma preocupação bastante atual, pois o agravamento da crise estrutural vem colocando a necessidade de se rearticular o movimento socialista como forma de enfrentamento ao sistema do capital não apenas como momento oportuno nessa atual época histórica, mas como uma questão de vital importância, dado o perigo que os desdobramentos dessa crise vêm impondo à sobrevivência da própria humanidade.

Essa situação exige, como enfatizamos anteriormente, que o movimento do trabalho assuma uma posição ofensiva na sua luta contra o capital. Mészáros (2002, p. 787) explica que a argumentação a favor de uma nova orientação ideológico-política, embora necessária ao avanço da luta, terá efeitos bastante limitados enquanto as formas institucionais e organizacionais de ação estiverem estruturadas defensivamente. Para o autor, "a desorientação corrente é a manifestação combinada dos fatores



prático-institucional e ideológico", o que refuta a tese de que a desorientação se restringiria a um problema de "clarificação ideológica". Vale enfatizar que os dois fatores mencionados acima precisam desenvolver-se juntos numa reciprocidade dialética; no entanto, não se pode negar que o momento predominante "na conjuntura atual é a estrutura prático/institucional da estratégia socialista", estrutura esta que, segundo o autor, precisa reestruturar-se para responder às novas condições objetivas.

Tais constatações são importantes porque, como lembra o autor, o poder da ideologia predominante na sociedade capitalista é, de fato, imenso. Entretanto, ele não se explica apenas pela força material e pelos recursos político-culturais que estão disponíveis à classe dominante. A manutenção desse poder também depende da mistificação, recurso utilizado pela burguesia para fazer com que o seu adversário defenda, de forma consensual, práticas políticas e valores que são, na verdade, totalmente contrários aos seus próprios interesses de classe. De acordo com Mészáros (2002), apenas a ideologia dominante pode utilizar o recurso da mistificação sobre o adversário. Isso acontece porque a burguesia já está estabelecida em sua posição de comando no sistema do capital e possui bastante consciência dos interesses imediatos que ela pode realmente alcançar utilizando as vantagens que sua posição lhe oferece.

As ideologias críticas, caracterizadas por negar a ordem estabelecida, ao contrário das ideologias dominantes, e "também por uma determinação estrutural insuperável", não podem utilizar o suborno ou oferecer recompensas para que o adversário se conforme com a acomodação. Por isso, ao buscarem articular os interesses dos trabalhadores, precisam se contrapor tanto ao mito da "unidade orgânica" do sistema vigente "quanto às suas determinações objetivas e às instituições de controle socioeconômico e político-cultural". Vale lembrar que para que as ideologias críticas, enquanto forças sociais, apresentem "suas reivindicações como uma *alternativa hegemônica*", elas devem, além de assumir uma postura negativa quando à ordem social estabelecida, "indicar, pelo menos em linhas gerais, a dimensão positiva e afirmativa de sua negação radical" (MÉSZÁROS, 2004, p. 328, grifo do autor).

Assim,

dentro dos limites do Estado, que institucionalmente regula e controla o metabolismo social como um todo (enquanto o Estado existir), as ideologias críticas e as formas de "contraconsciência" não podem deixar de ser parciais e unilateralmente negativas em sua autodefinição, a menos que possam oferecer uma alternativa hegemônica viável às práticas predominantes nessa formação estatal, em todos os planos da vida social. (MÉSZÁROS, 2004, p. 234).

Mészáros (2004, p. 486) observa, no entanto, que a transformação radical da situação ideológica de nossa época não pode se realizar por meio de parâmetros estritamente ideológicos, através do "trabalho da consciência sobre a consciência". Pelo contrário, essa importante tarefa histórica deve

conter, como um componente organizacionalmente articulado da estratégia geral, a negação prática materialmente eficaz das estruturas reprodutivas dominantes, em vez de reforçá-las através da "economia mista" e de várias formas de "participação" na reestabilização socioeconômica e política do capital em crise. (MÉSZÁROS, 2004, p. 486, grifo do autor).

Para o autor, chamar a atenção para esse fato é importante porque, apesar de todas as dificuldades que o capital tem, hoje, para se reproduzir, ele ainda possui duas vantagens fundamentais: por um lado, "a inércia maciça das estruturas prevalecentes, que empurra tudo no sentido da 'linha de menor resistência'" (MÉSZÁROS, 2002, p. 943), e, por outro, o fato de o

único sujeito social capaz de assumir o desafio, o trabalho em sua 'imediaticidade' (isto é, em seu modo estabelecido de reprodução), também estar inserido no círculo vicioso da 'linha de menor resistência', subsumido e dominado pelas relações produtivas e distributivas do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 943).

Além disso,

não deveríamos nos esquecer de que o trabalho, em sua imediaticidade, incluindo sua confrontação direta com o capital, assume necessariamente a forma de consciência como "personificação do trabalho". Desse modo, entra em conflito com a "personificação do capital", limitando-se aos objetivos que podem ser contidos pelos parâmetros estruturais do sistema do capital. Vimos as consequências trágicas desta postura na derrota clamorosa da esquerda histórica. (MÉSZÁROS, 2002, p. 943).

Como demonstramos anteriormente, as formas de intervenção prática do movimento socialista – os sindicatos e os partidos – inseriram-se nas estruturas de reprodução material e política do sistema do capital e adequaram a realização de seus objetivos defensivos às possibilidades oferecidas pela expansão do capital, o que acabou por levá-los a abandonar as "aspirações internacionais conscientes" propagadas em sua gênese (MÉSZÁROS, 2002, p. 246).

Assinalamos também como o processo produtivo capitalista é constantemente renovado pela homogeneização de todas as relações produtivas e distributivas, e como ele direciona a produção para o aumento quantitativo da produtividade e para a expansão do valor de troca. Se, por um lado, essa homogeneização assegura a continuidade do sistema sociorreprodutivo do capital, por outro, ela fortalece a dependência estrutural do trabalho às relações capitalistas de produção, uma vez que legitima a separação do trabalhador dos instrumentos e condições para a realização do trabalho e mercantiliza as relações de trabalho, ou seja, obriga aqueles trabalhadores a terem de vender sua força de trabalho para garantir sua própria sobrevivência e a de sua família.

Para Mézáros (2002, p. 630, grifos do autor), esse círculo vicioso do capital não poderá ser alterado através de mudanças parciais na estrutura do sistema estabelecido, pois, como vimos, "não há possibilidade de *reforma* que leve a *transformações estruturais* do modo de produção capitalista". Todas as propostas, desde a de Bernstein de introdução do socialismo por reformas graduais no sistema capitalista até as mais recentes propostas social-democratas de reformar o sistema do capital, falharam. O autor afirma que essa impossibilidade é sustentada material e objetivamente, uma vez que a tentativa de modificar qualquer parte do sistema demanda um duplo desafio: atacar tanto os menores constituintes do sistema, "o modo pelo qual as jornadas de trabalho singulares são organizadas dentro das empresas produtivas particulares", quanto os "macrocosmos auto-regulantes" como "os limites estruturais auto-renovantes do capital em sua inteireza", tarefas estas que só poderão ser realizadas no processo de transição socialista.

Vale lembrar que como o trabalho internamente dividido e fragmentado (trabalho assalariado) está subordinado à classe dominante e ao Estado que o representa, bem como às exigências

objetivas determinadas pela divisão social do trabalho, somente em momentos de crise estrutural profunda, quando a continuidade do sistema sociometabólico é posta em risco, colocando a superação do capital como uma exigência para garantir a sobrevivência da humanidade, é que o trabalho pode se posicionar como alternativa hegemônica à ordem vigente (MÉSZÁROS, 2004, p. 354).

Mészáros (2002, p. 527) assevera que embora possam existir diferentes estratégias de luta entre os trabalhadores dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, há uma situação comum aos trabalhadores de todo os países: a exploração de classe. Essa constatação do autor se contrapõe ao argumento 1) de que na "sociedade industrial moderna", a exploração de classes e a luta entre as principais classes da sociedade capitalista já não existe mais, e 2) à tentativa de negar

que os produtores associados possam instituir uma alternativa à ordem social estabelecida, economicamente viável e auto-regulamentadora em todos os níveis de tomada de decisão. (MÉSZÁROS, 2004, p. 527).

Para o autor, há muito tempo a literatura teórica que justifica as estratégias reformistas vem negando a existência tanto da luta de classes quanto das classes sociais. Ela prevê "a fusão das classes uma na outra", consequência inevitável do "aburguesamento do proletariado", e anuncia que a mudança "*das cores dos colarinhos dos trabalhadores*" (MÉSZÁROS, 2004, p. 528) pode se traduzir numa mudança radical nas relações de classe. No entanto, por mais que tentem, os defensores dessa posição não poderão mudar o fato de que

o que decide a posição de classe das pessoas em nossas sociedades não é a cor de seus colarinhos, mas sua localização na estrutura de comando do capital. (MÉSZÁROS, 2004, p. 528, grifos do autor).

Assim, embora se deva concordar que a posição dos mais variados grupos de trabalhadores sofre alguma alteração com as modificações realizadas no processo de trabalho e que os desenvolvimentos produtivos modificam também a estrutura ocupacional da sociedade capitalista, a luta histórica entre capital e trabalho ainda continua sendo uma das provas mais evidentes do antagonismo entre as duas classes fundamentais da sociedade capitalista: a burguesia e o proletariado.

No sistema capitalista a margem de atuação das instituições políticas é determinada pelo imperativo de que "não há alternativa" ao determinismo econômico do capital, e é isso que determina que a possibilidade de se realizar modificações estruturais no modo de funcionamento do sistema, a exemplo da proposta de instituição gradual do socialismo defendida por Bernstein, esteja, *a priori*, descartada. Nesse sentido, não interessa quantos governos se alternem na estrutura política e quantos deles não cumpram as promessas feitas aos eleitores; o que realmente interessa é que "nunca sejam mencionadas a enorme responsabilidade e a duvidosa viabilidade da ordem socioeconômica a que eles servem e em nome da qual fazem e quebram tais promessas" (MÉSZÁROS, 2002, p. 816).

No entanto, essa impossibilidade objetiva não pode levar à interpretação de que a estratégia socialista revolucionária não necessita de mediações materiais e institucionais para se concretizar. Afirmar que algumas medidas socialistas só poderão ser implementadas passo a passo não deve ser interpretado como "gradualismo" ou "reformismo". Ao contrário disso, o autor explica que numa estratégia realmente socialista,

os passos parciais são integrados numa estratégia coerente global, cujo alvo não é apenas a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores (que são estritamente conjunturais e, em todo caso, reversível), mas a reestruturação radical da divisão de trabalho estabelecida. (MÉSZÁROS, 2002, p. 630).

Segundo o autor, é somente no quadro de referência global da alternativa hegemônica socialista que se poderá avaliar a capacidade de os objetivos parciais "se converterem (ou não) em realizações cumulativas e duradouras no empreendimento hegemônico de transformação radical". Pois, ao contrário do reformismo social-democrata que propõe "remediar, de forma integrável", algumas das consequências mais gritantes do desenvolvimento capitalista, o projeto socialista foi formulado em sua origem como alternativa estratégica global à ordem social estabelecida (MÉSZÁROS, 2002, p. 943, 42).

Para o autor, a concepção socialista, desde a sua gênese, se afirmou como alternativa à universalidade antagônica do capital, ao seu antagonismo interno destrutivo. Um conceito capitalista comumente utilizado pelos ideólogos burgueses para ressaltar as

pretensas qualidades do sistema capitalista é o de "igualdade de oportunidade". A ideologia burguesa difunde o discurso de que o socialismo apenas pode oferecer a "igualdade de resultados", ao contrário do capitalismo, que ofereceria algo muito mais proveitoso: a "igualdade de oportunidade". Com esse discurso a ideologia burguesa procura camuflar o fato de que, "no capitalismo, uma *desigualdade estruturalmente articulada e imposta* constitui o ponto de partida necessário da competição entre 'os que têm' e 'os que não têm'" (MÉSZÁROS, 2004, p. 544, grifo do autor). No entanto, como assinala o autor,

a chamada "igualdade de oportunidade", no que diz respeito à esmagadora maioria das pessoas, mesmo nos países mais privilegiados, é no máximo uma fantasia, limitada ao igual direito de se colocar um pedaço de papel na urna de votação para reafirmar a legitimidade da ordem dominante do capital para continuar explorando e dominando os produtores. (MÉSZÁROS, 2004, p. 544).

Desse modo, enquanto na ordem social estabelecida a esfera de legitimação política é tratada como uma questão puramente formal, uma vez que o capital conseguiu eliminar desse espaço o perigo de ser contestado em sua esfera de ação substantiva,

a instituição de uma ordem sociometabólica alternativa só será viável pela articulação da *democracia substantiva*, definida como atividade autodeterminada dos produtores associados tanto na política como na produção material e cultural. (MÉSZÁROS, 2002, p. 849, grifo do autor).

Para exercer o controle sobre o trabalho, o capital deve reproduzir permanentemente a separação radical dos produtores do poder de decisão. De acordo com o autor, ao contrário do sistema sociometabólico do capital,

a condição necessária para realizar as funções da reprodução diretamente material de um sistema socialista é a restituição do poder de tomar decisões aos produtores associados – em todas as esferas de atividade e em todos os níveis de coordenação, desde os empreendimentos locais até o mais amplo intercâmbio internacional. (MÉSZÁROS, 2002, p. 849, grifos do autor).

Daí a necessidade imprescindível de que, na transição para a sociedade socialista, os produtores associados assumam, de fato, o poder de tomada de decisão política e o controle da operação

"cotidiana não-contraditória e, portanto, *coesiva/planejável* das unidades produtivas e distributivas particulares" do sistema socio-reprodutivo (MÉSZÁROS, 2002, p. 849, grifos do autor).

Essa necessidade surge da forma como a ordem socialista organiza o seu próprio modo de controle sociometabólico. Como as funções controladoras fundamentais da ordem sociometabólica não são organizadas por antagonismos inconciliáveis, as funções de controle podem ser "devolvidas" aos membros daquela nova ordem e suas atividades podem ser por eles mesmos coordenadas da forma mais abrangente possível. Ou seja: "um modo de controle sociometabólico" (MÉSZÁROS, 2002, p. 247) que tem como finalidade

articular e coordenar de maneira abrangente uma forma não hierárquica de tomada de decisão, tanto no plano da reprodução material como no cultural e político. (MÉSZÁROS, 2002, p. 247).

De fato, uma alternativa ao domínio do capital deve possibilitar que os indivíduos assumam "o controle sobre as atividades de suas próprias vidas por meio de formas conscientemente organizadas – ou seja, realmente planejadas – de intercâmbio social produtivo, administrado a partir de suas próprias decisões" (MÉSZÁROS, 2002, p. 281). Nesse sentido, uma transição para uma ordem social controlável e conscientemente controlada pelos indivíduos

exige uma mudança de era – um esforço sustentado de ir além de todas as formas de dominação estruturalmente arraigadas – que não pode ser imaginada sem uma reestruturação radical das formas e dos instrumentos existentes de reprodução sociometabólica, em contraste com a tentativa de acomodar os objetivos socialistas às restrições paralisantes das condições herdadas, como aconteceu no passado. Pois a *raison d'être* do projeto socialista é reter a consciência dos objetivos estratégicos de transformação, mesmo sob as condições mais adversas, quando o poder da inércia puxa na direção oposta: a da "linha de menor resistência", que leva à revitalização da incontrolável força controladora do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 344).

Por outro lado, vale chamar a atenção para uma questão igualmente importante: o fato de que as três dimensões fundamentais do capital – Estado, capital e trabalho –, por estarem no sistema do capital sustentadas reciprocamente, não podem ser

abolidas ou derrubadas de forma isolada. Para Mészáros (2002, p. 576, 600), elas apenas podem ser eliminadas se forem transcendidas ou superadas em conjunto por meio "de uma transformação estrutural radical de todo o sociometabolismo".

Entretanto, como vimos, essa impossibilidade acha-se fundamentada numa base material e não apenas legal/política; é por isso que nenhuma intervenção jurídica, mesmo a mais radical, poderá abolir qualquer uma dessas dimensões.

Segundo Mészáros (2002, p. 571, grifo do autor), a abordagem de Marx acerca da política, no que se refere aos seus contornos ou parâmetros absolutos, ou seja, à função que lhe é atribuída "na totalidade das atividades humanas", continua a possuir até hoje sua validade fundamental, pois sua asserção de que a política, em particular o Estado moderno, "*usurpa* o poder social de decisão" do corpo social permanece inquestionável. É por isso que, para Marx, uma tarefa essencial da política de transição socialista, e que deve ser perseguida desde os primeiros momentos de sua organização, continua sendo a restituição ao corpo social dos poderes dele usurpados. A realização dessa tarefa é essencial para que a política seja, realmente, transcendida e para que a ameaça de ela "transformar-se em autoperpetuação autoritária" seja dissipada.

Desse modo, tanto o "fenecimento do Estado" quanto o processo de re aquisição dos poderes de tomada de decisão pelos produtores associados devem ser iniciados no processo de transição socialista, pois manter a dimensão política separada das funções reprodutivas levará, inevitavelmente, à reprodução da dependência e à subordinação estrutural do trabalho ao capital, bem como ao impedimento da introdução posterior das medidas necessárias à realização da transformação socialista. Mészáros (2002, p. 850, grifo do autor) ressalta que foi por não ter dado importância a essa questão decisiva que o sistema soviético, "em vez de ativar o poder de decisão autônomo dos produtores", reforçou

a disjunção entre as funções do Estado e a força de trabalho sob seu controle, *impondo*, sob o pretexto de 'planejamento', as ordens de seu aparato político sobre os processos produtivos diretos. (MÉSZÁROS, 2002, p. 850, grifos do autor).

A reconstituição e a substantiva democratização da esfera política são, segundo o autor, as condições essenciais que se



contrapõem ao controle sociometabólico do capital. Isso acontece porque a estrutura material de comando desse sistema socio-reprodutivo, para controlar as funções produtivas, depende da atuação da estrutura de comando político global do sistema, o Estado. A consideração dessa reciprocidade dialética entre a estrutura material e a estrutura política é fundamental para o movimento socialista, já que

uma alternativa ao controle sociometabólico do capital deve abranger todos os aspectos complementares do processo de reprodução social, desde as funções estritamente produtivas até as dimensões mais amplas da direção política. (MÉSZÁROS, 2002, p. 848).

Entender essa reciprocidade dialética também é importante porque o poder material do capital continua exatamente o mesmo por todo o tempo em que ele conseguir controlar o trabalho alienado. É por isso que,

devido à inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital plenamente articulado – capital, trabalho e Estado –, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e o Estado. Pois, paradoxalmente, o pilar material fundamental de suporte do capital não é o Estado, mas o trabalho em sua contínua dependência estrutural do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 600).

Faz necessário ressaltar que, segundo Mézáros (2002, p. 601), a conquista do poder do Estado, embora seja uma etapa importante do processo de transição, não pode, por si mesma, garantir o controle sociometabólico da ordem socio-reprodutiva. A dependência estrutural do trabalho ao capital, que é "assegurada materialmente pela divisão estrutural hierárquica do trabalho", apenas poderá ser eliminada quando "as funções controladoras vitais do sociometabolismo (...) forem efetivamente ocupadas e exercidas autonomamente pelos produtores associados", o que implica a realização de uma reestruturação radical da ordem socio-reprodutiva em sua totalidade. Nesse sentido, o autor explica que o fenecimento do Estado<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup> Para Mézáros (2002, p. 741-2, grifos do autor), uma forma de Estado transicional é de vital importância num processo de transição socialista, e como tal deve ser capaz "não apenas de enfrentar e superar o poder do capital, mas também de progressivamente 'fenececer' no momento devido, paralelamente à transferência das funções estatais tradicionais para o corpo social". Além disso,

é inconcebível sem o "fenecimento do capital" como regulador do processo sociometabólico. O círculo vicioso que, por um lado, prende o trabalho à dependência estrutural do capital e, por outro, o coloca numa posição subordinada no que concerne à tomada política de decisão por um poder estatal estranho, apenas pode ser quebrado se os produtores progressivamente cessarem de reproduzir a supremacia material do capital. Isto eles só podem fazer desafiando radicalmente a divisão estrutural hierárquica do trabalho. (MÉSZÁROS, 2002, p. 602).

Segundo Mészáros (2002, p. 577), a tarefa estratégica da revolução social consiste em possibilitar uma "longa e sustentável 'transcendência/superação': 1) do capital ("e não apenas do capitalismo"); 2) de todas as formas de Estado ("e não apenas do Estado capitalista"); e 3) da divisão hierárquica do trabalho ("e não apenas do trabalho assalariado").

Mészáros (2004, p. 36, grifos do autor) afirma que a realização dos interesses compartilhados pela totalidade do trabalho apenas poderá se efetivar se o trabalho, enquanto antagonista do capital, conseguir generalizar (universalizar) na ordem social um sistema socio-reprodutivo radicalmente diferente da ordem do capital e se ele conseguir instituir uma ordem social baseada na igualdade substantiva de todos os membros, respeitando "a dialética social objetiva da *continuidade da mudança e da mudança significativa na continuidade*". Como vimos, essa é uma tarefa que para ser posta em prática exigirá do movimento do trabalho uma reestruturação radical na forma como se organiza e como utiliza seus instrumentos de luta, o que implica combater tanto o caráter parcial e defensivo das suas estratégias de ação, quanto as tendências reformistas que dão suporte a esses tipos de estratégias e que contribuíram, e continuam contribuindo, para desviar os trabalhadores da luta pelo socialismo.

---

o autor afirma que a característica definidora essencial da forma política pós-revolucionária, com o objetivo de "superar o poder do capital e cumprir seu papel na realização do socialismo" "é sua orientação para o estabelecimento de um modo global de controle sociometabólico não conflituoso. Isto significa coordenar as 'microestruturas' cooperativas ou células produtivas da sociedade em uma estrutura produtiva global, o que só será possível se a articulação institucional da forma política pós-revolucionária e as práticas sintonizadas com ela forem não hierárquicas".

Para o autor, dado o agravamento da crise estrutural do capital, nos países de "capitalismo avançado" a possibilidade de qualquer mudança na ordem sociometabólica estabelecida só poderá se tornar real mediante "a reconstituição radical do movimento do trabalho – na sua integridade e em escala internacional – como força extraparlamentar" (MÉSZÁROS, 2002, p. 858). E é justamente essa necessidade que "põe em relevo a atualidade histórica da ofensiva socialista". "Histórica, aqui", segundo o autor, não significa que a vitória do movimento socialista esteja previamente garantida, nem que a ofensiva socialista esteja prestes a se efetivar, mas implica,

por um lado, que a necessidade de instituir algumas mudanças fundamentais na organização e a orientação do movimento socialista se apresentou na agenda histórica; e, de outro, que o processo em questão se desdobra sob a pressão de determinações históricas poderosas, empurrando a função social do trabalho na direção de uma ofensiva estratégica prolongada caso queira realizar não apenas os seus objetivos potencialmente globais, mas também seus objetivos mais limitados. (MÉSZÁROS, 2002, p. 858).

Desse modo, em completo contraste com a forma de articulação reformista, a ofensiva socialista exige, por um lado, a recusa radical às determinações estruturais da ordem sociometabólica vigente e, por outro, a reconstrução total do movimento do trabalho, o que significa não apenas alcançar a unidade entre o "braço político" e o "braço sindical", mas ter "plena consciência de seus objetivos transformadores como alternativa estratégica necessária e viável ao sistema do capital" (MÉSZÁROS, 2002, p. 854).

Mészáros (2002, p. 850, grifos do autor) enfatiza que a necessidade de construção dessa ofensiva estratégica exige a organização de um movimento extraparlamentar do trabalho enquanto "*força vital condicionante* do próprio Parlamento e da estrutura legislativa de uma sociedade globalmente em transição". A constituição desse movimento é extremamente necessária, já que, como mencionado anteriormente, "o capital não é em si uma força parlamentar", o que significa dizer que embora não haja problema no fato de seus interesses serem representados no Parlamento, a própria natureza do capital social total já o define como uma "*força extraparlamentar par excellence*". É essa determinação fundamental que permite, por um lado, que a

pluralidade de capital seja apresentada como um todo em sua contraposição ao trabalho e, por outro, que o Parlamento ajuste as diferenças legais e políticas existentes nesses espaços aos interesses particulares da pluralidade de capitais.

De acordo com o autor, para enfrentar a força extraparlamentar do capital, a classe trabalhadora precisa organizar um movimento extraparlamentar. Conforme Mészáros (2002, p. 859), além de precisar enfrentar, desde o início, a histórica disjunção entre economia e política, o movimento extraparlamentar deve também, ao contrário da acomodação reformista do passado, que exercia a função de "auxiliar a reestabilizar o capital nas crises", afirmar seus objetivos estratégicos enquanto alternativa sociometabólica ao capital, no confronto e negação das determinações estruturais da ordem estabelecida, determinações estas "que se manifestam na relação-capital e na concomitante subordinação do trabalho no processo socioeconômico de reprodução material".

Por outro lado, ele deve contestar o poder político do capital no Parlamento mediante a pressão "que as formas de ação extraparlamentar precisam e devem exercer sobre o Legislativo e o Executivo". Para o autor, a constituição de um movimento socialista extraparlamentar de massa "estrategicamente viável" constitui a precondição essencial para se contrapor ao poder extraparlamentar do capital. Sem essa contestação extraparlamentar, orientada para a transformação radical da ordem sociometabólica, o movimento do trabalho não passará de "um *apêndice* inconveniente", ainda assim subordinado e marginalizado na estrutura política parlamentar (MÉSZÁROS, 2002, p. 859-60, grifo do autor).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo sobre a crítica de Mészáros ao reformismo da social-democracia ocidental em duas obras importantes desse autor – *Para Além do Capital* e *O Poder da Ideologia* – nos chamou a atenção para os limites objetivos postos pelo sistema do capital, e que impedem que as reformas sociais introduzidas via Parlamento atendam às reais necessidades dos trabalhadores.

De acordo com Mészáros (2002, p. 306), não se pode perder de vista que o relacionamento entre capital e trabalho

é a manifestação tangível da hierarquia estrutural insuperável e da desigualdade substantiva. Assim, em sua própria constituição, o sistema do capital indiscutivelmente não pode ser mais do que a perpetuação da injustiça fundamental. Portanto, quaisquer tentativas de conciliar este sistema com os princípios da justiça e da igualdade são inevitavelmente absurdas.

Desse modo, para impor suas determinações estruturais sobre a sociedade, o sistema do capital precisa construir a aparência de observância das "regras do jogo" parlamentar; daí a necessidade de criar a ilusão de que os trabalhadores estão participando da escolha democrática de seus candidatos. É por isso que nesse sistema socio-reprodutivo, ao se falar em democracia, esta só pode ter sua esfera de ação limitada "à 'livre escolha política' de se abdicar do

poder de decidir em favor dos representantes de partidos firmemente inseridos na estrutura de comando político do capital" (MÉSZÁROS, 2002, p. 937). Enquanto isso, os trabalhadores são destituídos do poder de decisão sobre a esfera de produção e sobre as condições para realização do seu trabalho. Para o autor,

é obsceno chamar de "livre e democrático" um sistema econômico que tem como sua condição material prévia a alienação absoluta das condições de produção dos produtores, e, para seu modo de operação, a imposição permanente de uma estrutura de comando autoritária – tanto nos locais de trabalho como na sociedade em geral – por meio da qual a extração contínua de trabalho excedente é assegurada com a finalidade da reprodução ampliada do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 938).

Nesse sentido, podemos perceber que não é apenas na esfera da produção que o poder de decisão é negado aos trabalhadores; o sistema também se protege das tentativas de ceder espaço real para eles na política parlamentar. Mézáros (2002) enfatiza que o capital, apesar de não precisar do espaço parlamentar para afirmar suas regras sobre a ordem sociorreprodutiva, pois se constitui como uma força extraparlamentar, utiliza esse espaço político para garantir a permanência do controle do sistema do capital sobre a sociedade. Desse modo, já tendo garantida sua dominação sobre a ordem sociorreprodutiva fora do Parlamento, o capital não precisa se preocupar com as reformas propostas no interior dessa esfera.

Além disso, como mostramos no capítulo III, os partidos parlamentares do trabalho, ao entrarem na esfera parlamentar com o objetivo de obter alguns ganhos materiais para os trabalhadores tiveram antes de abandonar o socialismo como bandeira de luta e se contentar com as reivindicações possíveis de ser atendidas nesse espaço político.

De fato, a social-democracia ocidental conseguiu, durante algumas décadas, cumprir a função de auxiliar o sistema do capital a administrar suas contradições. Em sua gênese, ela prometeu aos trabalhadores que os partidos social-democratas, ao entrarem na estrutura parlamentar e aumentarem o número de seus deputados nesse espaço, conseguiriam colocar em prática suas reivindicações e, aos poucos, de forma gradual, se poderia ir implementando o socialismo. Essa proposta de introdução do socialismo de forma gradual, como vimos, foi defendida por Eduard Bernstein no final do século XIX. A partir desse período, a social-democracia

ocidental passou a defender a introdução de reformas sociais via Parlamento.

Segundo Mészáros, a social-democracia ocidental transformou a ação política parlamentar no seu "dever mais importante", o que se expressou praticamente na consideração da eleição de representantes parlamentares como a melhor estratégia para obter alguns ganhos materiais para os trabalhadores. A trajetória histórica da social-democracia ocidental apenas demonstrou praticamente os resultados nefastos da adequação das reivindicações dos trabalhadores aos limites previamente impostos pelo sistema do capital

Mészáros assevera que a capitulação da social-democracia ocidental ao nacionalismo burguês e o abandono do internacionalismo socialista em troca de algumas melhorias materiais oferecidas via Parlamento foram as principais conseqüências da expansão imperialista (iniciada em 1870) para o movimento do trabalho. De acordo com o autor, ao se acomodar ao modo de controle do capital, a social-democracia ocidental passou a auxiliar a burguesia a atenuar os antagonismos de classe e a garantir as condições necessárias à acumulação e à expansão "tranquila" do capital.

No entanto, se antes de 1970 o capital pôde ampliar as vantagens materiais para os trabalhadores dos países desenvolvidos, com o surgimento da crise estrutural e o bloqueio de sua expansão dinâmica, a partir de 1970 observa-se a retirada gradual de políticas e direitos sociais obtidos pelos trabalhadores em épocas passadas. É nesse campo que a ajuda do Parlamento tem sido essencial. Ele tem elaborado leis que legitimam a necessidade do capital de, para administrar as graves conseqüências de sua crise, impor sobre o trabalho as sanções mais severas, uma vez que ele já vem sentindo os impactos do desemprego e do agravamento de suas condições de vida e trabalho na conjuntura atual de crise.

Mészáros enfatiza que essa conjuntura histórica tem exigido que o movimento do trabalho deixe de lado sua tradicional forma de luta reformista, que apenas busca defender-se contra os efeitos da exploração capitalista, e passe a avaliar as novas condições históricas postas pela crise estrutural do capital e que apontam para a necessidade de aliar as lutas cotidianas imediatas a uma luta mais

ofensiva, que tenha como finalidade superar o capital. Essa é uma necessidade própria dessa nova época histórica, pois a retirada de direitos sociais importantes para vastas camadas populacionais, juntamente com os cortes nos gastos sociais, vem trazendo consequências realmente preocupantes hoje.

No entanto, as diversas ações colocadas em prática pelas formas tradicionais de luta dos trabalhadores para tentar mudar essa situação têm demonstrado ser um grito no vácuo, pois não vêm surtindo efeitos concretos. Enquanto o capital pôde oferecer vantagens materiais ao movimento do trabalho e conseguiu fazer com que esse movimento adequasse as suas demandas reivindicatórias às garantias possíveis de ser incorporadas às necessidades da expansão e acumulação capitalista, a legitimidade da ordem social estabelecida não foi desafiada. No entanto, essa situação se modificou com o surgimento da crise estrutural do capital.

Para Mészáros (2002, p. 24), sob as condições impostas por essa crise, "o capital não teve mais condições de oferecer qualquer ganho significativo" aos trabalhadores; pelo contrário, "foi obrigado a retomar as concessões passadas", impondo "um conjunto de leis autoritárias adversas ao movimento sindical, todas aprovadas democraticamente". Nessa nova conjuntura histórica, "a ordem política estabelecida teve de abrir mão de sua legitimidade, expondo, ao mesmo tempo, a inviabilidade da postura defensiva do movimento operário".

Nessa nova época histórica, "a prática do pluralismo político parlamentar, que outrora já serviu como a autojustificativa de estratégias reformistas socialdemocratas" vem sendo posta em xeque, pois, "com o fim da fase ascendente do capitalismo, nenhuma mudança real pode ser considerada legítima – nem por uma grande intervenção estrutural, nem 'aos pouquinhos'" (MÉSZÁROS, 2002, p. 38-9).

É por todos os motivos elencados aqui que essa nova conjuntura histórica traz à tona também, segundo Mészáros (2002), a crise da social-democracia ocidental. Para o autor, ao contrário do período de expansão dinâmica do capital, no qual a social-democracia poderia prometer algumas melhorias reformistas para os trabalhadores e, de fato, o capital conseguia adequá-las aos seus interesses expansionistas, nessa época de crise do capital, as



possibilidades de se implementar reformas em favor do trabalho estão se reduzindo cada vez mais.

O corte brutal dos gastos sociais com políticas públicas e manutenção de programas e benefícios sociais, associado ao crescimento do desemprego, tem provocado a deterioração das condições de vida da classe trabalhadora tanto dos países desenvolvidos como dos países subdesenvolvidos.

O mais preocupante nessas circunstâncias é que o movimento do trabalho tem mantido sua postura defensiva/reformista, continuando a acreditar, embora a realidade objetiva insista em demonstrar o contrário, que o objetivo mais importante de sua ação interventiva é reivindicar reformas sociais que possam melhorar as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. É nesse campo que surge o maior problema dessa estratégia: o fato de o sistema do capital reduzir cada vez mais as garantias de reformas sociais para os trabalhadores. Isso coloca a necessidade, reivindicada por Mézáros, de o movimento do trabalho reestruturar as formas organizacionais e estratégias até então postas em prática, o que significa abandonar a postura defensiva/reformista e adotar uma postura ofensiva na sua luta contra o capital.

Rosa Luxemburgo (1990, p.120-1) já argumentava que "aliar a luta cotidiana com o projeto grandioso de uma reforma do mundo" é o grande problema a ser resolvido pelo movimento socialista em sua luta contra o capital; porém a resolução desse problema "não deve sacrificar nem o caráter do movimento de massa nem o objetivo final", tampouco "fechar-se numa seita e transformar-se num movimento reformista burguês".

Quanto aos principais problemas que deverão ser enfrentados pelo movimento do trabalho na sua luta pela superação das contradições e antagonismos da ordem social estabelecida, Mézáros (2004, p. 442) destaca dois. O primeiro é o fato de, por estarem inseridas de alguma forma "nas estruturas estabelecidas do capital globalmente articulado", as forças organizadas do trabalho não só expressam como também internalizam as limitações e contradições do desenvolvimento capitalista. Para o autor, "a socialdemocracia, como fenômeno histórico, é a manifestação objetiva de tais contradições e limitações". Em segundo lugar, como consequência da posição que ocupam naquelas estruturas do

capital globalmente articulado, e por sofrerem "as medidas adaptativas e as contradições irreprimíveis do capital", as forças organizadas do trabalho são impelidas a enxergar os antagonismos da ordem social vigente e a buscar formas concretas para superá-los.

Nesse processo, o que deve ser considerado como a questão fundamental "é, e permanece sendo, a *dinâmica interna* do processo de reprodução social do capital e o seu *comando sobre o trabalho*". Remover os capitalistas privados das esferas de tomada de decisões de um país é apenas uma parte da tarefa de realização da revolução política socialista. A outra parte essencial dessa tarefa é restituir aos produtores livremente associados o poder de decisão sobre os processos socio-reprodutivos. A superação do capital e do seu correspondente comando sobre o trabalho apenas poderá ocorrer se os produtores associados conseguirem "superar irreversivelmente a *objetivação alienada* do trabalho sob todos os seus aspectos, incluindo o Estado político" (MÉSZÁROS, 2002, p. 723, grifo do autor).

Mészáros (2002, p. 929) apregoa que o projeto socialista, em sua busca pela remoção da incontornabilidade do capital e de sua ação destrutiva, precisa submeter a complexidade do modo de controle sociometabólico do capital a uma crítica radical. Para que as novas determinações fundamentais do modo socialista de controle sociometabólico se afirmem, faz-se necessário que a relação antagonica/conflitante entre capital e trabalho, reproduzida no processo de trabalho do sistema estabelecido, seja efetivamente superada. É apenas com a garantia dessa condição que as instituições e funções de controle do capital, incluindo o Estado, poderão ser removidas da ordem social.

Assim, a tarefa de implementar um sistema socio-reprodutivo autenticamente socialista exige "quebrar os 'pressupostos' circulares do capital em todos os domínios, do controle do processo direto de produção dos empreendimentos particulares às práticas correlatas do Estado, que a tudo abrangem". Quanto ao controle do processo produtivo, a tarefa é realizar a unificação real dos "elementos do processo de produção historicamente divididos"; no que se refere às práticas do Estado, a tarefa é iniciar o processo de fenecimento e de transcendência do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 725).

O autor esclarece que o objetivo mais importante deve ser realizar uma intervenção radical capaz de desafiar as estruturas materiais da relação capital/trabalho. Para que isso seja realizado é preciso enfrentar, "já nos *primeiros passos*", a disjunção entre economia e política e a separação entre o "braço político" e o "braço sindical" do trabalho (MÉSZÁROS, 2002, p. 859, grifos do autor).

Além disso, o movimento do trabalho deve impedir a reprodução das personificações – tanto do capital quanto do trabalho. Isso porque "o capital em si é o *sujeito em comando real* (por mais perversamente reificado), permanecendo 'sempre capital', mesmo em suas instâncias personificadas". Assim, para impedir que o capital reproduza suas personificações, é necessário, segundo o autor, destruir a relação-capital e superar a sua base de sustentação: a objetivação alienada do trabalho social e o antagonismo estrutural entre capital e trabalho (MÉSZÁROS, 2002, p. 723, grifos do autor).

Para Mézszáros (2002, p. 861, grifo do autor), o objetivo da emancipação socialista é também realizar "a radical transcendência da divisão social hierárquica do trabalho". Essa tarefa exige que os produtores livremente associados retomem "o controle progressivo das forças que continuam a reproduzir os parâmetros estruturais iníquos do poder hierárquico de decisão" do capital. Tal necessidade é posta pela própria natureza dessa tarefa e dessa divisão do trabalho, e de modo algum pode ser superada por decreto. No processo de transição socialista, as medidas e políticas adotadas devem contribuir para o processo de constituição e consolidação "de um modo de controle social global e de auto-administração *substantivamente* democráticos (isto é verdadeiramente não hierárquicos em seu modo de operação em todas as esferas)".

Vale enfatizar mais uma vez que a luta em prol do socialismo e da introdução de uma nova ordem socio-reprodutiva não poderá ser travada enquanto o movimento do trabalho continuar a adotar as mesmas estratégias que o levaram, junto com a social-democracia ocidental, a definir a ação política parlamentar como o objetivo mais importante a ser obtido, o que trouxe como consequência, como vimos, o abandono da luta pela realização do socialismo.

A crítica de Mészáros ao reformismo da social-democracia ocidental trouxe à tona a necessidade de entender como se deu o processo histórico que levou o movimento do trabalho e, em especial, a social-democracia ocidental, a aderir ao reformismo. Ela revelou os limites objetivos da proposta de realização do socialismo por meio de reformas sociais via Parlamento e demonstrou a importância de se compreender que os ganhos materiais obtidos pelos trabalhadores de alguns países desenvolvidos são, no sistema do capital, sempre conjunturais, ou seja, dependem da expansão dinâmica do capital. Foi a partir dessa consideração que Mészáros demonstrou a intrínseca relação existente entre crise estrutural do capital e crise da social-democracia ocidental, enfatizando tanto as dificuldades quanto as possibilidades objetivas postas por essa nova fase histórica iniciada com a crise estrutural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

FALCON, Francisco; MOURA, Gerson. *A Formação do Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1986.

LENIN, V.I. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 3. ed. – São Paulo, Centauro, 2005.

LOUREIRO, Isabel. *A Revolução Alemã: 1918-1923*. São Paulo, Unesp, 2005.

LUXEMBURGO, Rosa. *A Crise da Social-democracia*. Rio de Janeiro, Editorial Presença, 1974.

\_\_\_\_\_. *Reforma Social ou Revolução?* São Paulo, Global Editora, 1990.

MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo, Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. *Salário, Preço e Lucro*. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 7. ed. – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. *Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um Prussiano*. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Vol. II. 3. ed. – São Paulo, Nova Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Vol. I, Tomo II, São Paulo, Abril Cultural, 1984.

MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo, Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. *O Poder da Ideologia*. São Paulo, Boitempo, 2004.

## **LEIA TAMBÉM:**

- **Anuário Lukács 2018**
- **Estética em Lukács: a criação de um mundo para chamar de seu**, Deribaldo Santos
- **Educação para o trabalho no capitalismo: o ProJovem como negação da formação humana**, Maria Gorete Rodrigues de Amorim
- **O Significado da vida no sistema do capital: introdução**, Luciano Accioly Lemos Moreira
- **Mészáros e a crítica ao reformismo da social-democracia ocidental**, Edivânia Melo

## **LIVROS PUBLICADOS NA COLEÇÃO FUNDAMENTOS:**

- **Introdução a uma Estética Marxista: sobre a Particularidade como Categoria da Estética**, Georg Lukács (lançamento).
- **Conversando com Lukács**, Georg Lukács, entrevista a: Leo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz
- **Notas para uma Ética** (Edição bilingue), Georg Lukács
- **Pensamento Vivido: autobiografia em diálogo**, Georg Lukács

## **ANUÁRIOS LUKÁCS ANTERIORES:**

- **Anuário 2014**, diversos autores
- **Anuário 2015**, diversos autores
- **Anuário 2016**, diversos autores
- **Anuário 2017**, diversos autores

